IX SEMINÁRIO INTERNACIONAL

MUNDOS DO TRABALHO

CADERNO DE RESUMOS

BELÉM, PA, BRASIL

1 A 4 DE SETEMBRO DE 2026

FICHA TÉCNICA

IX Seminário Internacional Mundos do Trabalho

XIII Jornada Nacional de História do Trabalho

REALIZAÇÃO

Associação Nacional de História do Trabalho (ANHT)
GT Mundos do Trabalho/ANPUH-BR
Universidade Federal do Pará (UFPA)

COMISSÃO ORGANIZADORA

Adalberto Paz (UFPA)
Ana Beatriz Ribeiro Barros Silva (UFPB)
Clarice Gontarski Speranza (UFRGS)
Davi Avelino Leal (UFAM)
Felipe Azevedo e Souza (PUC-Rio)

APOIO À COMISSÃO ORGANIZADORA

Andria Silva Sônego (UFSC)
Thompson Clímaco (UFRRJ)

ORGANIZAÇÃO DO CADERNO DE RESUMOS

Adalberto Paz

APOIO INSTITUCIONAL E FINANCIAMENTO

CNPq
FAHIS/UFPA
PPHIST/UFPA
PROPESP/UFPA
PROEX/UFPA
SEIRDH – Governo do Estado do Pará

COMITÊ CIENTÍFICO

Aldrin Armstrong Silva Castellucci (UNEB)
Barbara Weinstein (New York University)
Beatriz Gallotti Mamigonian (UFSC)
César Augusto Bubolz Queirós (UFAM)
Claudio Batalha (UNICAMP)
Eurípedes Funes (UFC)
Fabiane Popinigis (UFRRJ)
Fernando Teixeira da Silva (UNICAMP)
Henrique Espada Rodrigues Lima Filho (UFSC)
Iacy Maia Mata (UFBA)
Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro (UFAM)
Paulo Cruz Terra (UFF)
Paulo Fontes (UFRJ)
Robério Santos Souza (UNEB)
Sidney Lobato (UNIFAP)

Local e data do evento

Universidade Federal do Pará — Belém, Pará, Brasil | 1 a 4 de setembro de 2026

Publicação

Associação Nacional de História do Trabalho

ISBN

978-65-02-32423-3

Os textos dos resumos são de responsabilidade de suas autoras e seus autores e foram preservados conforme submetidos à organização do evento.

APRESENTAÇÃO

O IX Seminário Internacional Mundos do Trabalho e a XIII Jornada Nacional de História do Trabalho reúnem, em Belém do Pará, pesquisas que expressam a amplitude alcançada pela História Social do Trabalho e a vitalidade de seus diálogos com diferentes campos da investigação histórica. Este Caderno de Resumos registra 162 comunicações distribuídas em 43 sessões coordenadas, oferecendo um panorama das questões, fontes, escalas e abordagens que mobilizam pesquisadoras e pesquisadores de distintas instituições e regiões.

Os trabalhos aqui reunidos percorrem temporalidades que se estendem do período colonial ao tempo presente e examinam experiências de trabalho livre, escravizado e compulsório em espaços urbanos e rurais. Escravidão, abolição e pós-abolição; trabalho indígena; migrações e mobilidades; associativismos, sindicalismos e culturas políticas; Justiça do Trabalho e direitos sociais; ditaduras, repressão e resistências; gênero, raça e interseccionalidades; saúde e acidentes de trabalho; educação e formação profissional; trabalho doméstico e sexual; industrialização, moradia, extrativismo e conflitos socioambientais constituem alguns dos eixos que atravessam as sessões.

A Amazônia ocupa lugar particularmente significativo nesta edição. As comunicações abordam seus rios, cidades, fronteiras, ferrovias, fábricas, áreas de mineração e extrativismo, bem como as trajetórias de indígenas, trabalhadores negros, migrantes, marítimos, camponeses, docentes e outros sujeitos que construíram historicamente os mundos do trabalho na região. Ao mesmo tempo, a programação situa essas experiências em perspectivas nacionais, atlânticas e transnacionais, favorecendo comparações e conexões com diferentes espaços do Brasil e de outros países.

A diversidade temática é acompanhada por uma pluralidade de fontes e procedimentos de pesquisa. Processos judiciais e trabalhistas, periódicos, registros notariais e administrativos, arquivos sindicais, fontes policiais, censos, testemunhos orais, literatura, acervos digitais e experiências de história pública aparecem nos resumos como caminhos para investigar relações de exploração e dominação, mas também formas de organização, solidariedade, negociação, mobilização e resistência. Em conjunto, os trabalhos reafirmam a centralidade da agência de trabalhadoras e trabalhadores para a compreensão das sociedades em que viveram e vivem.

A realização do IX Seminário Internacional Mundos do Trabalho e da XIII Jornada Nacional de História do Trabalho é resultado do trabalho e da colaboração de muitas pessoas e instituições. Agradecemos especialmente às/aos palestrantes convidadas/os, às/aos integrantes da Comissão Organizadora e a todas/os as/os participantes que, com suas pesquisas, reflexões e debates, dão sentido a este encontro. Registramos também nosso agradecimento ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e à Secretaria de Igualdade Racial e Direitos Humanos do Governo do Estado do Pará (SEIRDH), bem como às diferentes instâncias da Universidade Federal do Pará (UFPA) que contribuíram para sua realização: Faculdade de História (FAHIS), Programa de Pós-Graduação em História (PPHIST), Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESP) e Pró-Reitoria de Extensão (PROEX). Seu financiamento, apoio institucional e colaboração foram fundamentais para a realização deste encontro.

Mais do que apresentar individualmente as pesquisas aqui reunidas, este Caderno busca tornar visível a construção coletiva de um campo marcado pelo diálogo entre diferentes gerações, instituições, regiões e perspectivas historiográficas. Esperamos que sua leitura acompanhe os debates realizados durante o encontro e permaneça como registro das questões e caminhos de pesquisa compartilhados em Belém, entre os dias 1 e 4 de setembro de 2026.

Comissão Organizadora

SUMÁRIO

Apresentação 3

Sessão coordenada 1. Questões teóricas e metodológicas para a História Social do Trabalho no Brasil 6

Sessão coordenada 2. Justiça do Trabalho, direitos e conflitos sociais 8

Sessão coordenada 3. Trabalho, internacionalismos e mobilidades transnacionais 10

Sessão coordenada 4. Saúde, mundos do trabalho e direitos sociais 12

Sessão coordenada 5. Associativismos, culturas políticas e organização dos trabalhadores 14

Sessão coordenada 6. Educação, formação e cidadania trabalhadora 17

Sessão coordenada 7. Mulheres, trabalho e militância: articulações políticas e experiências femininas no Brasil (1945-1988) 20

Sessão coordenada 8. Formas de recrutamento, aprendizagem e formação de trabalhadores 22

Sessão coordenada 9. Entre a escravidão e a cidadania: experiências de trabalhadores negros no século XIX 24

Sessão coordenada 10. O escravismo de ponta-cabeça: A força das senzalas, racialização, classe e paternalismo 26

Sessão coordenada 11. Ferroviários e os mundos do trabalho: compulsoriedade, migrações, acidentes e resistência nas estradas de ferro 28

Sessão coordenada 12. Escravidão, racialização e lutas pela liberdade 30

Sessão coordenada 13. Trabalho urbano, escravização e precarização da liberdade 32

Sessão coordenada 14. Trabalho indígena, fronteiras e extrativismo amazônico 34

Sessão coordenada 15. Mulheres, trabalho e protagonismos 36

Sessão coordenada 16. Trabalho rural, ditadura e expropriação 38

Sessão coordenada 17. Trabalho sexual, gênero e mundos do trabalho 40

Sessão coordenada 18. Trabalhadores negros, cidadania e associativismo 42

Sessão coordenada 19. Cultura política, organização e mobilização dos trabalhadores 44

Sessão coordenada 20. Sindicalismo, cultura política e associativismo 47

Sessão coordenada 21. Trabalho doméstico, serviços e gênero 49

Sessão coordenada 22. Escravização, raça e trabalho: disputas pelos sentidos da liberdade 51

Sessão coordenada 23. Trabalho urbano, indústria e moradia operária 54

Sessão coordenada 24. Trabalho indígena, escravidão e regimes de coerção na Amazônia (séculos XVII–XX) 56

Sessão coordenada 25. Fazedores do trabalho, das letras, da memória e da justiça: experimentos de história pública e disputas epistemológicas no Brasil contemporâneo 58

Sessão coordenada 26. Trabalho, migrações e mobilidade social 60

Sessão coordenada 27. Raça, classe e organização dos trabalhadores 62

Sessão coordenada 28. Sociabilidades, organização e trajetórias militantes 64

Sessão coordenada 29. Gênero, raça e ação política nos mundos do trabalho 66

Sessão coordenada 30. Trabalhadores e a questão racial: teoria e história 68

Sessão coordenada 31. (I)migrações, história social, relações étnico-raciais e condições de trabalho 70

Sessão coordenada 32. Trabalho, associativismos e conflitos urbanos 72

Sessão coordenada 33. Tráfico, escravização e mobilidades compulsórias 74

Sessão coordenada 34. Acidentes e doenças do trabalho: impactos, diversidade e significados ao longo da República 76

Sessão coordenada 35. Migrações, mundos do trabalho e Amazônia (séculos XIX e XX) 79

Sessão coordenada 36. Ditadura, cidadania e movimentos sociais 81

Sessão coordenada 37. Escravidão, abolicionismo e transformações dos mundos do trabalho 83

Sessão coordenada 38. Da escravidão ao pós-abolição: trabalho, criminalização e controle social 85

Sessão coordenada 39. Extrativismo, mineração e conflitos socioambientais 87

Sessão coordenada 40. Empresas, vigilância e violações de direitos 89

Sessão coordenada 41. Instituições, trabalho e controle social 91

Sessão coordenada 42. Raça, gênero e interseccionalidades 93

Sessão coordenada 43. Trabalho doméstico, gênero e luta por direitos 95

ST 1. QUESTÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS PARA A HISTÓRIA SOCIAL DO TRABALHO NO BRASIL

Considerações para uma historiografia da história do trabalho no Brasil

Claudio H. M. Batalha
UNICAMP

A historiografia sobre a história do trabalho no Brasil aparece, quase sempre, por meio de balanços de caráter teleológico que tem como resultado a constituição da subárea da História Social do Trabalho, no início deste século, com a formação do GT nacional Mundos do Trabalho dentro da Associação Nacional de História (ANPUH). Aos estudos que antecederam esse processo geralmente é reservado um olhar condescendente, por não atenderem os padrões metodológicos ou aos enfoques temáticos que caracterizam a produção atual. Em grande medida a produção passada, quando mencionada, serve para "acertos de contas" por meio de uma descrição caricata, enfatizando suas insuficiências diante das pesquisas de hoje. Esta comunicação propõe alguns procedimentos e problemas para abordar a produção pré-GT Mundos do Trabalho com um enfoque historiográfico. A começar pelos problemas relativos à periodização: quando situar o início de uma história do trabalho ou de uma história do movimento operário (como mais frequentemente era chamada); como recortar os diferentes momentos/etapas dessa historiografia? Outros aspectos a serem abordados dizem respeito: à contextualização dessa produção; ao aparato metodológico e conceitual empregado; às fontes de pesquisa; às influências de outras historiografias; ao processo de profissionalização; ao papel desempenhado pela expansão da pós-graduação.

As pesquisas em História Social do Trabalho na Amazônia: fontes, conceitos e metodologias

Adalberto Paz
UFPA

Desde o início dos anos 1990, as pesquisas na área de História Social do Trabalho vêm ampliando nossa perspectiva sobre o modo como as populações amazônicas vivenciam diferentes formas de exploração econômica, bem como participam de movimentos sociais e organizam interesses individuais e coletivos. Até aquele período, os estudos sobre temas como colonização e extrativismo abordavam a questão da mão de obra, incluindo a escravidão indígena e negra, em geral como um dos elementos manejados pelos poderes políticos e econômicos para alcançarem os seus objetivos. Nesses estudos, trabalhadoras e trabalhadores participavam exclusivamente como vítimas de uma história que lhes era imposta pelos mecanismos de dominação e hegemonia. A partir do início dos anos 2000, contudo, é notória a contínua ampliação das pesquisas que buscam entender as experiências dos múltiplos sujeitos amazônicos em diferentes temporalidades e espaços, influenciados diretamente pela historiografia social inglesa e a chamada "História vista de baixo". Entretanto, é igualmente perceptível a carência de análises que busquem investigar criticamente os arcabouços teóricos, conceituais e metodológicos dessa produção nas últimas três décadas. Dessa forma, a presente comunicação visa debater tais aspectos relacionados às pesquisas sobre a História social do trabalho na Amazônia, destacando suas contribuições, potencialidades e desafios em âmbito regional, nacional e internacional.

Questões teóricas e metodológicas na construção de um dicionário digital: a experiência do Dicionário Biográfico dos Trabalhadores na Bahia (Império e Primeira República)

Aldrin Armstrong Silva Castellucci
UNEB

Sob forte inspiração da história social e em meio à crescente efervescência política da segunda metade do século XX, intelectuais de diversos países se empenharam na construção de dicionários biográficos dedicados aos trabalhadores organizados. A primeira iniciativa bem-sucedida foi a do monumental Dictionnaire biographique du mouvement ouvrier français (DBMOF-Le Maitron), levado a cabo por Jean Maitron, cuja publicação teve início em 1964 e reuniu 44 volumes até 1997. Seguiram-se outras iniciativas semelhantes, como a que resultou no britânico Dictionary of Labour Biography, sob a direção inicial de Joyce Bellamy e John Saville, que teve o primeiro volume publicado em 1972 e já conta com 15 tomos até 2019. Uma terceira experiência foi a italiana, com Il Movimento operaio italiano: dizionario biografico, 1853-1943, coordenado por Franco Andreucci e Tommaso Detti, com 5 volumes (+ 1 de índice) publicados entre 1975 e 1979. No Brasil, dadas as enormes

dimensões territoriais e desigualdades regionais, houve várias iniciativas de elaborar dicionários do movimento operário por estados, mas, até o momento, apenas o volume dedicado à cidade do Rio de Janeiro entre o século XIX e os anos 1920, coordenado por Claudio H. M. Batalha, foi publicado, em 2009. A presente comunicação se insere no conjunto dessas experiências e tem por objetivo principal a apresentação dos resultados da pesquisa que resultou no Dicionário Biográfico dos Trabalhadores na Bahia (Império e Primeira República), dado ao público em suporte digital. Ao mesmo tempo em que explorei novos acervos recém-descobertos, beneficiei-me da vasta gama de fontes que já havia pesquisado em diversos arquivos e bibliotecas da Bahia, de Pernambuco, do Rio de Janeiro e de São Paulo ao longo dos últimos 25 anos. O DBTB possibilitou o aprofundamento dos conhecimentos sobre a classe trabalhadora no Brasil em perspectiva mais ampla a partir da reconstituição das trajetórias de milhares de indivíduos que estiveram envolvidos na organização de associações de auxílio-mútuo, sociedades cooperativistas, grêmios recreativos, sindicatos e partidos vinculados ao movimento operário no século XIX e na Primeira República na Bahia. Ademais, como obra de referência, o DBTB se somará aos seus congêneres, constituindo-se em um instrumento fundamental para todos que fazem pesquisa na área de história do trabalho, em particular, e história do Brasil em geral.

ST 2. JUSTIÇA DO TRABALHO, DIREITOS E CONFLITOS SOCIAIS

Trabalhadores e Justiça do Trabalho durante a ditadura militar: Piauí, 1964-1980

Alexandra Sablina do Nascimento Veras
UFRJ

O presente trabalho resulta de pesquisa de doutorado desenvolvida no Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro - PPGHIS/UFRJ. A investigação analisa a atuação da Justiça do Trabalho durante a ditadura militar a partir das experiências de trabalhadores e trabalhadoras do Piauí entre 1964 e 1980. O objetivo é compreender como essa instituição operou como espaço contraditório de administração, mediação e disputa dos conflitos do trabalho em um contexto de severas restrições à ação coletiva. Argumenta-se que a Justiça do Trabalho constituiu uma das poucas vias legais disponíveis para a reivindicação de direitos, mas também filtrou, restringiu e reclassificou demandas, definindo os limites do reconhecimento jurídico de trabalhadores, vínculos laborais e reivindicações. No caso de trabalhadores rurais, safristas, domésticos/as e autônomos, a instituição produziu zonas cinzentas de proteção e reconhecimento, nas quais o acesso à justiça não implicava necessariamente a plena incorporação desses sujeitos ao campo dos direitos trabalhistas. Em categorias com maior tradição organizativa, como bancários, comerciários e ferroviários, as disputas judiciais foram inseridas em um arranjo mais amplo de administração autoritária dos conflitos, marcado pela política salarial, pelo enquadramento dos dissídios, pela restrição ao direito de greve e por intervenções administrativas. Ao longo do período analisado, trabalhadores e sindicatos mobilizaram diferentes repertórios de negociação e judicialização, fazendo da Justiça do Trabalho a justiça possível diante dos limites impostos pelo regime. As fontes principais são acórdãos e processos trabalhistas produzidos no período em que o Piauí integrava a jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, provenientes das Juntas de Conciliação e Julgamento de Teresina e Parnaíba e do Juízo de Direito da Comarca de Parnaíba.

Os movimentos de legitimação da memória da Justiça do Trabalho e das leis trabalhistas: a influência das reformas neoliberais francesas na legislação trabalhista na América Latina (1969-1988)

Carla Bianca Carneiro Amarante Correia
UFRJ

A presente pesquisa busca aprofundar os procedimentos teórico-metodológicos de análise das fontes escritas e orais, tais como processos trabalhistas, correspondências entre magistrados, atas de sessão, e atos normativos, que constituíram parte do processo de implementação das reformas liberais ocorridas nos governos franceses entre os anos de 1960 e 1990, e suas reverberações na legislação trabalhista brasileira nesse mesmo período e a posteriori. Ao longo desse processo buscaremos analisar as ações e medidas adotadas pelas associações de magistrados do Trabalho no território francês diante dos múltiplos cenários de crise que assolavam o país no pós-Segunda Guerra, buscando identificar os pontos de conexão entre as ações associativas dos magistrados brasileiros, que têm sua primeira associação nacional fundada em 1976 sob forte influência francesa, e o modo como essa circularidade de contatos entre magistrados franceses e brasileiros influenciou nas estratégias adotadas, ou não, para impedir as reformas no judiciário trabalhista.

Acórdãos entre patrões e trabalhadores do Distrito Industrial de Manaus no Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região. (1990-1991)

Marineide da Silva Ribeiro
UFAM

Neste trabalho, analisaremos alguns acórdãos entre patrões e trabalhadores, que são uma forma de pronunciamento jurídico. Entretanto, ele é efetivado a partir da decisão do colegiado, ou seja, mais de um magistrado vinculados a um Tribunal Regional do Trabalho e/ou Tribunal Superior do Trabalho. Além disso, exerce a função de contra julgamento, nesse sentido, nele, é possível inserir recurso para galgar instâncias superiores. É interessante dizer que nem todos os processos chegam a um acórdão, a depender de cada fase instrutória, há algumas possibilidades no meio do processo que podem ocorrer, como: desistências, acordos, dentre outros. Os acórdãos também tendem a decidir sobre dissídios de natureza econômica, jurídica ou de greve. Ademais, o nosso objetivo nesta análise é perceber quais foram as estratégias jurídicas tanto dos sindicatos patronais quanto dos trabalhadores a partir da falta de acordos anteriores no trâmite processual dos dissídios

coletivos que têm na sua essência questões vindas dos conflitos de greve. Geralmente, nessa dimensão processual, o movimento paredista é acusado pelo empresariado de Ilegalidade de greve e Abuso de greve. Já o acórdão que vem do processo de natureza jurídica resolve impasses entre os dissidentes na aplicação das normas coletivas de trabalho entre empregados e empregadores, e o último que encontramos foi o acórdão que aparece no processo de natureza econômica, que se debruça em alterar e estipular as normas coletivas de trabalho. Os três tipos de processos são consequências dos conflitos entre trabalhadores e empregadores do Distrito Industrial de Manaus, no auge da crise econômica que atingia os salários e a vida dos trabalhadores.

ST 3. TRABALHO, INTERNACIONALISMOS E MOBILIDADES TRANSNACIONAIS

Muito além das roças: as políticas de trabalho e as experiências dos serviçais de São Tomé e Príncipe (1920-1970)

Maysa Espíndola Souza
UNEB

Esta pesquisa analisa as políticas de trabalho impostas aos serviçais de São Tomé e Príncipe entre os anos de 1920 e 1970. Considerando uma ampla variedade de fontes, esta pesquisa busca discutir aspectos da experiência dos trabalhadores que têm sido negligenciados pela historiografia sobre as ilhas. O trabalho nas roças do arquipélago de São Tomé e Príncipe durante o século XX tem sido bastante estudado sobretudo a partir da visão dos roceiros, administração colonial e de políticos portugueses. Enquanto a experiência dos próprios trabalhadores e as suas expectativas sobre o trabalho nas roças tem ocupado um papel secundário nas discussões. A partir de fontes como queixas, processos administrativos e judiciais, esta pesquisa se propõe a analisar as estratégias empregadas pelos próprios serviçais para lidar com as políticas de exploração da sua força de trabalho. A análise dos depoimentos e dos reclames contidos nos processos permite ampliar a compreensão daquilo que os serviçais consideravam aceitável ou não e complexificar as interpretações sobre as suas experiências. Além disto, inverte o prisma da narrativa histórica e coloca em evidência os próprios trabalhadores afetados pelo colonialismo português.

Economia de guerra e reconfiguração de classe: Brasil e México, 1940-1945

Alexandre Fortes
UFRRJ

Ao longo das últimas décadas, a historiografia internacional tem avançado na análise das profundas implicações das experiências de guerra total na reconfiguração da composição e das relações de classe. Esse processo possui diversas dimensões. A primeira delas é a acelerada transformação da estrutura produtiva em função de demandas militares estratégicas. A segunda envolve a incorporação de novos segmentos sociais ao exercício de diversas profissões em substituição aos trabalhadores mobilizados para as frentes de batalha. A expansão de direitos políticos e sociais também ocorre frequentemente em contrapartida às exigências da economia de guerra. Por fim, o descontentamento com a superexploração características das economias militarizadas e com o aumento do custo de vida alimentam ondas de greves e protestos trabalhistas. O estudo dessa conexão entre experiências de guerra total e mudanças nos mundos do trabalho é ainda incipiente na América Latina, região do mundo menos afetada por combates em grande escala. Mas a integração de países como México e Brasil à economia de guerra dos EUA teve um papel fundamental tanto para a vitória aliada quanto para as transformações sociopolíticas vividas por eles no período. A comunicação se baseia nos resultados preliminares de uma análise comparativa sobre o impacto da Segunda Guerra Mundial sobre a classe trabalhadora nos dois países.

Trabalhadores, solidariedades e cidadanias transnacionais entre Moçambique e o Brasil: uma experiência de cosmopolitismo terceiro-mundista dos anos 1970 aos dias atuais

Julimar Mora Silva
UFF

Esta apresentação examina o corredor de solidariedade Brasil–Moçambique como uma experiência situada de cosmopolitismo terceiro-mundista durante os últimos anos da Guerra Fria. Indo além das interpretações que reduzem a solidariedade ora à identificação humanitária, ora à infraestrutura dos Estados socialistas, argumenta que o internacionalismo Sul–Sul operou por meio da gestão política das desigualdades. A apresentação desenvolve esse argumento em três movimentos articulados. Primeiro, analisa a solidariedade internacionalista como uma tecnologia relacional por meio da qual o Estado moçambicano converteu expertise estrangeira, exílio, compromisso militante e mobilidade profissional em capacidades políticas, técnicas e simbólicas, ao mesmo tempo em que negociava assimetrias raciais, materiais e de segurança. Em seguida, demonstra como a cooperação laboral, as redes ABRASSO–AMASP e a pedagogia política transformaram a mobilidade em uma forma prática de cidadania transnacional, construída por meio da obrigação, do reconhecimento, do retorno e do

ativismo público no Brasil. Por fim, examina a crise e os legados desse circuito, argumentando que o declínio da ABRASSO não significou o desaparecimento da solidariedade, mas sua transformação: do recrutamento de trabalhadores e da formação política para a emergência em tempos de guerra, a memória militante e o apoio regional. Com base em materiais de arquivo, impressos efêmeros, fontes da imprensa e testemunhos orais, a apresentação repensa o cosmopolitismo terceiro-mundista como uma prática recíproca, porém assimétrica, de tradução política.

Movilidades personales en el marco del "Internacionalismo Cubano" (1975-1990)

Berthold Unfried

Universidade de Viena – Áustria

La asistencia cubana incluyendo la misión de Cubanos y Cubanas en países en el "camino de desarrollo socialista" de África, América Latina y Asia en la época de Cuba en el Consejo de Ayuda Mutua Económica (CAME) fué llamada "Internacionalismo Cubano". La ponencia trata de su arista civil y de las movilidades personales que ocasionó. La asistencia cubana incluyendo la misión de Cubanos y Cubanas en países en el "camino de desarrollo socialista" de África, América Latina y Asia en la época de Cuba en el Consejo de Ayuda Mutua Económica (CAME) fué llamada "Internacionalismo Cubano". La ponencia trata de su arista civil y de las movilidades personales que ocasionó. Se trata de grupos de personas muy diversos: expertos, trabajadores calificados, docentes, maestras, estudiantes, médicos y personal de salud. Esta movilidad tenía un carácter temporal: todos "Internacionalistas" debían regresar a Cuba tras cumplir su misión. Se trata de formas explícitamente temporales de movilidad. La ponencia sigue las siguientes líneas mayores: 1. Las movilidades de personas estaban integradas en programas de desarrollo integrados mas largos. Su objetivo era la convergencia del nivel de desarrollo económico y social de los países de misión. 2. Estaban organizadas y enmarcadas por el Estado y el Partido. 3. Fomentaron la cohesión del mundo socialista intercontinental más que las relaciones económicas, poco integradas. 4. El principio rector era la educación: las personas enviadas debían no solamente impartir pero también recibir, además de una educación formal o una formación profesional, una formación de la personalidad: una "educación integral" para convertirse en "hombres socialistas". 5. Cuba actuó como enlace entre el centro europeo del CAME y los países extraeuropeas en su periferia. Este país miembro extraeuropeo del CAME proporcionó, junto con la URSS, la mayor parte de la ayuda personal para los países extraeuropeos. La ponencia se sitúa en la intersección entre los campos de investigación: 1. La historia global de internacionalismos y de prácticas de "solidaridad internacional" 2. Estudios históricos del desarrollo, de políticas de reducción de la desigualdad en el mundo, en los que el mundo socialista está en gran medida ausente. 3. En la medida en que las movilidades de personas analizadas puedan entenderse, en el concepto ampliado de la historia global, como migración temporal, investigaciones de migración desde una perspectiva de historia global.

ST 4. SAÚDE, MUNDOS DO TRABALHO E DIREITOS SOCIAIS

Transformações no mundo do trabalho e seus impactos à saúde e a organização dos trabalhadores/as no Brasil

Andréia Aparecida de Miranda Ramos
UFJF

Este ensaio pretende refletir sobre as estratégias neoliberais que delimitaram o trabalho marcado pela servidão e intensificação, que resultou na precarização, comprometendo direitos e dignidade dos trabalhadores e trabalhadoras. Embora, historicamente, o processo de reorganização da produção capitalista seja uma constante, para fins deste ensaio, fixamos o período de interesse àquele que se inicia na década de 1970, considerando que esse processo resultou no aumento de formas de trabalho desregulamentadas e precárias, como a terceirização, o trabalho em meio período e a subcontratação, além de contratos sem direitos sociais, impactando diretamente na identidade, subjetividade e modos de vida dos trabalhadores. A partir de 1980 são consolidadas formas de trabalho desregulamentadas, precarizadas e sem direitos sociais, no Brasil. A precarização demarca vulnerabilidades distintas. No plano social, a perda de direitos acentua a exploração da força de trabalho, fragmentam as relações humanas e amplia desigualdades. Seu impacto nos agravos e distúrbios neuropsicológicos se expressam na subjetividade e nos modos de vida. No Brasil, esse cenário se agravou com a reforma trabalhista que legitimou a flexibilização dos direitos, reduziu políticas públicas de proteção, intensificou a informalização do trabalho e o teletrabalho. Agravos como ansiedade, apatia, adoecimento psíquico e doenças psicossomáticas estão ligados à precariedade. Os sindicatos sofreram os impactos das políticas governamentais destrutivas e constituíram fóruns e institutos intersindicais para intercâmbio técnico e político, enfrentaram os cortes das contribuições sindicais e publicaram manifestos com o viés clássico patronal da “saúde e segurança no trabalho”. Um desafio reside na mudança do estado com a integração entre os setores públicos, bem como subordinar as ações de proteção e prevenção ao Controle Social do SUS. O campo da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora tem a missão de entender como os trabalhadores, com suas habilidades, desenvolvem e criam as novas dinâmicas do trabalho. Também visa saber como estão organizadas — individualmente e em grupos — para enfrentar essas mudanças, além de como se relacionam com instituições de representação e saúde pública para construir estratégias para o exercício dos direitos sociais e à saúde. A transformação do trabalho desafiou teorias tradicionais na busca por uma explicação do mundo do trabalho, criando uma tensão entre os modelos explicativos tradicionais e novas teorias propostas sobre o hipotético "fim do trabalho" nas últimas décadas. Torna-se clara a necessidade de renovar os conceitos e métodos de análise. Estudos focados em gênero desafiaram a perspectiva tradicional do trabalho, sublinhando a relevância das dinâmicas de gênero e da cultura na organização e vivência do trabalho. Isso resultou em uma nova definição do que constitui trabalho, englobando também atividades domésticas e não remuneradas. O tema das transformações e das novas configurações no mundo do trabalho é essencial para refletir sobre a necessidade de redirecionar as políticas públicas de saúde e segurança no trabalho, na medida em que estes confrontam as competências atuais do estado e a estrutura dos serviços de assistência aos trabalhadores e a Vigilância em Saúde do Trabalhador.

Por que não posso “querer fixar o sol e observar a lua”?: “Desviantes” do trabalho internados na Colônia Juliano Moreira-RJ (1930-1945)

Anna Beatriz Almeida
Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz

Neste artigo, analisamos a história de homens internados na Colônia Juliano Moreira (CJM) que apresentaram indícios em suas documentações de internações de doenças mentais relacionadas com o trabalho. A metodologia de trabalho foi o levantamento e seleção do grupo de internos, analisando as principais fontes documentais: os prontuários dos internos. No Brasil, foi durante o governo Vargas que o trabalho e o trabalhador foram sendo alvos de políticas públicas mais intensas na busca da construção da “nação”. Do indivíduo homem, provedor da família e cidadão trabalhador produtivo se esperava que fosse um “respeitável” chefe de família, gozando de boa saúde e muito disciplinado, a base da construção nacional. Assim, qualquer desvio nesse modelo – fosse por indisciplina ou esgotamento físico e mental decorrente das atividades e das condições de trabalho – tornava esses homens “desviantes” do projeto de nação e sociedade que se defendia naquele momento e, portanto, passíveis de serem considerados “loucos” e internados em instituições psiquiátricas para tratamento e recuperação.

O declínio da cidadania regulada: trabalhadores e as consequências imprevistas das reformas de saúde na ditadura militar brasileira: São Paulo, 1968-1982

Daniel Travassos Ferreira
University of Chicago

Nas últimas três décadas do século XX, o direito à assistência médica no Brasil foi radicalmente expandido: deixa de ser restrito aos contribuintes da Previdência Social e passa a ser de todos os cidadãos. Essa conquista geralmente é atribuída a duas forças: movimentos sociais que passam a reivindicar, aguerridamente, o direito à saúde; e burocratas de esquerda que propõem um arcabouço institucional alternativo à assistência médica da Previdência. A atuação desses dois grupos teria culminado na inclusão do direito à saúde na Constituição de 1988 e na criação do SUS. Nesta apresentação, contudo, apresento uma interpretação alternativa para a universalização da assistência médica no Brasil. Argumento que as reformas da assistência médica promovidas durante a ditadura tiveram uma consequência imprevista. Embora isso não tivesse passado pela cabeça dos burocratas do governo militar, essas reformas mudaram o dia a dia do atendimento médico de tal forma que os trabalhadores atendidos em hospitais e postos de saúde públicos — fossem previdenciários ou não — passaram a entender o direito à saúde não apenas como uma compensação para os que depositavam, todo mês, parte do salário na Previdência; e sim como algo que deveria estar ao alcance de qualquer pessoa entendida como "trabalhadora". Essa transformação gradual nos entendimentos populares do direito à saúde, acredito, foi a base sobre a qual se construiu a substituição da assistência médica previdenciária pelo SUS. Começo por uma breve exposição das condições de assistência médica no estado de São Paulo por volta 1970, através de relatórios inéditos e de dois arquivos nunca explorados: da Secretaria de Saúde e do Serviço Social do estado de São Paulo. Em seguida, discuto as reformas promovidas pelo governo federal e pelo governo estadual na assistência médica — o malsucedido Plano Nacional de Saúde (1968), a criação da previdência rural (1971), o Plano de Pronta Ação (1974) e a expansão dos Centros de Saúde paulistas a partir de 1967. Termino com uma exploração de como mudaram, gradualmente, ideias populares em torno do direito à saúde, explorando especialmente revoltas e tumultos de pacientes reportados na imprensa e nos relatórios da polícia política.

ST 5. ASSOCIATIVISMOS, CULTURAS POLÍTICAS E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES

No ofício e no baile: trabalhadoras e trabalhadores negros e o associativismo recreativo em Buenos Aires (1870-1900)

Júlia Freitas Pinto Santana
UNICAMP

Em outubro de 1881, o periódico “La Broma” noticiava o surgimento de mais uma associação no seio da "clase de color" de Buenos Aires. “Los Cocheros”, que no início se propunha apenas a dar bailes e tertúlias, agora se tornava também uma sociedade de “socorros” e “proteção mútua entre os do grêmio”. De fato, não era comum a divulgação na imprensa negra de agremiações cujo critério associativo fosse exclusivamente o ofício, muito menos daqueles precarizados, mal remunerados e temporários como o de "cochero". Do mesmo modo, mulheres atuantes na comunidade afro-portenha raramente tinham a sua ocupação mencionada nas páginas desses jornais. Esse era o caso da "cocinera" Antonia Passos e de sua filha mais nova, a "modista" Felisa Passos, que apesar de frequentarem diversas tertúlias e contribuírem ativamente para a manutenção do periódico “La Juventud”, nunca tiveram seus ofícios mencionados, ao contrário da "partera" Celestina Garcia, aprovada pela Faculdade de Ciências Médicas de Buenos Aires. Ainda assim, as dezenas de sociedades dançantes fundadas por homens e mulheres negros de Buenos Aires eram compostas, em sua maioria, por trabalhadores pobres. Apesar de não terem seus ofícios mencionados e de o trabalho também ter sido uma dimensão fundamental em suas vidas, foram eles e elas que protagonizaram o intenso associativismo recreativo da população de cor da cidade. Do mesmo modo, a despeito da historiografia sobre o tema não ter abordado detidamente, assim como raça, classe também foi uma categoria importante na organização política dos afro-portenhos. Embora com menos frequência que os discursos elogiosos do estado de regeneração e progresso da "clase de color", os debates sobre condições de trabalho, qualificação em determinados ofícios e apoio a greves e reivindicações de trabalhadores estiveram presentes na comunidade e não deixaram de gerar tensões internas. Nesse sentido, esta comunicação tem como objetivo discutir os lugares ocupados pelos afro-portenhos nos mundos do trabalho de Buenos Aires, entre os anos de 1870 e 1900. Interessa-nos discutir as pautas em torno das condições de trabalho desses trabalhadores negros e o modo como o marcador racial também organizou o mercado laboral da cidade durante esses anos. Para isso, serão analisados periódicos da imprensa negra e de grande circulação, fichas de censos, fotografias, charges e regulamentações municipais de ofícios.

Educação, política e associativismo: as ações abolicionistas dos trabalhadores na última década da escravidão no Rio de Janeiro

Renata Figueiredo Moraes
UERJ

Os trabalhadores livres do Rio de Janeiro estiveram presentes nas festas da abolição em 1888. Porém, tal presença não foi aleatória e está relacionada com as atividades abolicionistas exercidas por eles na última década da escravidão. Entre esses trabalhadores abolicionistas destaco os tipógrafos, essenciais para a circulação dos impressos e que aderiram à causa abolicionista através de associações, clubes e outros eventos. Essa apresentação tem como objetivo discutir a atuação desses trabalhadores na década de 1880 para o fim da escravidão. Esse período foi de aumento de associações abolicionistas e de ações pontuais que libertavam escravizados através da compra de alforrias em eventos públicos. Nessas ocasiões, esses trabalhadores, de algum modo, interpretavam aquele momento e a própria lógica do trabalho em que viviam. Nas associações abolicionistas eles discutiram o fim da escravidão, a educação e o futuro do trabalho. Muitas dessas discussões apareceram em jornais da grande imprensa ou os feitos especialmente para discutir essa temática. Um exemplo é o jornal O Lincoln, publicação especial do Club Abolicionista Gutemberg, que foi um canal de comunicação entre seus pares e todos aqueles interessados no fim da escravidão. Esse clube ainda criou uma escola para os libertos, escravizados e todos aqueles interessados em estudar. A postura de investir na educação, concomitante à causa abolicionista, deixava claro que, para esses tipógrafos, a eliminação da distinção jurídica dos homens só seria de fato válida se acompanhada de um movimento de instrução dos antigos cativos. Além de atuar num abolicionismo entre os trabalhadores, os membros do Club Gutemberg atuaram na política, ao conseguirem eleger para o cargo de vereador da câmara municipal de Niterói, em 1882, o seu presidente o tipógrafo Alberto Victor, sendo esse mandato uma oportunidade de levar para o âmbito legislativo local o debate sobre escravidão e trabalho. As ações de Victor e do Club Gutemberg são apenas alguns exemplos das ações promovidas por

trabalhadores e que tiveram ressonância na imprensa favorável à abolição. Deste modo, consideramos que o abolicionismo da Corte teve nos trabalhadores livres um pilar fundamental. Pretende-se discutir como eles interpretavam o fim da escravidão, especialmente pensando em suas condições de trabalhadores livres, brancos ou não-brancos, em meio às reivindicações por melhores condições de trabalho. Teria a abolição mais uma função além da libertação dos escravizados?

"Para ser um homem panificador robusto": o sindicalismo padeiral do Rio de Janeiro e a masculinidade como cultura política padeiral (1890-1929)

Josemberg Pereira de Araujo
UFRJ

O presente trabalho tem por objetivo apresentar e analisar a classe dos empregados em padarias Rio de Janeiro nas décadas finais do século XIX e iniciais do século XX, examinando a constituição de uma cultura política sindical fortemente marcada pela reafirmação da masculinidade e pela tentativa de desenvolver uma imagem pública de respeito pautada por comportamentos sociais tipicamente vinculados à ideia de masculino (força, violência, paternidade, proteção familiar, etc.). As padarias desenvolveram-se como um ramo comercial destacado na antiga Capital Federal, contando, na década de 1920, com cerca de 350 estabelecimentos e uma força de trabalho aglutinada em diversas associações de trabalhadores, como a União dos Empregados em Padarias. A classe padeiral possuía um perfil de trabalhadores heterogêneo, com forte presença de trabalhadores imigrantes, especialmente portugueses e galegos, mas também contava com uma expressiva atuação de nacionais negros em suas fileiras. Todavia, a partir do exame à documentação dos registros de casas comerciais cariocas no período, no qual eram expressos os funcionários dos estabelecimentos, foi flagrante a constatação da ausência praticamente absoluta de mulheres nos registros. Também nesse sentido, os registros de manifestos sindicais e textos publicados na imprensa padeiral não constavam a presença de padeiras. A pesquisa desenvolvida objetiva investigar essas ausências a partir de três chaves fundamentais: (i) a associação simbólica desenvolvida pelos trabalhadores em padarias entre o "ser padeiro" e a necessidade de força; (ii) o regime de internato nos estabelecimentos como justificativa moral de exclusão feminina das padarias; (iii) a tentativa dos padeiros construir uma imagem pública de respeito associada à violência e ao medo, atitudes associadas ao masculino. O trabalho apresentará dois grandes conjuntos de fontes primárias: Relatórios de Casas Comerciais do Rio de Janeiro entre 1890 e 1923, oriundas do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro; e textos publicizados pela categoria padeiral na imprensa local carioca e em seus periódicos classistas, especialmente A Voz do Padeiro e O Panificador.

Os primeiros ecos e usos da Revolução dos Makhnovistas e de seus antecessores no Brasil (1917-1924)

Rafael Cabral Sirimarco
UFRRJ

O trabalho investiga as primeiras repercussões da Revolução Makhnovista — acontecida no Sul do que conhecemos hoje em dia enquanto Ucrânia — no Brasil entre 1917 e 1924, analisando como essa experiência revolucionária foi recebida, interpretada e sobretudo instrumentalizada no contexto do movimento operário e das disputas ideológicas no país. Partindo de um levantamento documental centrado sobretudo na imprensa — operária, anarquista, comunista e comercial —, o estudo identifica e examina 55 ocorrências relacionadas ao tema no período, evidenciando a circulação transnacional de ideias e práticas revolucionárias no início do século XX. A pesquisa demonstra que os ecos da experiência makhnovista chegaram ao Brasil de forma inicialmente fragmentária, mediada por agências telegráficas internacionais e frequentemente marcada por distorções, como sua caracterização exotizante ou sua associação a banditismo. Contudo, a partir de 1920, o tema passa a ser apropriado de maneira mais sistemática por diferentes correntes do socialismo brasileiro da época. Nesse processo, identificam-se ao menos quatro usos principais da Revolução Makhnovista: (1) como representação exótica das guerras civis que aconteciam no território do antigo Império Russo-Tsarista; (2) como prova da viabilidade prática do projeto anarquista; (3) como elemento de diferenciação e ruptura entre anarquismo e bolchevismo; e (4) como instrumento de crítica e difamação do anarquismo por seus adversários, especialmente comunistas marxistas. A investigação também evidencia que a recepção da experiência dos adeptos de Nestor Makhno (1888-1934) nas estepes ucranianas esteve diretamente vinculada às transformações do movimento operário brasileiro no período, marcado pela crise no meio anarquista, pela ascensão do bolchevismo e pela intensificação da repressão estatal. Nesse contexto, a experiência makhnovista desempenhou papel relevante nos

debates estratégicos e ideológicos, contribuindo tanto para a reafirmação de posições anarquistas quanto para a consolidação de antagonismos no campo socialista. Por fim, o trabalho aborda iniciativas concretas de mobilização, como a campanha pela libertação de Nestor Makhno no Brasil, e aponta para desdobramentos ainda pouco explorados, como o caso da colônia de Erebango. Ao fazê-lo, contribui para a compreensão das conexões globais do movimento operário e das múltiplas formas de circulação e apropriação de experiências revolucionárias no Brasil.

ST 6. EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E CIDADANIA TRABALHADORA

O trabalho como patrimônio na educação

Denize Carolina Auricchio Alvarenga da Silva
SEDUC-SP

A partir da diretriz que define o estudante como central no processo educativo, os projetos são pontes fundamentais para a construção do conhecimento. Este relato versa o trabalho que esta sendo realizados com alunos do ensino médio e técnico da rede estadual de São Paulo unindo protagonismo e foco na centralidade do trabalho como intrínseco á humanidade. As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM) em seu artigo 8º – define princípios específicos como centralidade no estudante, flexibilidade curricular, articulação com o mundo do trabalho e progressão continuada. Subsequentemente, a ideia deste trabalho desenvolvido com os alunos é atender as legislações e organizar o eixo de estudo sobre Trabalho a partir de temas presentes no primeiro ano do Ensino Médio. No Ensino Médio, a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (CHSA) é integrada pelos componentes curriculares de Filosofia, Geografia, História e Sociologia e busca ampliar e aprofundar as aprendizagens essenciais desenvolvidas no Ensino Fundamental. O objetivo é proporcionar uma formação ética, fundamentada em ideias como justiça, solidariedade, autonomia, liberdade de pensamento e de escolha. Nessa etapa de ensino, os estudantes já são capazes de explorar conhecimentos e conceitos de forma mais complexa, desenvolvendo habilidades específicas de cada componente curricular. Isso possibilita a ampliação e articulação dos conhecimentos já adquiridos, relacionando-os ao seu cotidiano. A instituição em que o trabalho foi desenvolvido tem uma proposta de eixos temáticos para os conteúdos curriculares da chamada base comum curricular, explicitado nos Planos de Curso de cada habilitação por se tratar de Ensino Médio e Técnico. Para a área de história, os docentes devem contemplar dentro da formação geral do aluno três eixos: Território e fronteira, Indivíduo Natureza e Sociedade e Política e Trabalho. Este último indica temas de aprofundamento como: Introdução ao estudo da história temática; A importância do trabalho na construção da cultura e da história; As transformações pelas quais passou o trabalho compulsório da antiguidade à contemporaneidade; As transformações pelas quais passou o trabalho livre da antiguidade à 1ª Revolução Industrial; Características da sociedade global; As origens da sociedade tecnológica atual; O Brasil na era das máquinas: final do século XIX a 1930; Os direitos trabalhistas ao longo da história e suas perspectivas para sociedade contemporânea. E a partir deste é mister refletir o lugar do ensino de história e do trabalho para os alunos dos cursos de Ensino Técnico Integrado ao Médio, questionando qual o espaço desta disciplina em um curso profissionalizante que integram duas áreas que podem dialogar no sentido de formar um aluno preparado para atender as expectativas do mercado de trabalho, ao mesmo tempo ser um cidadão consciente, entender a historicidade do trabalho e sua implicação na vida humana e ter a possibilidade de prosseguir seus estudos. A reflexão de Antônio Gramsci, filósofo italiano do século XX, apesar de mais de um século é atual no sentido em que afirma que a escola é um local de formação de cidadãos e não se deve separar o ensino em propedêutico para alguns e para outros como forma de apenas qualificar um operário, pois cada pessoa deve ter garantida pelo Estado a oportunidade de se qualificar para o trabalho, assim como ter a possibilidade de refletir sobre a sua realidade. A história, enquanto disciplina, pode levar o aluno ao hábito da investigação, da análise, do raciocínio lógico, da crítica, da atenção e entendimento ao outro, desde que trabalhada em direção a estes objetivos e se encontra aí um desafio para o docente que recorta, que seleciona os conteúdos, que pesquisa, que planeja as atividades, que entende os objetivos da sua sequência didática e assim faz da sua aula um exercício de fazer sentido, de estabelecer relevâncias e experiências e, consequentemente, de formação.

Experiência e trabalho docente na Amazônia: uma análise do estatuto da sociedade unificadora do magistério primário do Pará (1954)

Clarice Nascimento de Melo (UFPA) e Marcelia Protázio
UFPA

O presente trabalho insere-se no campo da História da Educação e tem como objeto o estatuto da Sociedade Unificadora do Magistério Primário do Pará (SUMPP), publicado em 1954. A pesquisa busca compreender como as experiências do trabalho docente na Amazônia foram organizadas e sistematizadas no interior dessa associação, especialmente no que se refere às formas de organização coletiva, disciplinamento profissional e construção das relações sociais do magistério primário paraense. O estudo delimita-se à análise do estatuto enquanto documento normativo e histórico, compreendido não apenas como instrumento jurídico-administrativo, mas como vestígio das relações, tensões e experiências vivenciadas pela categoria docente no contexto do nacional-desenvolvimentismo. A pesquisa fundamenta-se na categoria de experiência desenvolvida

por Edward Palmer Thompson (1981; 1987), entendida como mediação entre ser social e consciência social. Nessa perspectiva, as experiências docentes não se restringem às condições materiais de trabalho, mas envolvem também práticas coletivas, valores e formas de organização historicamente construídas pelos sujeitos sociais. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa histórico-documental desenvolvida a partir do levantamento de fontes no acervo virtual do Centro de Memória da Amazônia (CMA). A análise documental fundamentou-se nos procedimentos metodológicos de Cellard (2012), envolvendo contextualização histórica, identificação de conceitos-chave e interpretação analítica da documentação. Os resultados parciais evidenciam uma experiência docente marcada pela precarização material e pela ausência de assistência institucional. O artigo 2º do estatuto apresenta como finalidades da SUMPP a defesa da classe, a melhoria das condições econômicas do professorado e o auxílio a docentes que atuavam em regiões isoladas, revelando experiências relacionadas aos baixos salários, dificuldades de deslocamento e insuficiência do amparo estatal. Além disso, a criação de departamentos de Assistência Jurídica e Social demonstra que as demandas docentes extrapolavam questões salariais, abrangendo também apoio institucional diante de conflitos trabalhistas e situações de vulnerabilidade. O estatuto também evidencia tensões internas à categoria docente. A distinção entre categorias de sócios revela hierarquizações relacionadas à antiguidade, contribuição financeira e reconhecimento social. Do mesmo modo, os mecanismos de organização da SUMPP demonstram ambiguidades entre solidariedade coletiva e disciplinamento interno, expressas em dispositivos que limitavam deliberações dos associados e previam penalidades para condutas consideradas nocivas à associação. Conclui-se que o estatuto da SUMPP constitui importante fonte para a História da Educação na Amazônia, permitindo compreender as formas pelas quais o magistério primário paraense organizou reivindicações, produziu interpretações sobre o trabalho docente e elaborou sentidos acerca de sua condição profissional nos anos de 1950.

Entre os estatutos das associações e a imprensa: consolidação das escolas noturnas dos trabalhadores do comércio em Manaus e Belém nas primeiras décadas do século XX

Richard Kennedy Nascimento Candido
SEDUC-AM

O movimento de trabalhadores ao longo de sua história teve como alicerce algumas pautas prioritárias e entre elas estava a educação. A historiografia do trabalho, sobretudo a voltada para analisar a cultura operária, já destacava a importância da instrução desses sujeitos. Educar para o trabalho foi uma característica latente de diversos grupos de trabalhadores. Para as sociedades mutualistas a educação tinha relevância prioritária e os caminhos para acesso ao conhecimento poderiam variar, mas principalmente ocorriam no fomento à criação de escolas e cursos. O mundo associativo cada vez mais demandava o letramento dos seus membros, seja para a leitura de panfletos e jornais, ou para a escrita. A criação de escolas noturnas também teve iniciativa entre os trabalhadores do comércio, entretanto, elas eram voltadas para o aprendizado no comércio, em que consistia na manutenção de um curso comercial com as disciplinas de Português, Francês, Inglês, Aritmética, Contabilidade comercial e Escrituração mercantil, além disso, também buscavam alfabetizar seus sócios com aulas de primeiras letras. Os trabalhadores do comércio enxergavam na instrução uma maneira de acabar com a exploração, assim também como uma maneira de distinção dos outros grupos de trabalhadores. “Não se tratava de reivindicar o acesso a uma educação comum; ela há de ser diferenciada” e esse processo só seria validado se fosse pensado e elaborado pelos próprios caixeiros. Nesta comunicação pretendemos abordar os aspectos que levaram as sociedades caixeirais de Manaus e Belém a fomentarem a criação de escolas noturnas tendo como base possíveis caminhos de busca por cidadania através de uma tentativa de criar uma linguagem de classe para um grupo que visivelmente não tinha.

O Instituto Lauro Sodré e a formação profissional em duas vertentes sendo elas artística ou industrial

Lucas Ayres Cardoso
UFPA

Esta pesquisa problematiza a visão racializada difundida pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) acerca da sua própria mão de obra, enfocando as trabalhadoras negras. Na nossa pesquisa arquivística, encontramos fortes evidências de discursos e imagens baseados no mito da democracia racial propagada pelos militares no interior da estatal CSN, como forma de moldar o pensamento do seu trabalhador e sua família. A apresentação dará ênfase aos modos de produzir conhecimento e memória a partir das imagens e dos textos incluídos no periódico da CSN, o Lingote, publicado de 1953 a 1977. As narrativas e símbolos utilizados nessa publicação

expressam a reprodução e reafirmação de normas de gêneros hegemônicas com a finalidade de sustentar e moldar a construção dos espaços privados e da divisão sexual no espaço fabril. Identifica-se a associação das mulheres negras a trabalhos domésticos e de cuidados maternos, enquanto a figura da mulher branca é destacada em matérias e narrativas sobre beleza física e carreira profissional. A imprensa corporativa, utilizada aqui como fonte de pesquisa, é abordada como instrumento de poder que visa retratar os valores e interesses dominantes. A proposta de apresentação também inclui reflexões sobre o uso da imagem fotográfica como fonte histórica, impulsionado pela crescente digitalização de arquivos. Destacamos a fotografia, sendo usada como ferramenta de investigação, nos fornece registros pertinentes e singulares dos mais distintos fenômenos, sejam culturais, políticos ou econômicos.

ST 7. MULHERES, TRABALHO E MILITÂNCIA: ARTICULAÇÕES POLÍTICAS E EXPERIÊNCIAS FEMININAS NO BRASIL (1945-1988)

Politização da vida doméstica: associações de trabalhadoras e luta por melhores condições de vida (1946-1953)

Ana Clara Nunes Tavares
PUC-Rio

Este trabalho, fruto de pesquisa de doutorado em andamento, analisa a emergência e a atuação de associações de mulheres no Distrito Federal no pós-1945, com foco na politização da vida doméstica como eixo de mobilização feminina. A partir do processo de reorganização política do período, investiga a formação das Uniões Femininas e de outras associações voltadas às mulheres das camadas populares, entendendo-as também como parte do esforço do Partido Comunista Brasileiro (PCB) de construção de uma base social ampla e enraizada nos bairros da cidade.

"Mulheres do mundo inteiro": A luta das comunistas no Brasil e no movimento mundial (1945-1958)

Nina Teruz Visco
PUC-Rio

Os anos 1940 e 1950 foram marcados pelo surgimento crescente de associações femininas no Brasil e no mundo. Esta comunicação se refere a minha dissertação de mestrado, que teve por objetivo investigar como as comunistas brasileiras se articularam entre si e, especialmente, dentro de uma rede internacional de organizações de mulheres. Buscamos compreender, primeiro, como esse processo se deu no Brasil durante o imediato pós-Segunda Guerra Mundial por meio das Uniões Femininas, das associações femininas locais e da Federação de Mulheres do Brasil (FMB). A partir de então, investigou-se como esta última estabeleceu relações com a Federação Democrática Internacional de Mulheres (FDIM), conectando as brasileiras a uma rede internacional de mulheres.

"Não é blá-blá-blá": mulheres e diferencial de exploração nos mundos do trabalho da Grande São Paulo (1978-1988)

Pâmela Dias Mendes Viana Ferreira
UNICAMP

Esta comunicação visa apresentar os resultados preliminares de uma pesquisa de mestrado em andamento que investiga as demandas da classe trabalhadora feminina na Grande São Paulo entre os anos de 1978 e 1988. O período que nos propomos a analisar, marcado, entre outros aspectos, pela reorganização do movimento sindical e pela forte atuação de movimentos sociais em oposição à Ditadura Militar, também foi palco de um expressivo aumento no debate público sobre o trabalho produtivo e reprodutivo da mulher. Neste cenário - entre a carestia imposta por um sistema político-econômico de um Estado de Exceção concentrador de renda e a opressão baseada em uma divisão sexual do trabalho que invisibilizou parte do trabalho feminino em sociedade - mulheres de distintas categorias profissionais (metalúrgicas, químicas, farmacêuticas, bancárias, para citar algumas) organizaram encontros e publicações que visavam debater as discriminações sexistas e pautar suas reivindicações e demandas enquanto classe.

Movimento Custo de Vida e os Congressos da Mulher Paulista: quando o público e o privado se encontram

Layana Sales de Oliveira
PUC-Rio

Visando compreender as relações entre os espaços do lar e da rua, este trabalho analisa as contradições presentes nesses binômios a partir do estudo dos movimentos sociais e dos mundos do trabalho, atravessados pelas questões de gênero. A princípio, as donas de casa e as mulheres, de modo geral, na era do capital, foram historicamente associadas apenas às responsabilidades domésticas e ao cuidado familiar. Contudo, o trabalho de

cuidado pouco foi reconhecido como elemento de transformação social ou como força motriz de movimentos sociais. Entretanto, ao examinarmos as relações entre o movimento feminista e os movimentos sociais protagonizados por donas de casa — como o Movimento do Custo de Vida (MCV) —, torna-se possível perceber que o cuidado pode, sim, constituir um instrumento de mobilização política e transformação social. O MCV destacou-se como um dos maiores movimentos sociais da capital paulista durante as décadas de 1970 e 1980, sendo conduzido, ao longo de sua trajetória, pelas mulheres dos Clubes de Mães da Zona Sul de São Paulo (CMZS). Essas mulheres reivindicavam melhores condições de vida para as famílias trabalhadoras, exigindo aumento salarial, redução do custo de vida e o fim do arrocho salarial imposto pela ditadura militar. Com a promulgação da Lei da Anistia, em 1979, mulheres brasileiras exiladas, sobretudo na França e nos Estados Unidos, retornaram ao país trazendo experiências vinculadas aos debates feministas internacionais. Majoritariamente pertencentes às camadas médias, essas mulheres passaram a organizar grupos e congressos feministas no Brasil. Contudo, as pautas elaboradas a partir dessas vivências no exterior nem sempre dialogavam com as demandas das mulheres que permaneceram no país durante o período ditatorial. Dessa forma, os congressos feministas paulistas transformaram-se em espaços de disputa, não apenas entre feminismo e sociedade, mas também entre diferentes perspectivas de atuação política e concepções de luta feminina. Nesse sentido, é fundamental compreender a participação das mulheres periféricas na constituição do feminismo brasileiro, uma vez que elas também estavam profundamente inseridas nos debates acerca das questões femininas. Assim, este trabalho busca retirar a dona de casa pobre de uma posição passiva na historiografia, reconhecendo-a como sujeito político ativo, capaz de formular reivindicações, organizar mobilizações e pautar demandas fundamentais para as mulheres trabalhadoras, como a construção de creches, a igualdade salarial e a luta contra o aumento do custo de vida.

ST 8. FORMAS DE RECRUTAMENTO, APRENDIZAGEM E FORMAÇÃO DE TRABALHADORES

"Precisa-se de meninos para vender este jornal": anúncios de trabalho para crianças e jovens em Belém-PA (1890-1900)

Carolina do Nascimento Ávila
UFPA

No início da República, a infância tem grande destaque, com discursos que a enfatizam como "futuro da nação". É preciso preservar os pequenos, diminuindo a mortalidade infantil, educando-os para o trabalho, cuidando deles a partir de uma perspectiva, em geral, higienista. Porém, há uma diferença entre as crianças, indivíduos merecedores de atenção e proteção, e os menores, que faziam parte de uma infância abandonada, delinquente e/ou trabalhadora. Os jornais, com os anúncios de vagas de trabalho direcionadas a meninos e meninas, possibilitam conhecer mais sobre essa infância, os tipos de emprego destinados a ela, os locais de trabalho em que esses sujeitos eram mais requisitados, além das variações etárias e de gênero de acordo com cada serviço. Neste contexto, refletiremos sobre quais eram as concepções de infância do período, como eram estabelecidas as relações de trabalho e como essas questões se concretizaram no recorte espacial escolhido, a cidade de Belém. Assim, a partir da análise de anúncios voltados aos "menores" nos jornais paraenses "Diário de Notícias" e "A República", e levando em consideração os aspectos que envolvem a materialidade destes periódicos e o destaque dado aos anúncios, buscaremos compreender aspectos das dimensões do trabalho infanto-juvenil nos primeiros anos do período republicano.

Proletários aprendizes na Armada Imperial: notas de pesquisa

David Lacerda
UNEB

Experiências de trabalho e aprendizagem envolvendo crianças e jovens constituíram parte importante da história do trabalho marítimo e da formação das marinhas militares ao longo do século XIX. Apesar das contribuições relevantes de alguns estudos produzidos no Brasil e no exterior, o tema ainda requer maior atenção da crítica historiográfica, especialmente no que diz respeito aos processos de inserção desses sujeitos em ofícios ligados à marinhagem e à construção naval. A questão torna-se particularmente relevante entre 1840 e 1890, período que testemunhou a emergência de diferentes propostas de aprendizagem nos quadros da Armada Nacional, em meio à expansão global do mercado naval e às transformações na configuração do chamado "produto-navio". Parte dessas iniciativas tomou forma nas companhias de aprendizes artífices e de marinheiros vinculadas aos Arsenais da Marinha. Nesta comunicação, busco refletir sobre a organização dessas companhias e sobre o lugar ocupado pelos "aprendizes" — um contingente multirracial de crianças e jovens pobres e órfãos, negros e mestiços, livres ou não — no interior do que denomino de circuitos da coerção: um sistema articulado de experiências relacionadas à aprendizagem, ao recrutamento, à racialização e à política de organização da mão de obra. Para tanto, tomo como base empírica a documentação relativa ao Arsenal da Marinha do Rio de Janeiro, bem como o material levantado até o momento sobre as companhias de aprendizes do Arsenal da Bahia.

Migração, recrutamento e trabalho nas carvoarias da Siderama (1967-1976)

Sérgio Carvalho de Lima
UFAM / SEMED

O presente trabalho busca analisar os processos de migração, recrutamento e trabalho nas carvoarias vinculadas à Companhia Siderúrgica da Amazônia (SIDERAMA), entre 1967 e 1976, período marcado pela expansão industrial em Manaus e pela consolidação das políticas desenvolvimentistas implementadas na Amazônia durante a ditadura militar. O estudo integra uma pesquisa de doutorado em andamento sobre o trabalho e os trabalhadores das carvoarias na capital amazonense entre 1967 e 2010. A instalação da Zona Franca de Manaus, em 1967, impulsionou novos projetos industriais na região, entre eles a SIDERAMA, primeira usina siderúrgica instalada no norte do país. A produção siderúrgica dependia diretamente do carvão vegetal utilizado nos altos-fornos, tornando necessária a constituição de uma ampla rede de abastecimento baseada no recrutamento de trabalhadores para as áreas produtoras de carvão. O objetivo central deste trabalho é compreender como se estruturaram os mecanismos de atração, deslocamento e incorporação de trabalhadores

nas carvoarias da empresa, bem como as condições de trabalho encontradas nesses espaços produtivos. Buscaremos destacar a localidade de Araras, principal centro de produção de carvão vegetal destinado à siderúrgica, analisando as formas de recrutamento utilizadas pela empresa e os deslocamentos de famílias que buscavam oportunidades de trabalho em um contexto de transformações econômicas e territoriais na Amazônia. A problemática da pesquisa reside na contradição entre o discurso oficial de desenvolvimento e modernização associado aos grandes empreendimentos industriais e a realidade vivenciada pelos trabalhadores recrutados para as carvoarias. As fontes consultadas até o momento indicam que promessas de emprego, moradia e melhores condições de vida constituíam elementos importantes dos processos de recrutamento, mas frequentemente resultavam em experiências marcadas pela precarização laboral, informalidade e situações que, em alguns casos, aproximavam-se do trabalho análogo à escravidão. A pesquisa fundamenta-se nos referenciais da História Social do Trabalho, dialogando especialmente com E. P. Thompson, Eric Hobsbawm e Marcel van der Linden, entre outros, privilegiando a análise das experiências, estratégias e formas de resistência dos trabalhadores. Metodologicamente, utiliza periódicos da época, como o Jornal do Comércio e A Crítica, documentos oficiais, legislação, registros fotográficos e memórias de trabalhadores e moradores da comunidade de Araras. Ao investigar os fluxos migratórios e os mecanismos de recrutamento que sustentaram a produção de carvão vegetal, pretende-se contribuir para a compreensão das relações entre industrialização, mobilidade do trabalho e experiências dos trabalhadores na Amazônia durante o período desenvolvimentista.

ST 9. ENTRE A ESCRAVIDÃO E A CIDADANIA: EXPERIÊNCIAS DE TRABALHADORES NEGROS NO SÉCULO XIX

Entre a liberdade e a obrigação: o Decreto de 1871 e a reorganização do trabalho dos libertos da Nação na Imperial Fazenda de Santa Cruz.

Amanda Souza
UFRRJ

Em 2 de julho de 1872, foram registradas 1.167 cartas de liberdade concedidas aos chamados "escravos de usufruto" da Imperial Fazenda de Santa Cruz, propriedade da Nação e vinculada à Coroa, em conformidade com o artigo 6º da Lei nº 2.040, de 1871 (Lei do Ventre Livre). Essas alforrias evidenciam a operacionalização de um dispositivo legal que instituía uma liberdade condicionada: os libertos permaneciam obrigados à prestação de serviços por um período de cinco anos, sob supervisão estatal, estando ainda sujeitos à coerção ao trabalho em situações classificadas como "vadiagem". Esta apresentação examina o Decreto de 1871, com ênfase nas instruções relativas à execução do artigo 6º, sustentando que a liberdade condicionada ultrapassava o plano estritamente jurídico, configurando-se como um mecanismo de reorganização das relações de trabalho em um contexto de crise do regime escravista. A condição dos libertos era concebida como um problema a ser administrado, o que justificava tanto a defesa de uma emancipação gradual quanto a implementação de instrumentos coercitivos destinados a assegurar a continuidade de sua inserção no trabalho. Argumenta-se que o Decreto de 1871 articulou um conjunto de dispositivos jurídicos, administrativos e financeiros voltados à gestão dessa população, incluindo a regulamentação da locação de serviços, a fixação estatal de salários, a fiscalização por autoridades provinciais e a atuação de instâncias como o Juízo de Órfãos. Esses mecanismos, longe de promoverem autonomia, reinscreviam os libertos em relações de dependência e tutela, delineando formas precárias de inserção no mundo do trabalho livre. Nesse quadro, a emancipação desses sujeitos esteve intrinsecamente vinculada ao disciplinamento dos libertos por meio de dispositivos legais. Defende-se, portanto, que o decreto integrou um projeto mais amplo de preservação das relações de trabalho dos ex-escravizados, no qual a liberdade não significava autonomia plena, mas a reconfiguração de práticas de controle e disciplinamento dos libertos.

A Família Medeiros (1891), de Julia Lopes: raça e trabalho nas fazendas de São Paulo

Ana Flávia Cernic Ramos
UFU

No dia 16 de outubro de 1891 estreou na Gazeta de Notícias aquele que se tornaria um dos romances mais conhecidos da escritora Júlia Lopes de Almeida. Publicado em 48 edições do jornal carioca e ambientado no interior paulista, o livro tinha como um dos seus temas principais os últimos momentos da escravidão no Brasil. A história, transcorrida entre 1887 e 1888, aborda a resistência dos fazendeiros paulistas à Abolição, apegados até o último momento à escravidão, os eventos que marcaram as lutas pela liberdade nos meses imediatos ao 13 de Maio, bem como discute a presença de trabalhadores livres na "nova" e "moderna" fazenda paulista. Escrito entre os anos de 1885 e 1888, a obra só foi publicada (com possíveis revisões) em 1891, quando a Abolição já havia ocorrido e em meio à grande agitação política que marcou os primeiros anos da República no Brasil. Entre discursos abolicionistas, formação de quilombos, linchamentos e fugas em massa, a história contada por Júlia Lopes não só revisitava o passado então recente do Brasil – e os processos sociais que levaram o país até a Abolição – mas mirava no futuro das relações de trabalho que se reorganizavam. Escrito num momento em que as memórias da Abolição estavam em clara disputa e quando o passado escravista surgia em discursos públicos como se pertencesse a tempos imemoriais do país, a escritora decide publicar histórias da escravidão em São Paulo, investigando em sua obra ficcional as dinâmicas entre fazendeiros, escravos, libertos e imigrantes europeus nas fazendas paulistas. Partindo dos estudos já realizados sobre a obra A família Medeiros e do método que consiste na leitura articulada entre o romance e seu suporte original de publicação, ou seja, a Gazeta de Notícias, a proposta é compreender como o tema das tensões raciais, dos movimentos populares e da reorganização das relações de trabalho estavam no centro das preocupações da literata e do jornal quando eles decidiram rememorar ficcionalmente os eventos da Abolição nos últimos meses de 1891. Em meio à projetos imigrantistas e à debates sobre o trabalhador nacional, o romance mostra como a autora Julia Lopes estava atenda às principais questões sociais de seu tempo.

Africanos em Salvador, baianos no Rio: construção social do espaço por trabalhadores entre SSA e RJ, segunda metade do século XIX.

Gabriela R. Sampaio
UFBA

Nesta apresentação pretendo discutir a circulação de trabalhadores livres e libertos entre as cidades de Salvador e Rio de Janeiro no final do século XIX, pensando em como ocupavam e ressignificavam o espaço. O foco será nas trajetórias de alguns africanos que estabeleceram conexões e contatos na Corte, onde se tornaram "baianos", e acabaram se fixando, bem como nas diversas relações que estabeleceram na capital do Império, enfrentando disputas por trabalho, construindo novas redes sociais e religiosas, buscando formas de sobreviver naquele ambiente conflituoso. Num contexto de final da escravidão, marcado por racialização das relações sociais e de trabalho, lutas por direitos e cidadania, diversos trabalhadores escravizados, livres e libertos ocupavam a cidade de diversas maneiras: pelo trabalho, moradia, por motivos ligados a questões de saúde e doença, mas também em momentos de festa, de práticas religiosas, protestos e sociabilidades. Investigando a trajetória de alguns libertos africanos que se destacaram por sua movimentação, acumulando dinheiro e bens por meio de suas atividades comerciais, a proposta é refletir sobre a ocupação e a transformação de ruas centrais da cidade do Rio, pensando nas disputas travadas e nos significados atribuídos ao espaço urbano.

Caminhos para a cidadania: a trajetória de Antonio Israel Soares, de escravo a líder operário

Isabella de Souza Tavares
PUC-Rio

As décadas finais do século XIX foram cruciais para a construção da República, questões como o direito ao voto e participação política foram intensamente discutidas pela elite Brasileira a fim de moldar a nova estrutura do país. Neste cenário, foi promovida a exclusão das camadas menos abastadas da população. Ainda no período imperial, por exemplo, a Lei Saraiva de 1881 foi responsável por excluir grande parte do eleitorado do país, instituindo rigorosa comprovação de renda e a exclusão dos analfabetos. O estabelecimento do voto direto e a modelação do eleitorado foram pensados em um contexto no qual a abolição da escravidão se aproximava. Portanto, para reforçar as hierarquias sociais em uma realidade após a abolição era necessário excluir a participação política dos populares. Contudo, em oposição a este contexto de exclusões, as práticas educativas dos trabalhadores figuraram como uma das ações organizadas entre os próprios pares em fins do século XIX, se destacando pelo objetivo de alfabetizar a classe em busca de melhores oportunidades de ascensão social e em conjunto com a luta por maior participação política. Assim, a união entre educação e participação política andavam juntas em prol de uma militância operária que buscava direitos trabalhistas e se organizava para concorrer nos espaços políticos. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é apresentar a trajetória do líder operário Antonio Israel Soares, abordando os caminhos que percorreu em busca da cidadania através da educação e da organização operária. Filho do professor abolicionista Israel Antonio Soares, nosso personagem nasceu, ao que tudo indica, ainda no cativeiro, mas como operário se tornou líder um militante em prol da classe trabalhadora. Portanto, o recorte temporal deste trabalho se situa entre os anos de 1880 e 1902, período no qual Antonio Israel Soares junto de seu pai participou do movimento abolicionista e em seguida, no início do período republicano, teve papel de liderança nas organizações operárias. Compreendendo que a educação se tornou o termômetro da cidadania política a partir da Reforma Eleitoral de 1881, buscamos salientar o papel dos trabalhadores – livres ou escravizados – na luta por inserção social e participação política através da educação/instrução. Pretendemos discutir dois pontos cruciais a partir da trajetória deste personagem: o papel de formação do movimento abolicionista na vida de diversos militantes operários do inicio da República; e analisar como a educação se apresentou como um ponto central na busca dos trabalhadores por cidadania.

ST 10. O ESCRAVISMO DE PONTA-CABEÇA: A FORÇA DAS SENZALAS, RACIALIZAÇÃO, CLASSE E PATERNALISMO

Tredas senzalas Fogo no Cassarangongo, Quibaca e Cabaxi, engenhos de açúcar em São Francisco do Conde (Bahia, 1816)

Antonio Luigi Negro
UFBa

Tredas senzalas é uma expressão da elite política baiana para nomear suas sérias (e muito reservadas) desconfianças quanto à eficácia da sua política de dominação, o paternalismo. É, em acréscimo, indício de seus receios ou paranoia: escravizados a confidenciarem a morte da família de bem, inocentes vítimas recolhidas em suas alcovas, arrumadas na brancura dos sobrados fartos. Tanta insegurança é pista valiosa para a História Social. Quando os de cima admitem não acreditar no poder absoluto sobre os de baixo, é porque a sociedade de uma só classe – a dos senhores – não existe estruturada apenas de cima para baixo, pois é, de forma sutil e perturbadora, fundamentalmente marcada pela presença, agência e escolha da classe subalterna.

"De tanta insânia e fúria não há exemplo nos anais criminais". Revolta escrava e controle penal no Recôncavo Baiano

Elciene Rizzato Azevedo
UEFS

A comunicação aborda as transformações nos significados sociais e jurídicos da prática da violência senhorial e abuso sexual dos corpos das mulheres escravizadas, no contexto da desintegração do escravismo no Brasil. Para isso, parte de pesquisa realizada no Recôncavo baiano, que investigou as motivações e repercussões políticas de uma rebelião escrava ocorrida no Engenho Itatingui e o assassinato de Alexandre Gomes Ferrão Argollo, importante senhor de engenho, em 1878. O caso ganhou notoriedade pública, condenou nove escravizados à morte e gerou debate jurídico no Ministério da Justiça do Império. Cercas adentro das grandes propriedades agrícolas, a vida em comunidade e as relações de trabalho eram regulamentadas segundo desígnios e vontades do senhor, a quem cabia a tarefa de administrar a produção, o controle e a punição da escravaria, mas também a "justiça" entre os seus moradores. A historiografia tem apontado que o maior ou o menor sucesso dessa empreitada esteve relacionado à capacidade do senhor de se vincular aos costumes dos moradores, respeitar direitos conquistados e exercer sua autoridade resguardando valores da comunidade. O crime do Itatingui expõe as falhas dessa equação, deixa entrever as violências e abusos sexuais a que mulheres escravizadas estavam sujeitas, questão silenciada nas fontes judiciais, uma vez que a legislação do século XIX previa limites ao poder dos senhores nos casos de homicídio e castigos excessivos, mas não quanto ao uso sexual de suas cativas. Os escravos levantados estavam dispostos a romper com a crença naturalizada naquela sociedade de que seus corpos eram propriedade plena de seus senhores, fosse para submetê-los ao chicote no tronco ou ao abuso sexual. As formas como as autoridades judiciais e a burocracia estatal lidaram com essas circunstâncias singulares do crime, nos seus inúmeros relatórios e pareceres, dimensionam o impacto político dessa insurgência no período.

Os trabalhadores e a desorganização do trabalho na última crise do escravismo: o caso da greve geral das plantations (1887-1888)

Felipe Azevedo e Souza
PUC-Rio

Esta apresentação analisa a última crise do escravismo no Brasil a partir da atuação dos trabalhadores escravizados e de seu papel na desorganização do trabalho nas plantations entre 1887 e 1888. Argumenta-se que, nos momentos finais da escravidão, a crise não se limitou a um impasse político ou legislativo, mas assumiu a forma concreta de um colapso das rotinas produtivas, provocado pela ação coletiva dos próprios escravizados. Com base na análise de correspondências privadas de membros da elite imperial, documentos oficiais e imprensa, demonstra-se que tais práticas não foram episódicas nem localizadas. Ao contrário, apresentaram padrões recorrentes em diferentes regiões de plantation, configurando um cenário de desorganização generalizada do trabalho. Essas ações se articularam de forma dinâmica com o abolicionismo urbano, por meio de redes que conectavam senzalas, cidades e associações abolicionistas, permitindo a circulação de pessoas,

informações e estratégias de luta. Nesse contexto, as fugas, as paralisações e os deslocamentos coletivos não apenas fragilizavam o sistema produtivo, mas também alimentavam o debate público e pressionavam diretamente a arena política. A comunicação propõe, assim, compreender o processo abolicionista a partir de uma perspectiva centrada na ação dos trabalhadores, na qual o associativismo urbano e a militância letrada aparecem não como forças externas ou dirigentes, mas como parte de um campo mais amplo de mobilização social. Dialogando com a interpretação de W. E. B. Du Bois sobre a "greve geral" dos escravizados nos Estados Unidos, sustenta-se que o conceito permite apreender a simultaneidade, a difusão territorial e o conteúdo político das ações escravas. Nesse sentido, a abolição pode ser compreendida como resultado de uma crise do trabalho produzida pela ação dos próprios trabalhadores, que, ao desorganizar o sistema produtivo, aceleraram o fim do escravismo e buscaram condicionar os termos iniciais do trabalho livre.

Memórias da abolição, paternalismo, raça e direitos dos trabalhadores rurais no Brasil durante o Estado Novo

Fernando Teixeira da Silva
UNICAMP

Durante do Estado Novo (1937-1945), os debates sobre a extensão da legislação social e trabalhista para o campo ganharam grande projeção. Mesmo que se possa insistir, a posteriori, sobre a inexistência ou ineficiência dessa legislação quanto aos tradicionais modos de dominação dos proprietários rurais, a intervenção do Estado nas relações de trabalho na lavoura foi vivida pelos empregadores sob o signo da indeterminação quanto ao futuro, pairando como uma espada de Dâmocles sobre suas cabeças. O poder deles passava a ser visto como principal obstáculo àquela intervenção, cada vez mais invocada em dezenas de textos de periódicos especializados em Direito do Trabalho e em comissões e publicações oficiais do governo Vargas. Entretanto, esses mesmos periódicos, bem como diversos debates sobre a extensão do direito social para o campo, abriram espaço também para tradicionais argumentos que promoviam o paternalismo senhorial dos tempos da escravidão como modelo e forma mais eficaz de defesa do bem-estar do trabalhador agrícola. Esta comunicação procura examinar como uma consolidada memória da escravidão e da abolição se reelaborou no Estado Novo, racializando o trabalhador rural, questão que segue inexplorada pela historiografia dedicada a analisar a distribuição desigual de direitos entre trabalhadores da cidade e do campo. Em um "novo paternalismo" destinado especialmente ao agora incensado trabalhador nacional, os fazendeiros poderiam manter o Estado afastado de suas terras, dominium que permanecia como o fundamento de toda ordem social, mas doravante sob a direção de senhores-patrões supostamente previdentes, modernos, compassivos, instruídos e desde sempre brancos.

ST 11. FERROVIÁRIOS E OS MUNDOS DO TRABALHO: COMPULSORIEDADE, MIGRAÇÕES, ACIDENTES E RESISTÊNCIA NAS ESTRADAS DE FERRO

Trabalhadores, compulsoriedade e resistência nas ferrovias de Cuba, 1830-1840

Robério Santos Souza
UNEB

No século XIX, sociedades escravistas de países como Cuba e Brasil buscaram fortalecer suas economias com a introdução de estradas de ferro. Sabe-se que empreendimentos de estradas de ferro em diferentes países, no século XIX, demandavam um número expressivo de força de trabalho, impondo com isso empecilhos e desafios para muitos países, a exemplo de Cuba, que almejavam introduzir, ainda de forma pioneira, às ferrovias em seus territórios. Para viabilizar seus projetos, as elites cubanas foram hábeis em empregar e recrutar trabalhadores de diferentes condições jurídicas e, até, de outras partes do mundo para laborarem na construção e operação de ferrovias, engajando centenas de homens livres, escravizados, e africanos livres – ou emancipados- nas linhas férreas. Na primeira metade do século XIX, ainda nos primórdios da primeira fase ferroviária, na região ocidental de Cuba, imigrantes, "ditos" livres, foram contratados como força de trabalho nas obras de construção de ferrovias. Nelas, compartilharam o mundo laboral com escravizados e africanos livres, vivenciando dimensões do trabalho compulsório, semelhante àquelas vivenciadas por trabalhadores italianos, década mais tarde, nas estradas de ferro da Bahia, Brasil. Nessa apresentação, proponho refletir sobre mercado e composição de braços, relações de trabalho, compulsoriedade e resistência no mundo do trabalho ferroviário, na sociedade escravista cubana.

Internacionalismo operário na selva: trabalho e migrações dos construtores da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (1867-1919)

Tyrone Apollo Pontes Candido
UFC

A Estrada de Ferro Madeira-Mamoré – EFMM, responsável pela morte de milhares de trabalhadores na fronteira amazônica entre o Brasil e a Bolívia, mobilizou operários de mais de quarenta nacionalidades diferentes para sua construção. Péssimas condições de estadia, falhas no pagamento dos salários, doenças mortais, choques com povos indígenas e o despotismo patronal foram alguns motivos que despertaram protestos e levaram muitos trabalhadores a abandonar as obras nas diversas expedições de construção da EFMM. Novas contratações foram constantemente realizadas em busca de trabalhadores por todo o mundo, visando manter a substituição da mão-de-obra que se desfazia pelas deserções e mortes. Diversas expedições fracassadas foram mobilizadas no último quartel do século XIX na tentativa de construir aquela via-férrea, mas foi apenas entre 1907 e 1912, com a concessão da ferrovia à uma empresa norte-americana dirigida pelo magnata Percival Farquhar, que as obras foram efetivamente concluídas. Procura-se, nessa investigação, entender a formação das conexões internacionais dos operários que construíram a EFMM, considerando as formas de mobilização de trabalhadores, as condições de trabalho, a interação dos grupos de diferentes raças e nacionalidades, as medidas sanitárias adotadas, a condição feminina, os crimes, as greves e os protestos que constituíram as relações conflituosas naquele universo de milhares de trabalhadores. A pesquisa envolve, assim, uma abordagem transnacional sobre fluxos migratórios regionais e globais, ligando a Amazônia a outros países no Caribe, na América Latina, Estados Unidos, Europa e Ásia, afora algumas outras regiões brasileiras. A construção da EFMM, naquela importante fase do expansionismo ferroviário, se apresenta como um cenário privilegiado para o conhecimento histórico acerca das experiências de trabalhadores internacionalmente conectados.

Dos trilhos aos tribunais: acidentes e disputas trabalhistas na Viação Férrea Federal Leste Brasileiro (1937-1961)

Luan Lima Batista
SEMED-LF/SEC-BA/UFBA

Este trabalho investiga a experiência dos trabalhadores da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro (VFFLB) entre 1937 e 1961, privilegiando as disputas travadas na Justiça do Trabalho. Constituída no século XIX sob capitais britânicos e liderada no início do século XX por um conglomerado franco-belga, parte considerável da

malha ferroviária da Bahia foi parcialmente resgatada pela União durante a Era Vargas. Em 1935, a Leste já figurava entre as maiores companhias ferroviárias do país, empregando mais de 10 mil trabalhadores, majoritariamente homens e mulheres negros e pobres. Sob a gestão de Lauro Farani Pedreira de Freitas, as tensões entre trabalhadores e a direção da ferrovia foram ampliadas, tornando advertências, suspensões e demissões arbitrárias práticas recorrentes no interior da companhia. Em contraposição ao discurso oficial de modernização e desenvolvimento, a experiência dos ferroviários da Leste era marcada pela precariedade dos serviços, pela brutalidade de acidentes recorrentes e por práticas disciplinares punitivas. Ante a desarticulação das entidades sindicais, os ferroviários converteram a esfera jurídica em um espaço estratégico de resistência e busca por reparações. A pesquisa ancora-se nos pressupostos da História Social e da Micro-história, valendo-se de autores como E. P. Thompson e Carlo Ginzburg. O corpus documental compreende relatórios institucionais, periódicos e processos judiciais salvaguardados no Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

Entre trilhos e cuidados: ferrovia e saúde na Primeira República (1910-1920)

Aislan Soares Viçosa
UFSM

Na presente pesquisa, investiguei os acidentes de trabalho de operários-ferroviários da Viação Férrea do Rio Grande do Sul (V.F.R.G.S.), em Santa Maria, entre 1910 e 1920, analisando as possibilidades de diagnóstico dos acidentes de trabalho entre os trabalhadores que ingressaram no Hospital de Caridade de Santa Maria (HCSM). As análises estiveram voltadas a responder às seguintes questões: quais eram os diagnósticos de acidentes de trabalho registrados no Livro de Registro do HCSM? Quais ofícios apresentavam maior incidência de acidentes entre os operários-ferroviários? Entre esses ofícios, quais eram as designações de cor atribuídas aos trabalhadores? Tais questionamentos foram fundamentais para a análise dos acidentes de trabalho entre os operários-ferroviários. Ao final do século XIX, a ferrovia foi introduzida em Santa Maria, tornando-se a força motriz da urbanização da cidade. Nesse contexto, uma das transformações ocorreu na assistência à saúde, com a modificação do acesso das classes trabalhadoras. Em 1903, foi inaugurado o HCSM, espaço de assistência à saúde na cidade, que recebia subsídios da V.F.R.G.S. para atender os operários-ferroviários. A saúde constitui, portanto, um campo importante na discussão sobre os acidentes de trabalho, ao evidenciar a possibilidade de cuidados médicos em situações de acidentes laborais. Assim, apresentei as análises dos acidentes de trabalho de operários-ferroviários registrados no HCSM. Na pesquisa, adotei os pressupostos de E. P. Thompson, bem como uma metodologia inspirada na micro-história, articulando-os aos debates do pós-abolição para pensar os mundos do trabalho. O corpus documental correspondeu ao Livro de Registro do Hospital de Caridade de Santa Maria (LR HCSM), preservado no Arquivo do Hospital de Caridade (AHAC). Desse modo, evidenciou-se que os acidentes de trabalho de operários-ferroviários estavam presentes na vida cotidiana dos trabalhadores da Viação Férrea do Rio Grande do Sul (V.F.R.G.S.).

ST 12. ESCRAVIDÃO, RACIALIZAÇÃO E LUTAS PELA LIBERDADE

Quem eram os capitães pardos do Rio de Janeiro? Perfis, trajetórias e sociabilidades (1768-1808)

Adriana Barreto de Souza
UFRRJ

Criada em 1768 com o nome de Terço de Infantaria de Homens Pardos Libertos, a Milícia de Homens Pardos do Rio de Janeiro foi consequência direta da carta régia de 1766, que procurava mobilizar tropas para defender a fronteira sul da América portuguesa. A carta régia, historicamente bem conhecida, determinava o alistamento de todos os moradores "sem exceção de nobres, plebeus, brancos, mestiços, pretos, ingênuos e libertos". No Rio de Janeiro, na letra da lei, a organização do terço miliciano de pardos teve início em 1767, no governo do conde da Cunha. Mas, ao que parece, ele não saiu do papel. O próprio conde nunca mencionou a existência de um terço dos homens pardos em sua correspondência oficial. Segundo o primeiro sargento-mor do Terço, este foi criado pelo vice-rei conde de Azambuja, em novembro de 1768. O novo corpo, que chegou a ter um efetivo de 627 homens na época da sua organização, possui uma história longa, tendo sido extinto apenas em 1831, pelas reformas liberais que criaram a Guarda Nacional. O objetivo dessa comunicação é analisar o perfil e a trajetória dos homens que alcançaram a patente de capitão na Milícia de Homens Pardos do Rio de Janeiro, o mais elevado posto ao qual homens pardos conseguiam – apesar de seus esforços e demandas – ser admitidos até 1808. Diante da falta de um livro de matrícula organizado com os dados desses homens, para a execução dessa tarefa, cruzaremos documentos de natureza diversa: "documentação militar" (cartas-patentes, mapas de tropas e listas de dispensa); processos de justificação, registros paroquiais, habilitações matrimoniais, inventários e processos judiciais. Embora a amostragem seja pequena, qualitativamente os dados coletados permitirão lançar luz sobre um grupo de moradores do Rio de janeiro ainda desconhecido da historiografia.

"Elemento servil", racialização e mundos do trabalho no Sudeste escravista: conflitos, fugas e desigualdade racial no pós-1871

Thompson Clímaco
UFRRJ

Este trabalho analisa como a linguagem acerca do "elemento servil" integrou o processo de racialização dos mundos do trabalho no Sudeste escravista após a Lei do Ventre Livre, com ênfase no Sul Fluminense entre 1871 e 1878. Parte-se da hipótese de que essa expressão não operou apenas como forma de designar a escravidão, mas como categoria política capaz de associar trabalho manual, hierarquização racial e suspeição social à necessidade de disciplina, reorganizando debates sobre liberdade, ordem, mobilidade e autoridade senhorial no pós-1871. Nessa direção, o estudo busca demonstrar que a racialização do trabalhador nacional não se limitou ao plano dos discursos parlamentares, das petições senhoriais ou da imprensa, mas pode ser observada também nos conflitos concretos que atravessaram a década de 1870. A comunicação mobiliza debates legislativos, petições de proprietários, periódicos e amostragens documentais do Sul Fluminense para examinar como a questão do trabalho escravizado foi reelaborada como problema de administração do trabalho livre. Nesse quadro, as fugas são tratadas como indício de recusa, deslocamento e contestação da disciplina senhorial; os conflitos e registros jurídicos permitem entrever disputas em torno de liberdade, tutela, violência e controle do trabalho; e os mapas mortuários de Resende oferecem uma via de acesso à materialidade da desigualdade racial, tornando visíveis diferenças de vulnerabilidade, classificação social, trabalho e morte em uma região marcada pelo escravismo cafeeiro. Ao concentrar a análise na década de 1870, o trabalho busca contribuir para a história social do trabalho ao demonstrar que raça e classe se constituíram de forma relacional na reorganização dos mundos do trabalho rural, e que a liberdade parcial inaugurada em 1871 aprofundou disputas sobre quem poderia circular, trabalhar, viver e ser reconhecido como trabalhador legítimo. O recorte até 1878 se justifica porque o Congresso Agrícola daquele ano, ao reunir frações da classe senhorial do Sudeste escravista, condensou debates sobre disciplina, tutela, imigração e controle do trabalho. Lido a contrapelo, esse conjunto documental permite também evidenciar que trabalhadores escravizados e livres não ocuparam lugar passivo nesse processo, seja por meio de fugas, litígios, deslocamentos e experiências desiguais de vulnerabilidade, participaram ativamente dos conflitos que expuseram os limites da dominação senhorial e da própria racialização do trabalho.

No extremo sul do Império: formas de luta e de organização dos trabalhadores contra a escravidão em Rio Grande (1880-1888)

Felipe Treviso Bresolin
UFRGS

Este trabalho analisa o papel dos trabalhadores nas lutas abolicionistas nas últimas décadas do século XIX em Rio Grande, bem como as articulações entre o abolicionismo e o processo de formação da classe trabalhadora. Parte-se da hipótese de que a luta contra a escravidão constituiu um elemento central do fazer-se classe, permitindo a aproximação entre trabalhadores escravizados, libertos e livres que, apesar de suas diferenças jurídicas e hierarquias sociais, compartilharam experiências de trabalho, práticas associativas e horizontes políticos comuns. Do ponto de vista historiográfico, o estudo dialoga com interpretações que têm problematizado, em diferentes contextos regionais, a separação rígida entre a história do abolicionismo e a do movimento operário. Argumenta-se que tais processos não apenas se entrecruzaram, como também mobilizaram sujeitos históricos e repertórios de ação parcialmente compartilhados, permitindo compreender o abolicionismo como um momento privilegiado para a análise das continuidades entre distintas experiências de luta no mundo do trabalho. A cidade do Rio Grande, localizada na metade sul do Rio Grande do Sul, região compreendida como um “cinturão escravista agropastoril das charqueadas”, em função da forte presença de mão de obra escravizada vinculada à produção e circulação de produtos derivados da pecuária, constituía um espaço de intensa convivência entre trabalhadores escravizados e livres, cujas experiências cotidianas frequentemente se entrelaçavam no mundo do trabalho urbano e portuário. Nesse contexto, busca-se analisar modalidades de organização coletiva, formas de luta e práticas de militância no interior da principal arena da luta de classes do período: a questão antiescravista.

Escravidão e trabalho na Era do Livre Contrato

Gentil Penna Clemente
UFSC/Ibict

A década de 1830 foi marcada pela promulgação de uma série de leis, decretos, regulamentos e alvarás que alteraram profundamente as normas que regiam as relações contratuais no Brasil. Embora já fossem um instrumento legal comumente utilizado em transações de diversas naturezas, os contratos firmados até então estavam submetidos a uma série de constrições. Em outras palavras, era permitido que os indivíduos firmassem contratos entre si, mas, para que tivessem validade, era preciso que esses acordos não violassem nenhuma das muitas restrições estabelecidas pela legislação luso-brasileira. A abertura dos portos em 1808 aqueceu rapidamente as atividades mercantis e gerou um forte aumento na demanda por capital para investimentos. Esse movimento foi acompanhado pela adoção de uma série de medidas que visavam expandir a oferta de meio circulante, via emissão de numerário e títulos de crédito, respectivamente, pela Casa da Moeda e pelo primeiro Banco do Brasil. A eficácia dessas medidas, no entanto, não foi suficiente para suprir a demanda de um mercado em expansão econômica e demográfica. Não faltavam oportunidades para novos negócios, nem tampouco grandes e pequenos investidores dispostos a empreender, mas faltava dinheiro. Trata-se de um quadro que o Brasil compartilhou com diversas outras nações ao redor do Atlântico, e em todas elas a solução encontrada para sanar o descompasso entre demanda e oferta por capital foi semelhante: a implementação de leis e normas que consolidaram o livre contrato entre os agentes econômicos como o novo normal. No intervalo de menos de duas décadas, diversas nações, entre elas o Brasil, caminharam no sentido de abolir as leis de usura, implementar regras mais claras para processos de falência e promover mudanças legais que conferiram mais celeridade e previsibilidade aos processos de execução de dívidas. Por trás dessas várias mudanças havia uma mesma intenção: flexibilizar e estimular transações contratuais nas quais os termos negociado entre as partes tinham praticamente força de lei. No Brasil, em aparente contradição, o auge da Era do Livre Contrato se dá em um contexto de expansão do regime escravista. Esta apresentação tem o intuito de enfrentar tal contradição, demonstrando como a nova liberdade de contrato ajudou a dar sobrevida ao regime escravista brasileiro. A "reforma contratual" de 1830 não só estimulou o uso da propriedade escravizada como ativo financeiro, como também abriu novas opções para negociação, compra e contratação da liberdade via alforrias.

ST 13. TRABALHO URBANO, ESCRAVIZAÇÃO E PRECARIZAÇÃO DA LIBERDADE

No ritmo das ruas: trabalho feminino na Bahia do século XIX

Mona Lisa Nunes de Souza
UNICAMP

Esta comunicação analisa o trabalho desempenhado por mulheres ganhadeiras em Salvador durante o século XIX, a partir da experiência da africana liberta de nação nagô Quitéria Garcia Rosa, que viveu e morreu na capital baiana no período de 1832 a 1897. Investindo em escravizados e em produtos africanos importados de Lagos, ela construiu uma considerável fortuna. Quando faleceu, aos 95 anos, em 1897, havia deixado para seus herdeiros 13 imóveis (casas e sobrados), avaliados em 20 contos e 650 mil-réis. As fontes pesquisadas não informam o que lhe permitiu juntar recursos para a compra de sua liberdade, mas, devido às oportunidades de trabalho disponíveis às mulheres africanas no meio urbano e ao costume dos senhores de empregá-las no ganho, pode-se supor que ela tenha amealhado seu pecúlio como ganhadeira, vendendo doces, frutas e peixes, entre outros produtos que faziam parte da dieta dos baianos, além de mercadorias vindas da África e avidamente consumidas no interior da comunidade africana, como os panos da costa. João José Reis, Cecília Soares e Richard Graham demonstraram como tais vendedoras dominavam o circuito de venda de alimentos e outros itens nas ruas de Salvador. Os indícios apontam que, após a compra de sua alforria, Quitéria investiu em mulheres escravizadas de nação nagô para o trabalho no ganho, pois, de seus 9 escravizados, 6 eram do sexo feminino, identificadas como nagôs e africanas, os outros 3 eram filhos destas. Por fim, outra pista que reforça essa hipótese é o fato de Quitéria, no dia 1º de dezembro de 1852, ter desembolsado 8 mil-réis para pagar pela infração da Postura Municipal nº 127, por obstrução do trânsito com mercadorias, cometida por sua cativa africana Felismina.

"Mulheres infames": trabalho, luta e cotidiano de criadas e vendedeiras nas ruas de Belém (1871-1902)

Caroline Porto Brito
UFPA

A presente pesquisa analisa a atuação histórica de mulheres negras e mestiças no mundo do trabalho urbano da Amazônia belenense durante a crise da escravidão e o pós-abolição, com o objetivo de evidenciar as complexas relações políticas e sociais em torno das experiências de luta e trabalho de mulheres que atuaram nos serviços domésticos e no comércio ambulante, com foco na reestruturação do trabalho doméstico. A modificação nas relações de trabalho em decorrência das concepções acerca do trabalho livre no final do século XIX envolveu diferentes sujeitos históricos que pleitearam a livre exploração da mão de obra liberta como políticos, autoridades policiais, senhores de escravos e patrões. A pesquisa enfoca a atuação histórica de criadas domésticas e vendedeiras da mercancia ambulante buscando compreender as implicações econômicas e sociais nas relações de trabalho decorrentes da crise da escravidão, e, quais as formas de agir diante de conflitos com autoridades, patrões e em alguns momentos umas contra as outras. Esse grupo de trabalhadores não era um grupo conscientemente organizados através de sindicatos reivindicando direitos trabalhistas por meio de greves unificadas, mas sim, trabalhadores que compartilharam experiências de violência, abusos, bem como autonomias possíveis nas sedições do cotidiano em um contexto de crise. Esse segmento social foi visto num primeiro momento como mercadoria e posteriormente passou a ser assimilado como trabalhador liberto naquela sociedade, o que ocasionou as primeiras experiências em massa de trabalhadores livres. Lutaram para deixar no passado as práticas costumeiras da servidão. Essa análise foi embasada na legislação emancipacionista bem como nas leis de regulamentação do serviço doméstico da capital paraense (Lei 1353 de 1889 e Lei nº95 de 1898). De mesmo modo, foram utilizados autos de perguntas de processos criminais, publicações da imprensa periódica oitocentista como anúncios, crônicas, contos, anedotas e folhetins, assim como fotografias e artes plásticas. Essa multiplicidade de fontes conserva fragmentos do complexo cotidiano de criadas domésticas e vendedoras ambulantes comprovando a inteligência e a perspicácia das trabalhadoras que, ora versaram com as condutas higienistas, ora se distanciaram delas na administração das suas próprias vidas.

Uma “nova e desumana escravidão”: tutelas e serviços de ingênuos e libertos (Belém, 1885-1890)

Victor Hugo Modesto
UFPA

Com o advento da Lei do Ventre Livre em 28 de setembro de 1871 é observado um crescente aumento no número de requisições de tutelas, fundamentalmente a partir de 1879, ano em que os primeiros ingênuos nascidos poucos anos após a promulgação da Lei completariam 8 anos de idade e estariam submetidos a continuar servindo os senhores de suas mães ou serem entregues para o Estado Imperial destiná-los a instituições ou particulares. Pesquisas para diferentes regiões do Brasil apontam para este crescimento de tutelas, algo que também ocorreu na Província do Grão-Pará, particularmente na capital Belém. O aumento substancial dos autos de tutela na década de 1880 reflete as contendas em torno da liberdade que, colocavam menores ingênuos, libertos e suas mães libertas em oposição aos interesses de ex-senhores que tentavam tutelá-los. O objetivo deste trabalho é o de analisar os conflitos em torno das tutelas de ingênuos e libertos e observar as motivações que levaram principalmente os ex-senhores (e seus familiares) a se empenharem na tentativa de tutelar os filhos e as filhas de suas ex-escravizadas. Nestes termos, procuro demonstrar que o interesse dos ex-senhores foi na continuidade da prestação de serviços dos ingênuos e libertos, sobretudo nos serviços domésticos, mas também se configurou em uma tentativa de manter as mães dos menores em suas propriedades. Tendo em vista o objetivo proposto, analiso em particular o intervalo entre os anos de 1885 e 1890, pois no primeiro temos a promulgação da Lei dos Sexagenários, que, no seu artigo 4º Inciso 4º declarou que “o direito dos senhores de escravos à prestação de serviços dos ingênuos ou à indenização em títulos de renda, na forma do art. 1º, § 1º, da lei de 28 de Setembro de 1871, cessará com a extinção da escravidão”, sendo assim, há uma mudança considerável no horizonte em relação aos ingênuos, o que torna substantiva a observação das contendas em torno da Abolição e no imediato pós-abolição. Este trabalho analisa as petições de tutelas na década de 1880 e notícias veiculadas em periódicos logo após a promulgação da Lei Áurea, assim, pretendo demonstrar como as tutelas foram significadas por ex-senhores, mas principalmente pelas mães libertas dos menores e articulistas, o que levou diferentes indivíduos, inclusive na própria instituição do Juízo dos Órfãos, a conceber as ações de tutelas como uma espécie de “nova escravidão”.

Mundos do trabalho no universo da pesca: conflitos, cultura e mobilizações

Alessandra Patrícia Bernardo da Silva
UFAM

O presente trabalho tem como objetivo analisar as relações entre as novas modalidades de controle dos trabalhadores amazonenses envolvidos com as atividades pesqueiras e as formas de mobilização e luta engendradas na experiência cotidiana dessa categoria profissional no final do século XIX e início do XX. O ponto de partida para a construção da problemática desse trabalho foi a greve dos pescadores desencadeada em março de 1906 por conta do aumento da cobrança de taxas relacionadas a atividade pesqueira. Os jornais da cidade anotaram a paralisação de seis dias de trabalho, fato esse que afetou profundamente o abastecimento de Manaus, gerando profundo transtorno, tendo em vista o fato do peixe está na base da alimentação local.

ST 14. TRABALHO INDÍGENA, FRONTEIRAS E EXTRATIVISMO AMAZÔNICO

Ilha de Marapatá: depósito da consciência da branquitude

Márcio Couto Henrique
UFPA

Em 1851 a escuna Relâmpago foi perseguida e apreendida no Recôncavo sul da Bahia, suspeita de tráfico clandestino, o que se confirmou após a conclusão de um longo processo-crime de repercussão nacional e internacional. Quando a Relâmpago atravessou o Atlântico pela última vez, saindo de Lagos em direção ao Brasil – ou a Cuba, como alguns tripulantes alegaram -, ela estava carregada de trabalhadoras e trabalhadores escravizados e livres, de cores e idiomas variados, um proletariado heterogêneo, multinacional e multiétnico. A bordo dela, além da equipagem e dos trabalhadores escravizados, também viajaram 10 cartas e bilhetes, 1 passaporte, 15 livros e 6 mapas, os quais também apontam para o trânsito transnacional e transcontinental de trabalhadores e de suas histórias de vida. É com base no processo-crime e nessa documentação que foi encontrada na embarcação que pretendo especular sobre o papel do tráfico de escravizados, das migrações nesse contexto, e dos navios negreiros na formação de um "proletariado atlântico", que tem origem nos sequestros, aliciamentos por constrangimentos ou "por opção". Proponho, portanto, nessa comunicação, uma viagem atlântica pelos mundos do trabalho a bordo da Relâmpago, onde se combinavam diferentes formas e condições de trabalho compulsório e assalariado, e também onde essas trabalhadoras e trabalhadores compartilhavam experiências e aprendizagens para as lutas por melhores condições de vida.

"Formidáveis barreiras": os karajá e a política de povoamento e navegação do rio Araguaia sec. XIX

Andressa Barbosa de Jesus Souza
UNIFESSPA

Este artigo tem como objetivo analisar a agência indígena no contexto de povoamento e colonização do norte de Goiás na segunda metade do século XIX, o projeto do governo Imperial, buscava em sua essência a implementação de uma rota comercial fluvial ativa pelo rio Araguaia que ligaria a província de Goiás ao litoral do Imperial, Belém com o intuito de fomentar a comercialização dos bens de primeira necessidade produtos em solo goiano, para tanto, para dar base a esse projeto foram fundadas as margens dos principais rios os presídios militares e aldeamentos essas instituições objetivavam a civilização dos grupos indígenas habitantes da região com o apoio da política indigenista, através da sua principal ferramenta a catequese indígena (missões religiosas), para torná-los mão de obra ativa na navegação, entretanto, o projeto do governo imperial, esbarrou-se nas agências dos grupos indígenas em especial dos Iny-Karajá, que frente a esses processos civilizatório, a luz das suas próprias escolhas souberam muito bem manejar as suas experiências da fronteiras ao seu favor e com isso, impuseram um certo limite a expansão da fronteira nacional em seus territórios.

Tempo de viração versus tempo da borracha: tensões e conflitos nos aldeamentos indígenas do rio Madeira (1870-1890)

Davi Avelino Leal
UFAM

A presente pesquisa tem como objetivo analisar os conflitos e tensões que emergiram nos aldeamentos provinciais em decorrência das disputas envolvendo a força de trabalho indígena. Uma das motivações desses conflitos residia na mobilização de trabalhares indígenas para os seringais no período em que estes se organizavam para as pescarias e virações de tartarugas nos meses de agosto, setembro e outro. O problema era que esse momento era também para extração da goma elástica, produto de demanda crescente no mercado internacional e grande incidência nos rios da margem sul do Amazonas.

“Jardineiros do Éden”: povos indígenas e exploração do Jaborandi na Amazônia (séc. XX)

Laecio Rocha de Sena (UNIFESSPA) e Rafael Rogério Nascimento dos Santos
UFPA

O presente trabalho trata da relação entre povos indígenas e a exploração do Jaborandi (Pilocarpus microphyllus) na Amazônia nas últimas décadas do século XX. O objetivo central é investigar como a demanda global da indústria farmacêutica pela pilocarpina – princípio ativo utilizado no tratamento do glaucoma – produziu impactos nos territórios e no cotidiano de povos indígenas, mais precisamente os Tenetehara-Guajajara e os Mebêngôkre-Kayapó, cujas aldeias ficam nos estados do Maranhão e Pará, respectivamente, e que foram inseridas na dinâmica de exploração desta planta. Desse modo, a partir da análise de um diversificado corpus documental que inclui jornais impressos da década de 1980 (como o Jornal do Commércio, O Liberal e Diário do Pará), além de documentos jurídicos, contratos de compra e venda e registros de mobilizações indígenas, buscamos compreender também a face corporativa deste processo, especificamente a atuação da multinacional Merck e sua subsidiária Vegetex, confrontando a apropriação do saber tradicional com as dinâmicas de resistência desses grupos. O trabalho dialoga com os estudos dos campos da História Indígena e do Indigenismo e da História Ambiental. A investigação, até o momento, tem mostrado que a inserção do jaborandi no mercado transnacional estabeleceu uma cadeia extrativista pautada pelo sistema de aviamento moderno, no qual os indígenas eram remunerados com valores irrisórios e mantidos em um ciclo de endividamento permanente. A pesquisa demonstra que a atuação da FUNAI (Fundação Nacional do Índio), sob um viés tutelar, serviu como mediadora para racionalizar a exploração em benefício industrial, conferindo legalidade a processos de expropriação. Contudo, identificou-se uma forte agência indígena, manifestada em assembleias e denúncias de lideranças que, ao final da década de 1980, passaram a contestar a tutela estatal e a lutar pela proteção de seus recursos naturais e direitos territoriais.

ST 15. MULHERES, TRABALHO E PROTAGONISMOS

“Você também é constituinte”: participação e demandas das trabalhadoras domésticas no projeto Constituição (1986-1987)

Juliane Bernardo Bispo
PUC-Rio

O presente trabalho analisa as cartas enviadas por trabalhadoras domésticas ao projeto Constituição, popularmente conhecido como ""Cartas ao País dos Sonhos"", iniciativa do Senado Federal que reuniu aproximadamente 72 mil missivas de cidadãos comuns entre 1986 e 1987, no âmbito das oitivas populares em preparação à Assembleia Constituinte. A partir de uma pesquisa exploratória, foram identificadas 102 cartas que mencionam o termo "empregada doméstica" e 9 que utilizam a expressão ""trabalhadora doméstica"", conformando um corpus documental inédito. Recorrendo à análise de conteúdo (BARDIN, 2011) e à análise de discurso (FOUCAULT, 1996), o trabalho examina as demandas dessas trabalhadoras, evidenciando como sujeitos historicamente marginalizados — mulheres negras, migrantes e pobres — mobilizaram a escrita como estratégia de inserção política. A pesquisa dialoga com a perspectiva interseccional (CRENSHAW, 1989; COLLINS, 1990) e com a "história vista de baixo"(THOMPSON, 1963), contribuindo para a historiografia do trabalho doméstico e da redemocratização brasileira.

Mulheres, trabalho e política em Alagoinhas: trajetórias, espaços sociais e relações de poder

Francisneide Batista Santos Suzart
UNEB

Este trabalho faz parte de uma pesquisa mais ampla sobre a trajetória político-social e a representatividade feminina no município de Alagoinhas (BA), considerando diferentes períodos históricos desde 1934, a partir de uma abordagem que articula memória, narrativas e construção de identidades, cujo objetivo é compreender como as desigualdades de gênero persistem no contexto local, especialmente no que diz respeito ao mercado de trabalho e à participação política das mulheres. A análise se apoia na perspectiva da memória coletiva e nos marcadores sociais da diferença, como raça, classe e gênero, entendidos como fatores importantes na construção das identidades femininas e nas experiências no mundo do trabalho. Parte-se da compreensão de que as desigualdades de gênero, historicamente construídas em uma sociedade marcada pelo patriarcado, ainda limitam o acesso das mulheres aos espaços públicos e de poder, da percepção de como as experiências de trabalho das mulheres influenciam sua entrada e atuação na política local, e dos espaços sociais que limitam ou possibilitam a participação política dessas mulheres . Este estudo busca mostrar como as experiências das mulheres na Câmara de Vereadores de Alagoinhas revelam, ao mesmo tempo, situações de submissão e formas de resistência, pois essas vivências refletem não apenas a divisão sexual do trabalho, mas também as dificuldades enfrentadas pelas mulheres para ocupar cargos de poder. Do ponto de vista metodológico, a pesquisa reúne revisão bibliográfica, análise de documentos e relatos de mulheres, permitindo reconstruir trajetórias, práticas e discursos. Como parte de resultados da pesquisa tem-se que experiências de trabalho, especialmente em educação no município, ampliam redes sociais de visibilidade e poder simbólico das mulheres, evidenciando tanto os desafios quanto às conquistas, e contribuindo para o debate sobre igualdade de gênero e ampliação da participação feminina nos espaços de trabalho e decisão local.

Trabalho feminino e invisibilidade na Junta de Conciliação e Julgamento de Itacoatiara - AM (1984)

Ana Caroline Albuquerque Soares
UFAM

A proposta apresenta a experiência de resistência de mulheres no interior do Amazonas e o conflito oriundo das relações de trabalho e estruturas patriarcais. O objeto central de análise é uma ação trabalhista registrada em 1984 na Junta De Conciliação e Julgamento do munícipio de Itacoatiara, Amazonas (JCJ – ITA), na qual uma trabalhadora confronta seu antigo empregador e companheiro. As proposições a partir da História Social visam compreender o processo judicial como um lugar de tensões, conflitos e contradições inerentes as relações de classe e gênero. Essa abordagem permite acessar narrativas de trabalhadoras que, num período marcado pela repressão ditatorial, rompem o silêncio, deixam de ser coadjuvantes e passam a ser protagonistas de suas próprias histórias. A trabalhadora pleiteou na JCJ – ITA o reconhecimento dos direitos trabalhistas e a defesa do

empregador articulou a tese do “concubinato” para descaracterizar o vínculo de trabalho e levar o caso para o campo do Direito de Família. A análise evidenciou a institucionalização da invisibilidade do trabalho feminino na Amazônia, onde a relação marital foi instrumentalizada para naturalizar a exploração e julgar a trabalhadora como “carecedora do direito de ação”, ao mesmo tempo que reafirma a Justiça do Trabalho como um espaço de lutas, insurgências e contrassensos, onde vozes de resistência ecoam práticas contra-hegemônicas.

O protagonismo da mulher na pesca em Porto Grande – AP (2013-2018)

Naísa da Conceição Ferreira Batista
UNIFAP

O presente estudo aborda o protagonismo das mulheres na pesca artesanal em Porto Grande, no rio Araguari, no estado do Amapá, evidenciando a relação entre trabalho, cultura e natureza na Amazônia. A pesquisa parte da compreensão de que a pesca, para além de atividade econômica, constitui-se como prática social permeada por dimensões simbólicas, espirituais e familiares. O objetivo central é analisar o papel das mulheres pescadoras, destacando suas experiências, saberes tradicionais, estratégias de resistência e participação na organização produtiva e social da pesca. Busca-se, ainda, compreender como questões de gênero, cosmologia e transformações socioambientais influenciam suas práticas e modos de vida. No que se refere às fontes e métodos, a investigação baseia-se em abordagem qualitativa, com uso de relatos orais de pescadoras locais, como Edinete, Maria de Fátima, Itacy e Rosana, além de revisão bibliográfica interdisciplinar, com contribuições da história, antropologia, dentre outras. A análise privilegia as narrativas de vida, observando aspectos cotidianos da pesca, crenças, relações familiares e formas de comercialização. Os resultados evidenciam que as mulheres desempenham papel fundamental na manutenção da pesca artesanal, atuando tanto na captura quanto na comercialização do pescado, ao mesmo tempo em que preservam conhecimentos tradicionais e práticas culturais. Destaca-se também a importância da pesca em parceria com familiares, que garantem sustento e fortalecem vínculos sociais. Por outro lado, os impactos de empreendimentos como a Usina Hidrelétrica Cachoeira Caldeirão têm provocado alterações significativas no ambiente e afetando diretamente a subsistência das comunidades. Conclui-se que as mulheres pescadoras são agentes centrais na resistência e continuidade dos modos de vida ribeirinhos, articulando trabalho, identidade e luta frente às transformações impostas ao território.

ST 16. TRABALHO RURAL, DITADURA E EXPROPRIAÇÃO

A atuação da Comissão Pastoral de Terra/MA nos casos de violação camponesa no Vale do Pindaré (1975-1985)

Larissa Serejo de Araújo
UEMA

Este trabalho investiga os conflitos agrários no Vale do Pindaré, no Maranhão, durante a Ditadura civil-militar, com foco na expropriação e grilagem de terras e na repressão estatal às comunidades camponesas a partir análise documentos da Comissão Pastoral da Terra do Maranhão, entre 1975 e 1985, buscando compreender as dinâmicas da violência no campo que registra denúncias, acompanhamentos e formas de resistência das comunidades camponesas da região do Vale do Pindaré. Com o golpe civil – militar de 1964 inicia a inserção de um projeto de abertura econômica em todo o país, um dos setores afetados por essa mudança foi o campo, nesse sentido, as terras devolutas passarem a ser alvo do empresariado brasileiro e das grandes empresas multinacionais. No Estado do Maranhão, este processo foi intensificado com a promulgação da lei nº 2.979 de 1969, conhecido como lei de terras Sarney, que normalizou a grilagem de terra e inseriu o Maranhão no projeto já em curso em todo o país, usando de ideias como "desenvolvimento" e "industrialização" para justificar estas práticas criminosas. A partir do diálogo com autores como E. P. Thompson (1997), James C. Scott (1990), Martins (1980) e Medeiros (2021), o trabalho evidencia que a violência no campo foi estruturada tanto por ações estatais quanto privadas, envolvendo jagunços, órgãos policiais e empresas agropecuárias e as formas de resistência camponesa. Nesse viés, a política fundiária do governo José Sarney que favoreceram latifundiários e consolidaram a grilagem de terras desarticulando comunidades tradicionais. A criação de órgãos como a Companhia Maranhense de Colonização (COTERMA) e o Instituto de Terras do Maranhão (ITERMA) intensificou a incorporação das terras públicas ao modelo capitalista, legitimando práticas violentas contra pequenos produtores, quilombolas e indígenas e sua conexão com a modernização agrária implementada pelo governo militar. Os resultados indicam a conivência do Estado na apropriação ilegal de terras, prejudicando milhares de camponeses e povos tradicionais, e observando como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) destacou-se como agente de resistência, denunciando abusos de grileiros e latifundiários, mesmo diante das limitações impostas pelo governo ditatorial. Com a redemocratização, avançaram a liberdade de expressão e a atuação da CPT/MA, que embora persistiu com obstáculos estruturais e interesses de latifundiários que dificultaram transformações profundas, buscou dimensionar os abusos sofridos pelos camponeses que, mesmo diante da repressão, produziram diversas formas de resistência — explícitas e subterrâneas — que reafirmam sua agência histórica.

Intervenções estatais na Amazônia maranhense: processos de grilagem e expropriação no contexto da ditadura civil-militar (1969-1985)

Ana Beatriz Sousa Chagas
UEMA

A ditadura civil-militar brasileira (1964-1985), estabelecida por meio de um golpe de Estado, iniciou um novo capítulo na história contemporânea do Brasil, transformando o cenário político, social e econômico do país. Os impactos gerados pela tomada do poder não ficaram restritos apenas aos centros urbanos, mas também puderam ser percebidos no campo, cenário este que por vezes é desconsiderado quando se trata do período ditatorial, o qual tem suas narrativas voltadas para o Centro sul do país. No contexto maranhense, é possível perceber a presença de conflitos agrários que passam por um recrudescimento entre as décadas de 1960 e 1970, motivados em sua grande parte pela implementação da lei 2.969 de 1969, mais conhecida como Lei de Terras Sarney. Esta legislação beneficiava grandes investidores e empreendimentos advindos de fora do estado do Maranhão, concentrando seus interesses em projetos agropecuários, extrativistas e industriais (Diário Oficial, 1969), desconsiderando a população camponesa maranhense. Através da Lei de Terras Sarney, foram criadas algumas instituições, como o Departamento de Desenvolvimento Agrário (DDA) e as Delegacias de Terras, originados em 1969, órgãos estatais responsáveis pela ordem e disposição das terras maranhenses naquele contexto. No Maranhão também ocorreram ações desenvolvidas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), criado em 1970, embora esta agência estivesse voltada para atuações federais, em terras maranhenses, agia por meio de suas coordenadorias regionais, responsabilizando-se pelas faixas de terra ao longo das rodovias federais. Já em 1971, foi criada a Companhia de Colonização Maranhense (COMARCO) pela lei 3.230 de 6 de dezembro do referido ano, sendo transferidas para sua jurisdição duas áreas, uma na região Centro-Oeste do estado com 1.700.000 ha e a outra localizada na região Noroeste maranhense com

400.000 ha. O principal objetivo da Companhia era executar e coordenar os projetos de colonização, sistematizar ocupações já existentes e identificar médios e grandes empreendimentos agropecuários para implementação no campo maranhense. Portanto, esta pesquisa propõe-se a investigar as atuações dos órgãos estatais responsáveis pela regularização da posse de terras, em meio aos crimes de grilagem e expropriação rural ocorridos durante a ditadura civil-militar no estado do Maranhão, com enfoque para a região da Amazônia Maranhense. O recorte estabelecido para o seguinte estudo será referente aos anos de 1969 até 1985, considerando a promulgação da Lei de Terras Sarney, a qual remodelou a política fundiária e o funcionamento de instituições voltadas para a administração de terras devolutas no contexto maranhense.

Trabalhadores e trabalhadoras das matas e a ditadura militar

Adriane dos Prazeres Silva
UEPA

Os planos que os governos militares traçaram para a Amazônia, não incluíam as populações tradicionais, os povos originários e muito menos a floresta em pé, as trabalhadoras e trabalhadores das matas foram considerados subversivos por conta de suas lutas por cidadania e para seu modo de vida e sua relação com a terra. Os conflitos agrários foram intensificados no período em que as forças armadas estiveram no poder (1964-1985). No vale do Tocantins, denominação usada pelos governos militares para designar o Médio e o Baixo Tocantins, as disputas foram intensas. Os trabalhadores rurais do baixo Tocantins (mulheres, homens e crianças), se opuseram ao governo e aos latifundiários que queriam expulsá-los de seus territórios, e por isso lutaram por seu lar, matas, rios, igarapés, enfim por seu sagrado. Construíram as suas leis, para demonstrar que a lei do Estado não os representava. No entanto, dentro desse lugar essas trabalhadoras e trabalhadores rurais forjaram-se enquanto classe. Para analisar tal fenômeno analisaremos: a Lei do Posseiro, as atas das reuniões organizadas pelos trabalhadores rurais. Além das fontes bibliográficas, para a construção deste trabalho, foram importantes as informações fornecidas por meio da análise dos Processos de Arrendamento e Posse de Terras do ITERPA, do STR, Relatórios da FASE, Acervo do arquivo Nacional sobre a ditadura militar, bem como, a análise de relatos orais.

Trabalhadores atingidos pela construção da Barragem Pedra do Cavalo. Estado, paternalismo e relações raciais (Bahia - 1980-1991).

Igor Gomes Santos
IFBA / UEFS

Esta pesquisa discute o processo de organização política dos trabalhadores rurais atingidos pela Barragem Pedra do Cavalo, com ênfase nas relações desses posseiros, pequenos proprietários e proletários rurais, com o setor de serviço social da DESENVALE (Companhia de Desenvolvimento do Vale do Paraguaçu). Notamos uma tensa relação de expectativas por parte dos trabalhadores rurais de fazer daquele setor Companhia exigências que consideravam justas. E, por outro lado, uma luta das trabalhadoras do serviço social de tentar acomodar as exigências dos rurais, tentando fazer valer as diretrizes baseadas nas promessas institucionais de melhorias das condições de vida dos trabalhadores removidos. No entanto, enquanto centrais sindicais, partidos políticos de esquerda, e associações civis, lutavam para organizar esses mesmos trabalhadores em torno de pautas sistêmicas, como reforma agrária, o serviço social da Companhia, e uma grande soma de trabalhadores camponeses, giravam em torno de disputas definidas dentro dos contornos estatais daquilo que era possível negociar, disputar e "melhorar". A Companhia necessitava aceitar a luta pelos direitos dos trabalhadores "oferecidas" por ela mesmo, ao mesmo tempo que precisa negar a necessidade de organização da luta política dos trabalhadores, fazendo do serviço social palco importante para esse "teatro da dominação e da resistência", receosos da luta extrapolar os limites e recair no combativo novo sindicalismo rural. Para além desse debate a pesquisa notou o uso de noções racializadas, como "primitivos", "arcaicos", "atrasados", para definir as formas de produção das comunidades rurais negras/quilombolas da região, convencendo-lhes da inevitabilidade do progressos baseado na técnica, na ciência, isto é, na cidade e na burocracia tecno-estatal branca da DESENVALE contras os seus próprios costumes e organização da produção da vida social.

Domingos Ribeiro Filho, o trabalho sexual e a condição feminina no romance Mizerere (1919)

Juliana Amorim da Cruz
UNICAMP

O objetivo desta comunicação é analisar o modo como o escritor Domingos Ribeiro Filho (1875-1942) problematiza e discute a condição feminina e o trabalho sexual no romance Mizerere, publicado em 1919, no Rio de Janeiro. Homem de letras e de imprensa, teve grande atuação nas páginas de jornais e revistas cariocas da primeira metade do século XX, com destaque especial para a renomada Careta, em que assinou mais de 400 crônicas na coluna de abertura. Nesta seção, entre 1924-1934, denunciou as práticas políticas e sociais excludentes da jovem república brasileira, assim como a condição de inferioridade a que estava subjugada a mulher naquela sociedade. Apesar da extensa passagem pela imprensa, o escritor caiu no ostracismo após a morte. Mas foi através da escrita e publicação de romances que o literato se dedicou a realizar um projeto político-literário, que ele próprio denominaria como uma série de "estudos de uma moral". Escritos entre 1904-1919, são romances construídos à luz das ideias anarquistas, orientação à qual se filiou nas duas primeiras décadas do novecentos. Neles, apresentou críticas contundentes à moral burguesa da época, assim como propôs formas mais livres de se relacionar afetivamente, expressas sobretudo no modo como construiu suas personagens ficcionais e as situações por elas vividas. São eles: Sê Feliz! (1904), O Cravo Vermelho (1907), Vans Torturas (1911), Uma Paixão de Mulher (1913) e Mizerere (1919), cujo fio condutor está na abordagem da condição social feminina. Nas obras, são problematizados temas como o amor, a virgindade, o casamento e o adultério. Para o escritor-militante, um dos elementos centrais da moral burguesa estaria na perpetuação da condição de inferioridade da mulher na sociedade. Assim, ao lado da abolição do Estado e da Igreja, a luta pela emancipação feminina (intelectual, afetiva e sexual) também aparece, nos romances do autor, como uma das tarefas centrais na construção da nova sociedade, almejada pelos libertários. Esta comunicação pretende explorar os significados de Mizerere, seu romance mais político e combativo, cuja história acompanha os encontros de uma prostituta, no centro do Rio de Janeiro. Trata-se de analisar como Ribeiro Filho problematiza a condição social feminina a partir da prostituição, vivida pela personagem principal - cujo nome não é revelado na trama. Investigada no campo da história social, entende-se que a obra é influenciada pelos dilemas de sua época, ao passo em que também se configura como instrumento de intervenção do autor no curso da história.

Entre a liberdade e a compulsoriedade: as trabalhadoras sexuais do Curral das Éguas na capital cearense (1932-1938).

Maria Julia Sales Brasil
UFC

Ao longo da primeira metade do século XX, com a emergência de uma série de medidas médico-sociais de caráter sanitarista, houve uma preponderância de políticas antimigratórias no Ceará. A ideia era manter os retirantes longe dos principais centros urbanos, política intensificada em períodos de estiagem. Assim, em 1932 formaram-se os "Currais" do governo, campos de concentração para conter essa população, devido à migração para a capital cearense. Nesses arredores, formou-se uma zona de trabalho sexual, cuja mão de obra era principalmente formada por mulheres pobres migrantes não brancas. Essas trabalhadoras também desempenhavam outras formas de labor, eram domésticas, lavadeiras, engomadeiras, mães, atuavam no trabalho de cuidado e etc. Apesar disso, o local ficou conhecido como "Curral das Éguas". Assim, as trabalhadoras deste lugar foram associadas a uma maior degeneração atrelando racismo e sexismo à pobreza. Consoante, desenvolveram estratégias e formas cotidianas de agências. Formas essas, desde o desempenho do trattoir para desvencilhar-se do estigma territorial, à troca de vestimentas, às negociações com a polícia até a participação em organizações institucionalizadas como Sindicatos das Lavadeiras, União Feminina, entre outros. A partir disso, o objetivo que permeia esse trabalho consiste em pensar quem são essas trabalhadoras. Assim como, este estudo problematiza de onde essas mulheres vinham, raça, classe, violências, redes de solidariedade e agências. Para tanto, esta comunicação possui como metodologia uma pesquisa de cunho bibliográfico somado a análise documental de periódicos, arquivos policiais, judiciários e relatórios. A presença dessas mulheres nas ruas, caminhando pari passu com a modernização e urbanização da cidade, incomodou setores da sociedade cearense. Ainda, tensionava o projeto em consolidação da figura da mulher. Desse modo, em 1938, apesar do empreendimento de uma política migratória com enfoque no Norte do país. Ocorreu a remoção forçada das trabalhadoras sexuais para a localização do Curral das Éguas, onde a polícia construiu um "bordel estatal",

denominado Vila Formosa. Essas mulheres que estavam trabalhando nas ruas foram abordadas, fichadas, encaminhadas e aprisionadas. Assim sendo, esse espaço, construído para conter o meretrício, tornou-se uma espécie de campo de concentração do trabalho sexual.

Reconfigurações e resistências da prostituição no espaço urbano macapaense (1964-1980)

Amanda Cristina Souza da Silva
SEED-AP

A segregação social do espaço urbano macapaense dividia a capital do Território Federal do Amapá em bairros privilegiados e periféricos. O centro político-administrativo e o Bairro Alto eram os lugares privilegiados e urbanizados de Macapá. Os trabalhadores pobres e negros já haviam sido retirados daí justamente por não terem condições de cumprir os padrões ocupacionais estabelecidos pelo governo territorial. Como consequência, outros bairros foram formados pelos trabalhadores pobres retirados do centro urbano e também pelos migrantes que chegavam a Macapá. Bairros como Trem, Laguinho, Buritizal, Beirol, Pacoval e Santa Rita eram bairros periféricos, assim como o bairro da Doca da Fortaleza. Nesses últimos, estavam localizados os dançarás, as pensões, boates e casas de habitação coletivas onde moravam e trabalhavam as meretrizes de Macapá. O objetivo dessa comunicação é caracterizar os locais de prostituição no Amapá e pôr em evidência a relevância deles para o lazer ocorrido em Macapá, além de discorrer sobre os deslocamentos da espacialidade da prostituição de Macapá. A pesquisa utilizou abordagem qualitativa com análise de fontes como artigos de jornais, um livro de ocorrências e processos criminais, visando mapear os pontos de prostituição em Macapá e a identificação das formas de resistência das trabalhadoras sexuais frente ao controle do governo ditatorial no espaço urbano. Dessa forma, a pesquisa evidencia que as tentativas do governo territorial de sanear socialmente Macapá ensejaram a constituição de novas zonas de meretrício em áreas afastadas do centro da capital. Boates, pensões, dançarás e botequins se espalharam em novos pontos de encontro e de residência de meretrizes. Porém, o espaço urbano outrora ocupado por elas não foi dado de mão beijada às autoridades governamentais. Já que não detinham poder político, financeiro e social, as prostitutas resistiram e lutaram pelo seu espaço na urbe macapaense com a única possibilidade que tinham: ocupando as vias públicas com seus corpos.

ST 18. TRABALHADORES NEGROS, CIDADANIA E ASSOCIATIVISMO

Classe, raça e política: a trajetória do sindicalista e deputado constituinte Claudino José da Silva

Paulo Fontes
UFRJ

Essa comunicação analisa a trajetória de Claudino José da Silva, carpinteiro e ferroviário, militante sindical e o único deputado federal negro eleito para a Assembleia Nacional Constituinte de 1946, eleito pelo Partido Comunista do Brasil (PCB). A presença e atuação dos trabalhadores negros no movimento sindical brasileiro é tema ainda pouco estudado tanto na história social do trabalho, quanto na história das relações raciais e do movimento negro no país. Essa apresentação faz parte de uma agenda de pesquisa mais ampla sobre as relações entre classe e raça no Brasil entre os anos 1940 e 70. Por meio da análise da trajetória de vários sindicalistas negros nesse período, argumento que a "democracia racial", as relações raciais e a política trabalhista e social desse período são dois lados da mesma moeda e devem ser estudadas e compreendidas em conjunto. A trajetória sindical de Claudino José da Silva, sua militância antirracista e sua atuação na Assembleia Constituinte oferecem pistas e insights fundamentais para as ainda pouco estudadas conexões entre o sindicalismo, as relações raciais e a esfera pública no Brasil.

Experiências de organização do movimento negro na Amazônia: CEDENPA, MOAN e os desafios da luta antirracista entre os anos finais da Ditadura Militar e a redemocratização (1980-1991)

Janailson Macêdo
UNIFESSPA

A pesquisa analisa a atuação do Centro de Estudos e Defesa do Negro no Pará (CEDENPA) e do Movimento Alma Negra (MOAN), criados em 1980 nas cidades de Belém e Manaus, respectivamente, discutindo as relações entre movimento negro, memória, cidadania e vigilância política na Amazônia. Inseridos no contexto das lutas pela redemocratização e da reorganização do movimento negro brasileiro, os grupos desenvolveram ações antirracistas e de defesa da democracia e dos direitos humanos, articulando debates sobre desigualdades raciais, exclusão social e participação política de populações negras nas principais metrópoles amazônicas. A investigação desenvolve-se no campo da História Social, dialogando com a História Social do Trabalho e os estudos afro-latino-americanos, ao abordar experiências de organização coletiva, sociabilidades urbanas e formas de mobilização política construídas por pessoas negras amazônicas nas décadas finais da Ditadura Militar e no início da redemocratização. A pesquisa, em desenvolvimento, articula levantamento bibliográfico, pesquisa documental e história oral, utilizando fontes disponíveis no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN), especialmente documentos produzidos pelos órgãos de vigilância da Ditadura Militar, como o Serviço Nacional de Informações (SNI), além de acervos documentais e entrevistas com militantes e participantes dessas experiências. Busca-se compreender as formas de atuação e resistência construídas pelo CEDENPA e pelo MOAN, bem como analisar os mecanismos de monitoramento estatal direcionados aos movimentos negros amazônicos.

Luta por cidadania e periferia: a atuação de uma associação antirracista em Nova Iguaçu/RJ (1983-1990)

Jullia Silveira
PUC-Rio

Esta comunicação, fruto de pesquisa de mestrado em andamento, analisa o surgimento e a atuação de uma associação antirracista denominada "Grupo Afro-Cultural 20 de Novembro", fundada em Nova Iguaçu (RJ) no ano de 1983. O contexto de redemocratização do país aponta para uma série de organizações que pautam a luta por melhores condições de vida da classe trabalhadora, sobretudo em regiões periféricas. Nesse sentido, meu objeto de pesquisa busca integrar cidadania, classe, gênero e raça, partindo de sua localização espacial, a Baixada Fluminense, que faz parte da Região Metropolitana do estado do Rio de Janeiro, marcada por ampla presença negra e forte violência estatal. Busca-se compreender de que maneira o referido grupo se constituiu como espaço de reivindicações de direitos e resistência política ao regime. Para isso, pretende-se relacionar as motivações que levaram mulheres da classe trabalhadora a criarem a organização, identificando suas principais pautas,

estratégias e as relações estabelecidas com outros movimentos sociais regionais, destacando articulações entre membros e demandas cidadãs, além da crítica à ideologia da democracia racial e a aposta na educação como meio de divulgação e conhecimento sobre a história da povo negro. Metodologicamente, a pesquisa utilizará fontes documentais diversificadas, tais como entrevistas de história oral com duas ex-fundadoras do grupo, periódicos locais e de grande circulação, além de relatórios produzidos por órgãos de inteligência do regime militar. Pretende-se, com esta comunicação, uma inserção na História Social da Ditadura Militar, demonstrando como o movimento negro periférico desempenhou papel relevante na luta por democracia e cidadania, também enfrentando violências que iam desde a vigilância permanente às prisões arbitrárias.

ST 19. CULTURA POLÍTICA, ORGANIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DOS TRABALHADORES

"Paradigma da ausência" x "paradigma da agência": uma atualização do debate à luz de publicações recentes

Murilo Leal Pereira Neto
UNIFESP

Tese: Fim da Segunda Guerra, começo da Guerra Fria: contenção da URSS, nova ordem bipolar. EUA precisavam assegurar os mercados e conquistar os novos mercados que se expandiam com a descolonização. Assim, ao longo da década de 1950, começaram a se constituir os elementos concretos que possibilitariam a disseminação da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), elaborada pelo Conselho de Segurança Nacional dos Estados Unidos e difundida através das escolas militares, para a América Latina. As ditaduras que se estabeleceram no Cone Sul tiveram como sustentação ideológica os preceitos dessa doutrina". A guerra contra-revolucionária tinha como estratégia a combinação de investimentos em esforços militares e programas de ação cívica no combate às mazelas sociais dos países do Terceiro Mundo, principal motivo e atração do ideário comunista". Após a Revolução Cubana, a orientação da estratégia de contenção do comunismo muda da ideia de defesa coletiva do continente para a de segurança interna. A DSN foi a ideologia disseminada nessas instituições militares. As ditaduras civil-militares instituídas no Brasil, Bolívia, Uruguai, Chile e Argentina nas décadas de 1960 e 1970 foram marcadas pela aplicação de suas diretrizes.

Entre a lei e a luta: greves operárias e os limites do aparato antigreve no Rio de Janeiro (1945-1959)

Artur Silva Lins
UFF

Para o XI Seminário Internacional Mundos do Trabalho, esta apresentação pretende contribuir para um debate acerca das relações entre Estado e conflito social. Nesse sentido, o recorte proposto incide sobre as greves da classe operária carioca entre os anos 1940 e 1950 e seu papel na transformação do aparato legislativo antigreve então vigente – o Decreto-Lei 9.070 e o Código Penal de 1940. O Decreto-Lei nº 9.070, editado em março de 1946 pelo governo Dutra, impunha um rito burocrático rígido ao exercício do direito de greve, reforçava o poder normativo da Justiça do Trabalho – inclusive a competência para autorizar a deflagração de greves – e proibia completamente as paralisações em setores considerados "fundamentais", como transportes, energia, alimentação e funcionalismo público. Porém, a grande maioria das greves do período não só foi deflagrada à margem desses parâmetros, quanto os trabalhadores foram progressivamente conquistando, nos próprios tribunais, o reconhecimento de suas demandas. Não raro pressionada por manifestações de rua, a Justiça do Trabalho foi compelida a garantir o direito de greve mesmo em situações enquadráveis na ilegalidade – suprimindo, na prática, as restrições centrais do Decreto – e assegurou vitórias concretas para a classe operária, em especial reajustes mais valorizados do que os propostos pelos industriais. Esse processo, contudo, não ocorreu sem violência. As forças policiais não balizavam sua atuação pelo Decreto, mas pelo Código Penal de 1940, herança do Estado Novo ainda vigente no pós-guerra. Pelos artigos 197 a 207, a participação em greves e a formação de piquetes eram passíveis de prisão e processo criminal. Contudo, a análise de dezenas de fichas policiais de grevistas detidos revela que o aparato repressivo raramente aplicou o Código com rigor. Preferiu operar, muitas vezes de modo extraoficial, por meio de agressões, torturas, sequestros, invasões domiciliares e detenções relâmpago como violências exemplares de intimidação. Ainda assim, raramente lograram interromper o conflito social. Nas greves gerais de 1957, registra-se inclusive uma inflexão: uma mediação policial comparativamente mais contida, sugerindo que também nesse campo a pressão coletiva foi capaz de reconfigurar, ao menos conjunturalmente, a conduta repressiva. Portanto, a construção social do direito de greve não foi obra dos legisladores. Foi produto da luta de classes e, em particular, das greves operárias, que, ao impor concessões patronais, resistir às violências policiais e forçar revisões jurisprudenciais, constituíram os trabalhadores como agentes ativos na conformação do próprio ordenamento institucional.

Entre andaimes e assembleias: o associativismo dos trabalhadores da construção civil em Manaus (1918-1928)

Dhyene Vieira dos Santos
UEA

O presente trabalho analisa as múltiplas formas de sociabilidade, cultura associativa e organização coletiva entre os trabalhadores da construção civil em Manaus nas primeiras décadas do século XX, evidenciando como essas práticas articulavam identidade e solidariedade em um contexto de transformações urbanas e reconfiguração do mundo do trabalho. O referencial teórico mobilizou contribuições da história social do trabalho, especialmente a noção de cultura associativa de Cláudio Batalha, além das abordagens de Sidney Chalhoub sobre a pluralidade de narrativas nos conflitos, e de autores como Tânia de Luca, Mike Savage, Beatriz Kushnir e José Carlos Arouca, que possibilitaram compreender as associações como espaços de formação e disputa interna. Metodologicamente, a pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, baseada na análise de fontes primárias, como jornais operários, estatutos associativos e processos judiciais, com destaque para a análise do caso do botequim "A Reforma" (1925-1926), que permitiu apreender as tensões do cotidiano e os significados atribuídos pelos próprios sujeitos às experiências de conflito. Como resultado principal, demonstrou-se que o associativismo operário em Manaus foi marcado por uma dinâmica ambivalente, na qual práticas de solidariedade e disciplina coexistiam com conflitos internos. As associações operárias não se limitaram a funções assistenciais, mas atuaram como espaços de produção de identidades coletivas e de difusão de valores morais. Ao mesmo tempo, essas entidades foram atravessadas por tensões que se manifestavam tanto no plano institucional, quanto no cotidiano dos trabalhadores, expressando-se em episódios de conflito interpessoal, como o ocorrido no botequim "A Reforma". Esses espaços informais de sociabilidade demonstraram-se fundamentais para compreender a experiência operária para além das instâncias formais, mostrando que as relações de trabalho eram constantemente reorganizadas em ambientes de lazer, onde se articulavam alianças e rivalidades. Assim, o estudo evidenciou que a cultura associativa funcionava como um campo de negociação permanente, sendo central para a consolidação de formas de organização coletiva e para a afirmação de uma autonomia operária. A principal contribuição desta pesquisa reside na incorporação das dimensões culturais e cotidianas à análise do associativismo, ampliando o campo interpretativo da história social do trabalho e destacando a complexidade das experiências dos trabalhadores urbanos na cidade de Manaus durante a Primeira República.

A realeza-operária nos tempos do Marechal-Presidente: carestia, protesto e festa na mi-carême carioca no governo de Hermes da Fonseca (1910-1914)

Tiago Luiz Dos Santos Ribeiro
PUC-Rio

Caracterizada pela eleição de uma rainha entre as trabalhadoras dos lavadouros de Paris, a festa da mi-carême teria como um dos seus ritos principais a recepção desta soberana do povo pelo Presidente da República. Evento de grande sucesso na virada para o século XX, replicado em diversas cidades europeias, o festejo logo seria importado no Brasil, tendo como seu destino inicial o Rio de Janeiro, então capital federal. Símbolo do cosmopolitismo, servindo como uma ode à virtude, a folgança encontrava na República recém-instituída e nas classes trabalhadoras do pós-abolição um terreno fértil – e ao mesmo tempo árido – para o seu estabelecimento no país. Substituindo a figura da lavadeira pela de uma operária, a festa, após algumas iniciativas frustradas, teria no governo de Hermes da Fonseca os meios para a sua concretização. Período marcado pela carestia e mobilização de protestos pela classe trabalhadora, a mi-carême carioca, naquele contexto, se constituía como um interessante paradoxo entre a valorização do operariado e o uso de suas representantes como garotas-propagandas da chamada política do "pão e circo". Nesse bojo, as entrevistas das candidatas à rainha, os textos publicados nas colunas operárias dos jornais e a cobertura sobre a festa produzem um interessante mosaico discursivo que, sob a ótica da História Social, contribui para a compreensão das dinâmicas de atuação da massa trabalhadora do período e os desafios para a importação da mi-carême no Brasil.

Bandeiras negras na Cidade das Mangueiras: anarquismo no movimento operário de Belém do Pará (1901-1932)

Marcos Lucas Abreu Braga
UFAM

A presente apresentação visa discutir a difusão do anarquismo no interior do movimento operário de Belém do Pará ao longo das décadas iniciais do século XX, sendo resultado parcial de uma tese de doutorado em desenvolvimento no PPGH-UFAM. A partir da análise de conteúdo da imprensa, tanto dos periódicos produzidos pelos próprios grupos libertários belenenses (Jornal do Povo, A Voz do Trabalhador e O Semeador), de jornais operários de outros estados que deram cobertura às suas atividades – como o A Voz do Trabalhador (RJ) e A Lanterna (SP) – e da grande imprensa diária que noticiou greves e outras manifestações operárias. Os objetivos foram delinear uma linha do tempo das federações sindicalistas revolucionárias que atuaram em Belém no período em tela e dimensionar a abrangência delas entre os trabalhadores locais à partir da identificação das organizações classistas que a compunham, bem como das estimativas numéricas sobre greves, membros filiados e participação nos eventos organizados por elas. Como resultado, verificou-se que a partir da fundação da Federação Operária de Belém, em 1913, se sucederam uma série de federações sindicalistas revolucionárias, como a União Geral dos Trabalhadores, que atuou entre 1914 e 1918, e a Federação das Classes Trabalhadoras do Pará, fundada em 1919 e cujas atividades podem ser rastreadas até o início da década de 1930. As principais categorias mobilizadas por essas organizações foram a dos trabalhadores da construção civil, sapateiros, padeiros e choferes, embora elas tenham mobilizado intermitentemente outros segmentos da classe trabalhadora. Elas mobilizavam entre centenas e alguns milhares de trabalhadores, com seu período de maior inserção sendo entre 1918 e 1920, quando empreenderam pelo menos três greves gerais que chegaram a mobilizar até 7.000 grevistas. Por fim, discutiremos a relação entre o anarquismo e o sindicalismo revolucionário no caso específico de Belém, dialogando com o debate historiográfico entre aqueles que defendem que o sindicalismo revolucionário foi uma tendência autônoma do movimento operário (Toledo, 2004a, 2004b) e aqueles que defendem que, no Brasil, ele teve uma ligação mais estrita com o anarquismo, sendo o principal "vetor social" deste (Samis, 2004) ou sendo instrumentalizado pelos anarquistas como uma estratégia para afastar seus adversários dos sindicatos (Oliveira, 2009).

Política e movimento operário na trajetória de Christiano Cordeiro (1895- 1987)

Alana Rani Alves da Cruz
UNEB

Ancorada nas contribuições da história social do trabalho e da biografia histórica, a presente pesquisa se propõe analisar a trajetória de Christiano Cordeiro (1895–1987), com ênfase em sua formação acadêmica, sua inserção no movimento operário e sua atuação na construção das redes socialistas e comunistas no Recife entre as décadas de 1910 e 1930. Partindo da compreensão de que as trajetórias individuais constituem uma via privilegiada para a apreensão de processos históricos mais amplos, o estudo se insere na tradição da "história vista de baixo", conforme formulada por E. P. Thompson, ao reconhecer os sujeitos dos mundos do trabalho como agentes ativos na construção de experiências e práticas políticas. Em diálogo com a micro-história, nos termos de Carlo Ginzburg, a pesquisa toma a trajetória de Cordeiro como ponto de observação das tensões, disputas e articulações que marcaram o movimento operário no período, articulando experiência individual e processos coletivos. Tal perspectiva é reforçada pelas reflexões de Eric Hobsbawm e Cláudio Batalha, que destacam a centralidade das formas de organização, das identidades políticas e das práticas de mobilização na constituição histórica da classe trabalhadora. Do ponto de vista metodológico, o estudo se filia ao campo da biografia histórica, conforme proposto por autores Aldrin Castellucci e Benito Bisso Schmidt, buscando problematizar as escolhas individuais em relação aos condicionantes sociais e às dimensões políticas, culturais e intelectuais das trajetórias estudadas. A pesquisa se fundamenta em um conjunto expressivo de fontes primárias, com destaque para a imprensa. A partir de levantamento sistemático na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, foram identificadas centenas de referências a Christiano Cordeiro em periódicos publicados em Pernambuco e no Rio de Janeiro, permitindo mapear sua atuação pública e as representações construídas em torno de sua figura. Paralelamente, a investigação mobiliza jornais e revistas da imprensa operária, a serem consultados em acervos como o Arquivo Edgard Leuenroth (AEL-UNICAMP) e o Centro de Documentação e Memória (CEDEM-UNESP), fundamentais para a reconstrução de suas redes de militância. Ao articular diferentes escalas de análise, entre o individual e o coletivo, a pesquisa busca contribuir para o aprofundamento dos estudos sobre o movimento operário brasileiro, evidenciando o papel de Christiano Cordeiro na circulação de ideias, na organização dos trabalhadores e nas disputas políticas que marcaram o período.

Trabalhadores teatrais viajantes: o sindicalismo teatral em meio à industrialização e à internacionalização do teatro italiano, do início do século XX aos primeiros anos do fascismo

Miguel Breyton Silva
USP

A cidade de São Paulo é um bom exemplo da centralidade dos teatros na sociabilidade urbana e da transnacionalização da sociedade do espetáculo na virada do século XIX para o XX. Em intenso processo de metropolização, São Paulo tinha dois teatros em 1890 e passa a ter vinte e três em 1928. Nestes teatros, entre 1914 e 1934, cerca de um terço dos espetáculos eram apresentados por companhias estrangeiras, a grande maioria italianas. Principal entretenimento coletivo urbano do período, a produção teatral envolvia agentes diversos e a formação de complexas redes de circulação. Analisando o caso do teatro italiano no início do século XX, verificamos profundas transformações na sua organização econômica, o que foi chamado, à época, de "industrialização" do teatro. A entrada de investidores capitalistas substitui aos poucos a figura típica dos capocômicos, que concentravam as funções de ator principal, proprietário e administrador das companhias, levando à cisão, no interior destas, entre gestão econômica e trabalho artístico. O cotidiano compartilhado e organizado por usos e costumes de uma microssociedade cômica é substituído pela lógica mercantilista. Com a transformação nas formas de contratação e o estabelecimento de um mercado de trabalho, atores e técnicos se proletarizam. A organização do trabalho e as dificuldades econômicas destes se assemelham cada vez mais àquelas dos trabalhadores industriais e, consequentemente, também suas formas de luta por melhores condições de vida e trabalho. Atores, músicos, bailarinas, pontos, maquinistas, costureiras, os diversos trabalhadores envolvidos na produção teatral se organizam em sindicatos. Em 1919, organizam a primeira greve da categoria em Milão, mantendo os palcos vazios por 56 dias. A partir de 1922, porém, com a ascensão do fascismo, suas organizações passam por transformações profundas até serem incorporadas pelo regime fascista. Muitos destes trabalhadores faziam parte de companhias teatrais viajantes, se apresentando em palcos ao redor do mundo. A América Latina era um dos principais mercados para a produção teatral do país. O sindicato, para os

trabalhadores no exterior, funcionava como vínculo com a Itália: temos notícias de contribuições financeiras, contratações, denúncias trabalhistas e pedidos de sindicalização feitos desde países latino-americanos. A manutenção da relação com o sindicato era também uma forma de garantir, no retorno à Itália, a reinserção no mercado de trabalho local. Ao partir para temporadas no exterior, os trabalhadores mandavam publicar nos boletins sindicais: “não me esqueçam!”.

Paternalismo e conflitos de classe na Metalúrgica Abramo Eberle em Caxias do Sul (RS) durante a primeira metade do século XX.

Andrew Zanella Parisotto
UFRGS

Considerada por parcela da imprensa da época como a maior metalúrgica da América Latina, a Metalúrgica Abramo Eberle, de Caxias do Sul (RS), era vista como um exemplo de organização e ordem no espaço fabril. Nesse cenário, a atuação operária foi frequentemente descrita como passiva e subserviente aos interesses patronais, cedendo às políticas assistenciais e ao caráter paternalista da empresa. O objetivo deste trabalho, vinculado ao meu projeto de mestrado, é demonstrar que a política empresarial da Metalúrgica Abramo Eberle não eliminou os conflitos internos, mas os condicionou a uma margem aceitável, uma "margem de atuação permitida". A mediação desses conflitos de classe foi fundamental para a manutenção da ordem produtiva, ora criando benefícios a partir de demandas operárias, ora agindo de forma coercitiva. Nesse sentido, o operariado buscava atuar dentro dessa margem estabelecida, pressionando por sua abertura ou buscando rompê-la por meio de ações mais enérgicas. Assim, este trabalho baseia-se na crítica ao conceito de paternalismo do historiador Edward Palmer Thompson, relacionando-o à perspectiva de hegemonia cultural feita pelo mesmo autor. Tal abordagem permite analisar as relações de classe ao observar as estratégias de manutenção da hegemonia empresarial frente a um operariado que se articulava para atingir seus interesses. Com isso, complexificam-se as relações de classe dentro de uma empresa conhecida pelo controle rígido e pela passividade operária diante à exploração.

Memória ferroviária entre recuperação e apagamento: o arquivo do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias de São Paulo

Clara Monteiro Schuartz
USP

Essa comunicação tem por objetivo relatar o trabalho de recuperação e organização do acervo institucional do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias de São Paulo (representante dos funcionários da CPTM), ainda em andamento, realizado desde o segundo semestre de 2025. A organização do acervo se deu por meio de uma parceria entre a atual diretoria do Sindicato e a pesquisa de mestrado realizada pela presente pesquisadora em História Econômica (USP), buscando organizar e disponibilizar ao público documentos produzidos e armazenados pela instituição desde sua fundação, em 1932. Dentre aquilo que foi localizado, encontra-se documentação preciosa e cara às pesquisas em História do Trabalho, como atas de assembleias e reuniões de diretoria; fichas de sindicalização com informação detalhada sobre os trabalhadores e suas famílias; registros dos serviços de assistência social da categoria; processos jurídicos, entre outros. No entanto, as dificuldades vivenciadas pelo Sindicato — decorrência da própria desvalorização do modal desde a década de 1950, das privatizações em massa dos anos 1990 e da reforma trabalhista de 2017, marcada pela queda de arrecadação da instituição — impactaram no parcial esquecimento desse acervo, mantido como “arquivo morto” pelo Sindicato, sem possibilidade de acesso até o ano de 2025. Por meio de um contato entre a cúpula do sindicato, na figura do presidente Eluiz de Matos e do diretor Elias Pereira, com a pesquisadora Clara Schuartz, foi possível iniciar um processo de recuperação do arquivo, com a retomada da luta pela memória da categoria encabeçada pela própria instituição sindical, representante ainda de grande relevância para os ferroviários da CPTM. O trabalho com o acervo encontra-se ainda em estágio inicial e envolve a higienização, identificação e acondicionamento do fundo documental, além da análise de parte da documentação para fins da pesquisa. A comunicação pretende, portanto, apresentar o que foi encontrado até agora no acervo, as potencialidades de uso dessa documentação e uma reflexão sobre a importância de parcerias entre universidade e instituições sindicais na luta pela história e memória dos trabalhadores brasileiros.

ST 21. TRABALHO DOMÉSTICO, SERVIÇOS E GÊNERO

Trabalho doméstico e escravidão entre o passado e o presente

Glaucia Fraccaro
UFSC

Em 2020, o jornal o Estado de São Paulo noticiou o primeiro resgate de uma trabalhadora doméstica em situação de escravidão no bairro Alto de Pinheiros, na cidade de São Paulo. Casos como esses, muitas vezes tratados como excepcionalidades, requerem perspectiva histórica, tanto para a compreensão sobre o que mudou no Brasil do século XXI, quanto para incorporamos interpretações que sopesem experiências da classe trabalhadora, em termos de gênero e raça, bem como os estudos sobre a história da escravidão. Essa comunicação pretende explorar elementos permanências e continuidades bem como os usos do passado nas explicações sobre as condições do trabalho doméstico no presente.

"De agora em diante servirá como livre-escrava": mulheres cativas e o trabalho doméstico nas duas últimas décadas oitocentistas

Fernanda Vasconcelos de Andrade
UNIRIO

Esse presente trabalho busca analisar o trabalho doméstico realizado por mulheres escravizadas no final do século XIX, na Corte. Tendo em vista a "fragilidade" da liberdade durante os últimos períodos escravistas e a consequente dificuldade de delimitar fronteiras entre a escravidão e a liberdade, essa pesquisa investiga qual seria o lugar social dessas mulheres nessa turbulenta temporalidade. Ou seja, o que significava ser uma mulher cativa de "portas adentro" diante desse cenário? Além de abordar as funções a elas atribuídas e os percalços de seus cotidianos, o objetivo principal é analisar a centralidade do trabalho doméstico nas discussões sobre o limiar entre o sistema escravista e a emancipação. Para isso, as ações de liberdade (e de manutenção de liberdade) presentes no Tribunal de Relação da Corte serão essenciais, pois permitem o contato com uma amostra significativa de mulheres que recorriam à justiça, em segunda instância, em busca da consolidação de sua liberdade. Através de suas denúncias, das articulações dos curadores, dos depoimentos de testemunhas e das provas arroladas, é possível encaminhar as análises propostas. Observam-se, nesse contexto, duas situações principais: primeiro, mulheres que "viviam por si", custeavam sua subsistência e obtinham autonomia através do aluguel de seus serviços, como se livres fossem; segundo, mulheres que, por ordem testamentária, documento ou brecha jurídica, deveriam ser alforriadas, mas cujos direitos eram cerceados. Em ambas as situações, o serviço doméstico apresentava-se de modo central, ainda que ocupasse um lugar ambíguo. Da mesma forma que era a função explorada de forma pluridimensional pelos escravizadores, era também o ofício que permitia a vida autônoma, embora não reconhecida formalmente como livre. Desse modo, o intento é agregar novas discussões às abordagens aos mundos do trabalho, inserindo tais perspectivas na análise do trabalho doméstico escravizado exercido por mulheres.

Trabalho Doméstico, Branquitude Patronal e a Produção da Subalternidade no Brasil Pós-Abolição

Ana Victoria Leite Rocha
UFC

Este trabalho tem como objetivo analisar a construção das identidades de patrões e trabalhadoras domésticas, utilizando como chave interpretativa a branquitude. Embora a subalternização das trabalhadoras domésticas seja frequentemente abordada, pouco se discute sobre a construção dos privilégios detidos pelos patrões — privilégios estes historicamente constituídos por meio de pactos narcísicos. Busca-se demonstrar a formação desses pactos narcisicos tomando como recorte temporal o pós-abolição, compreendido não apenas como o imediato 13 de maio, mas como um processo estruturante que perdura até o presente. Parte-se da premissa de que as problemáticas sociais foram criadas e reforçadas a partir do contexto de emancipação dos ex-escravizados, sendo o trabalho doméstico uma delas. Assim, pretende-se evidenciar como os patrões se valem de privilégios históricos que foram criados e constantemente reafirmados ao longo do tempo, mantendo relações desiguais que ainda hoje persistem.

“Aptos operários”: trabalho escravizado e livre nas fábricas da capital fluminense (1840-1857)

Luiza Cabral
UFRRJ

Este trabalho analisa os arranjos laborais nas fábricas da cidade do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX, com foco na organização do trabalho e na inserção de trabalhadores escravizados e livres nos espaços produtivos. Inserido no campo da história social do trabalho e da escravidão, o estudo parte da crítica às interpretações que estabelecem uma separação rígida entre trabalho escravo e trabalho livre e sustenta que ambos coexistiam e se articulavam no cotidiano fabril. Em primeiro lugar, examina a divisão do trabalho e a hierarquia dos ofícios, e evidencia a permanência de estruturas herdadas do mundo artesanal, como a distinção entre mestres, oficiais e aprendizes. Nesse contexto, destaca-se a presença de trabalhadores escravizados em funções qualificadas, o que questiona leituras que os restringem a atividades exclusivamente braçais. Em segundo lugar, investiga a composição da força de trabalho nas fábricas, com base em registros oficiais e documentação administrativa, e revela a diversidade de trabalhadores (nacionais livres, estrangeiros e escravizados), bem como sua distribuição desigual entre os diferentes ramos industriais e os limites de gênero na inserção laboral. Por fim, analisa as formas de contratação e remuneração e demonstra a coexistência de múltiplos regimes de trabalho, como o assalariamento, o engajamento de imigrantes e o trabalho escravizado, inclusive em modalidades como o aluguel. Ao evidenciar a sobreposição de regimes laborais e a circulação de saberes no espaço fabril, o estudo contribui para problematizar interpretações tradicionais sobre a formação da classe trabalhadora no Brasil e destaca o papel estruturante da escravidão nas dinâmicas da produção industrial oitocentista.

ST 22. ESCRAVIZAÇÃO, RAÇA E TRABALHO: DISPUTAS PELOS SENTIDOS DA LIBERDADE

A resposta institucional à escravização ilegal no Brasil oitocentista

Beatriz Gallotti Mamigonian
UFSC

A escravização de pessoas livres e reescravização de pessoas libertas foi uma prática reiterada e persistente no Brasil do século XIX, que vem sendo objeto de investigação mais atenta nos últimos anos. O perfil de vulnerabilidade das vítimas – frequentemente mulheres e crianças racializadas em situações de dependência – e as circunstâncias – sequestro, venda, transferência ou submissão por violência – têm se repetido na análise dos processos-crime ou das ações cíveis de liberdade ou manutenção de liberdade. A escravização de uma pessoa era um processo complexo, que frequentemente envolvia várias transações para a "legalizar o ilegal" (na expressão de James Holston). Sendo a redução à escravidão de pessoas livres um crime previsto no Código Criminal de 1830 (art. 179), uma estratégia de pesquisa foi observar a resposta institucional aos casos, na abertura e tramitação dos processos e na atuação das diferentes autoridades responsáveis, tanto da polícia quanto do judiciário. Esta comunicação traz resultados das pesquisas desenvolvidas no projeto "Escravização ilegal no Brasil": a resposta institucional", com enfoque particular nos mecanismos que legitimavam a escravização ilegal das pessoas que buscavam o judiciário, entre os quais estavam a produção de registros, as omissões, os pressupostos de julgamentos e circunstâncias extra-judiciais. O entendimento das engrenagens estatais que naturalizaram a escravização ilegal de pessoas e deixaram de criminalizar seus agentes é fundamental para a compreensão da disseminação e persistência do trabalho forçado no mundo contemporâneo.

Caboclos e escravidão: a presença de caboclos nos anúncios de fuga do Jornal do Commercio (1827-1888)

Alice Regina Maciel de Moura
UNIRIO

A proposta desta comunicação é apresentar uma análise das relações entre escravidão, resistência e mundos do trabalho no Brasil oitocentista, a partir da investigação de anúncios de fuga de escravizados publicados no Jornal do Commercio, no período de 1827 — ano de fundação do periódico — até 1888, marco da abolição da escravidão. Embora sediado no Rio de Janeiro, o jornal reunia anúncios provenientes de diversas regiões do país, o que permite pensar o Brasil como espaço de análise, ainda que com ênfase na Corte. Ao longo da pesquisa, surgiu uma questão: a presença de indivíduos classificados como "caboclos", o que tensiona interpretações que associam automaticamente esses anúncios à experiência exclusivamente negra. A forma como esses sujeitos são descritos — por meio de traços físicos, comportamentais e referências de origem — abre a possibilidade de que se tratem, em muitos casos, de indígenas e seus descendentes. Essa hipótese não apenas amplia o debate, como também levanta a possibilidade de que indígenas estivessem sendo submetidos, ao longo do século XIX, a formas ilegais de escravização ou de trabalho compulsório. Nesse contexto, os caboclos ocupavam uma posição marcada por forte ambiguidade. Essa indefinição classificatória os colocava em uma zona de instabilidade, na qual a liberdade podia ser constantemente questionada. Frequentemente confundidos com pardos, forros ou "gente de cor", esses indivíduos eram facilmente aproximados do universo do trabalho compulsório. A liberdade, portanto, configurava-se como uma condição frágil e instável para grande parte da população não branca. As classificações raciais funcionavam, assim, como instrumentos de controle social, regulando o acesso à cidadania, ao trabalho e à liberdade. A aparente ausência indígena nas fontes não indica desaparecimento, mas resulta de processos de reclassificação e invisibilização, que diluíram identidades coletivas em categorias mais amplas. Essa dinâmica atendia a interesses políticos e econômicos, facilitando a incorporação dessas populações em relações de trabalho subordinadas. Por fim, os anúncios de fuga revelam um universo social marcado por hierarquias complexas, no qual negros, indígenas e mestiços compartilharam experiências de vulnerabilidade. Ao evidenciar essas trajetórias, a pesquisa contribui para uma compreensão mais ampla dos mundos do trabalho no Brasil oitocentista, destacando a precariedade da liberdade e a centralidade das disputas em torno de identidade.

Capitalismo racial e reprodução social: estudo de caso da Lei do Ventre Livre (1871)

Luiza Ferreira de Moraes
UFF

A presente proposta resulta de pesquisa de mestrado em desenvolvimento e parte da crítica à historiografia marxista ortodoxa que, sob uma ótica eurocêntrica, restringiu o capitalismo a relações econômicas, relegando raça e gênero a dimensões não constituintes. O trabalho questiona essa fragmentação ao articular a tradição do Radicalismo Negro às inovações da Teoria da Reprodução Social, partindo da premissa de que o capitalismo se consolidou através da hierarquização de corpos racializados e do controle da reprodução social. Propõe-se um arcabouço teórico-analítico unitário que integra as contribuições de Eric Williams, Cedric Robinson, W.E.B. Du Bois, Diana Paton e Angela Davis. Por meio da ariculação das contribuições téoricas e análiticas sobre a formação do capitalismo e a escravidão, o capitalismo racializados e a divisão global do trabalho que revela a desumanização e a mercantilização de corpos racializados são as condições de possibilidade para a acumulação extrema do capital. E, as autoras argumentam que o desenvolvimento do capitalismo racial foi estruturado pelo poder patriarcal, ancorado no princípio jurídico do partus sequitur ventrem. Esse fundamento, herdado do Direito Romano e das práticas da Península Ibérica, estabelecia que o status servil seria transmitido pelo ventre materno, transformando a vida biológica em um ciclo de extração de valor e garantindo o direito à propriedade dos senhores. O objeto de análise é a abolição da escravidão no Brasil através da Lei do Ventre Livre (1871), examinada por meio do debate no parlamento e nos periódicos Diário do Rio de Janeiro e Jornal do Commercio. Argumenta-se que a Lei de 1871 inverteu o ordenamento legal anterior ao reconhecer a maternidade escrava e proibir a separação de mães e filhos, alterando o direito de propriedade sobre a reprodução social. Ao colocar fim à renovação da escravidão por meio do crescimento vegetativo, a lei rompeu o fundamento legal da perpetuação do sistema. A pesquisa levanta a hipótese de que a Abolição advém das dinâmicas do capitalismo racializado e gentrificado, como sua constituição ontológica, fundamentada e amparada legalmente pelo princípio romano partus sequitur ventrem, permitiu ao capital predar o trabalho de cuidado e a vida biológica para sustentar a acumulação. Assim, a abolição no Brasil inicia-se com a derrubada do princípio partus sequitur ventrem, evidenciando como o corpo feminino escravizado esteve no cerne do debate sobre a emancipação. E, levanta a questão de como a institucionalização da "linha de cor" e do gênero esteve presente e em disputa no debate da Lei 1871.

Intelectuais negros e o sentido do trabalho no Brasil: disputas de interpretação no pós-abolição

Ynaê Lopes dos Santos
UFF

Esta apresentação propõe analisar as interpretações formuladas por dois intelectuais negros atuantes na Primeira República brasileira — Manuel Querino e Juliano Moreira — acerca do trabalho e do lugar da população negra na sociedade pós-abolição. Partindo da leitura de textos, relatórios, artigos e intervenções públicas produzidas por ambos, o trabalho busca evidenciar como esses autores construíram perspectivas que tensionavam, e em muitos aspectos recusavam, os pressupostos do racismo científico então hegemônico, especialmente no que dizia respeito à suposta incapacidade do trabalhador negro. Ao longo das primeiras décadas republicanas, o debate sobre trabalho esteve profundamente marcado por teorias raciais que associavam a população negra à indolência, à improdutividade ou à inadequação ao trabalho livre. Em contraposição a esse quadro, Manuel Querino, a partir de suas reflexões sobre cultura, trabalho e história social, valorizou o papel central dos trabalhadores negros na formação econômica e cultural do Brasil, destacando saberes técnicos, ofícios especializados e formas de organização do trabalho frequentemente invisibilizadas. Já Juliano Moreira, atuando no campo da medicina e da saúde mental, criticou abertamente as bases biologizantes do racismo científico, defendendo que as condições sociais — e não fatores raciais — eram determinantes para compreender as trajetórias da população negra, inclusive no mundo do trabalho. Ao articular esses dois percursos intelectuais, a apresentação argumenta que ambos contribuíram para a formulação de leituras alternativas sobre o trabalhador negro, que não apenas questionavam diagnósticos racistas, mas também apontavam para a necessidade de políticas públicas que considerassem as desigualdades historicamente produzidas pela escravidão e pelo pós-abolição. Trata-se, portanto, de evidenciar como esses intelectuais participaram ativamente da disputa por significados em torno do trabalho, da cidadania e da nação nos primeiros anos da República. Ao recuperar essas vozes, o trabalho pretende contribuir para uma historiografia do trabalho que incorpore de maneira mais

consistente a produção intelectual negra, ressaltando seu papel na crítica às hierarquias raciais e na construção de projetos alternativos de sociedade no Brasil.

ST 23. TRABALHO URBANO, INDÚSTRIA E MORADIA OPERÁRIA

O setor de serviços no Rio de Janeiro e o lugar do trabalho doméstico e comercial, anos 1810-1840

Henrique Espada Lima
UFSC

O objetivo desta apresentação é revisitar a história social do trabalho na cidade do Rio de Janeiro em um período de forte expansão econômica e demográfica, entre a instalação da Corte portuguesa e as primeiras décadas após a independência. Este período, estudado por uma historiografia que se interessou sobretudo pela economia mercantil e industrial carioca, será abordado a partir de uma perspectiva complementar, interessada na verdadeira "explosão" de uma economia de serviços na cidade, ligada à expansão das atividades administrativas, mercantis e manufatureiras, mas raramente tratada pela historiografia. A apresentação abordará uma discussão sobre as formas de trabalho ligadas à criação e manutenção da infraestrutura tanto, por um lado, da vida cotidiana, com particular atenção sobre o "serviço doméstico", e por outro, da economia comercial de maior fôlego na cidade, que exige trabalhadores no comércio, entregadores, carregadores, provedores de pequenos trabalhos a empreitada, gente que faz e fornece refeições, etc. Acho que é importante argumentar que, sobretudo após o momento em que o Rio se torna a sede da corte portuguesa (e, claro, depois da corte do Brasil independente), a riqueza e importância crescente da cidade, que favorece a sua expansão demográfica e a acumulação de riqueza, não está APENAS ligada ao capital comercial de grosso trato, nem da (incipiente) atividade industrial, mas muito fortemente também da sua importância administrativa: a corte, os tribunais, os ministérios, a administração pública, que se associam com as atividades portuárias e comerciais, exercem uma força de atração sobre a economia de serviços, que produz por sua vez uma demanda crescente, e altamente heterogênea, por todos os tidos de serviços pessoais e domésticos, que a escravidão só é capaz de atender parcialmente. Em outras palavras, se o Rio de Janeiro é a maior cidade escravista das Américas nesse momento, também exige massivamente o trabalho de muitos outros tipos de trabalhadores que não são escravizados.

O setor de serviços no Rio de Janeiro e o trabalho no comércio em perspectiva de gênero (1830-1850)

Fabiane Popinigis
UFRRJ

Esta apresentação tem como objetivo trazer a pesquisa em andamento sobre se organizavam, cotidianamente, os arranjos de trabalho e subsistência no comércio a retalho do Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX, antes da promulgação do código comercial e da criação do Tribunal do Comércio. Nesse âmbito emaranhavam-se atividades que por vezes pouco se distinguiam, mas que foram ganhando contornos nas disputas em torno de seus significados. Investigando as relações laborais entre os pequenos proprietários de casas de secos e molhados, armazéns de café e casas de pasto e os homes e mulheres que ali realizavam todo tipo de serviço, pudemos perceber os sentidos que os marcadores sociais atribuíam às atividades e ao valor do trabalho realizado. A partir da leitura de processos relacionados às demandas de salários que chegaram ao Tribunal da Relação do Rio de Janeiro, buscaremos explicitar as formas de remuneração acordadas em contratos de trabalho verbais estabelecidos entre trabalhadores homens e seus patrões. Em geral vindos da região de Portugal, esses proprietários engajavam caixeiros muito jovens para o aprendizado do serviço no comércio, que previa acordos mais ou menos detalhados de remuneração futura. Quando esse acordo não era cumprido, não havia contrato escrito registrado para comprová-los, mas os autos demonstram claramente que existiam prerrogativas e expectativas de direito consuetudinário envolvidas. Portanto os autores dos processos recorriam aos livros de contas das casas comerciais, que deviam ser mantidos em dia por guarda-livros, pelo primeiro caixeiro ou pelo próprio patrão. Nesses livros eram registrados todos os gastos dos trabalhadores com vestuário, alimentação e medicação, que seriam descontados da remuneração a ser recebida futuramente, após o período de aprendizado. Esses documentos, acrescidos dos testemunhos levantados ao longo do processo revelam o dia a dia laboral dos jovens trabalhadores e suas relações com o entorno: o que vestiam, o que comiam, as contas da botica quando adoeciam, se fumavam, com quem se relacionavam, onde dormiam. Sendo assim, além de uma descrição densa dos arranjos de trabalho e dos acordos salariais realizados, esta investigação nos permite compor cenas do cotidiano e as redes de relações estabelecidas por esses agentes. Temos aprofundado, desta forma, o conhecimento a respeito dos mecanismos de funcionamento do amplo e diverso mercado de trabalho urbano na

maior cidade escravista das Américas no século XIX, envolvendo as disputas em torno das práticas e valores de remuneração e assalariamento.

Classes sociais no espaço-tempo: acionistas e operários da Fábrica de Phosphoros de Segurança da Companhia Cruzeiro - Cachambi, freguesia urbana do Engenho Novo, Rio de Janeiro, 1889-1903.

Marcelo Mac Cord
UFF

Entre os anos 1889 e 1903, a Companhia Cruzeiro, instalada na rua Miguel Ângelo, Cachambi, freguesia urbana do Engenho Novo, cidade do Rio de Janeiro, produziu fósforos de segurança em uma fábrica com uma planta "moderna". O tipo de produto e o local de instalação do negócio foram meticulosamente escolhidos pelos acionistas, muitos deles ligados ao Clube de Engenharia e homens atentos às oportunidades oferecidas pelo "Encilhamento". Em busca de trabalhadores disciplinados e morigerados, o empreendimento capitaneado pela firma Gaffrée & Guinle ofereceu aos seus funcionários (mais ou menos qualificados) uma vila operária com armazém e escola primária. Fruto do "paternalismo industrial", as casas receberam dezenas de famílias que, em sua maioria, foram legitimamente constituídas. Essas últimas eram diversas, com as mais diferentes experiências nacionais, étnicas, profissionais, culturais, escolares e de gênero. Em comum, elas reproduziam os valores de uma "aristocracia operária". Para identificarmos os moradores da vila operária (esposos, mulheres e filhos), utilizamos séries de documentação cartorial e paroquial, como registros de nascimento, óbito, sepultamento e casamento. A partir delas, também apoiamos as nossas interpretações em estatutos de clubes, correspondências policiais, memórias docentes, escrituras públicas, periódicos, leis e censos.

Moradias difíceis: as vilas de fábrica em Porto Alegre (1893-1948)

Frederico Duarte Bartz
UFRGS

As vilas de fábrica foram conjuntos habitacionais, voltados para famílias de operários e operárias, construídos próximos de instalações fabris. Estas vilas foram uma importante forma de moradia popular em grandes centros urbanos do país entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Através de pesquisas realizadas no acervo do Arquivo Municipal de Porto Alegre, percebeu-se, no entanto, que a construção de vilas pelas fábricas foi pouco comum e foi um fenômeno bastante disperso ao longo do tempo e do território da cidade. Entre os conjuntos encontrados na capital gaúcha estão a Vila do Curtume Abreu, Ferreira e Costa no Partenon (1893), a Vila do Curtume Firmo de Almeida na Azenha (1904), a Vila do Estaleiro Mabilde na Ilha da Pintada (1912), a Vila da Fiação e Tecido Porto Alegrense (1919) e a Vila da Tecelagem Renner (1923) nos Navegantes e a Vila Operária da Fábrica de Tintas Renner Hermann, no Passo da Mangueira (1948). A estas também podemos adicionar o projeto de uma Vila Operária Renner (1948), que serviria à empregados e empregadas de diferentes empresas vinculadas à esta família, também no Passo da Mangueira, mas que não chegou a ser construída. Como uma hipótese preliminar de investigação, podemos pensar na baixa proliferação destes conjuntos como resultado de uma política de vinculação e alianças que o setor imobiliário teve com o setor industrial, o que pode ter bloqueado iniciativas autônomas deste último em relação à moradia operária. As iniciativas de construção de moradias se dariam em contextos peculiares, como problemas de salubridade (como as casas próximas de curtumes) ou de grande distância e dificuldade de acesso ao centro urbano (como no caso da Ilha da Pintada e do Passo da Moradia). Nestes casos, as "moradias difíceis" não seriam tão atrativas ao setor imobiliário, abrindo espaço para iniciativas dos próprios industriais.

ST 24. TRABALHO INDÍGENA, ESCRAVIDÃO E REGIMES DE COERÇÃO NA AMAZÔNIA (SÉCULOS XVII–XX)

Tipologia dos ofícios e o cotidiano do trabalho indígena na Amazônia colonial (1686-1755).

Marcela Gomes Fonseca
UNICAMP

O trabalho indígena no Estado do Maranhão e Grão-Pará, entre a escravidão e as leis de liberdade, estruturou-se sob uma dualidade entre o projeto estatal e o cotidiano da colônia. No Regimento das Missões (1686), é possível catalogar 5 ofícios pilares para a sustentação da colônia: o manejo das canoas (transporte), o trabalho nas fabricas (lavouras de tabaco, cana, açúcar, cacau), o comércio dos sertões, a produção de farinha para a subsistência cotidiana, sobretudo das tropas, entradas e guerras, e o serviço das amas de leite. Contudo, os assentos da Junta das Missões na primeira metade do século XVIII, revelam um cotidiano ainda mais dinâmico, no qual indígenas não eram apenas executores de tarefas braçais, mas agentes que negociavam politicamente seus próprios ofícios e técnicas de trabalho. Exemplos como o do capitão de aldeia, chamado "índio" Maurício Rayol, presente no livro de assentos da Junta das Missões, demonstram a articulação de uma liderança indígena que solicitava ao Estado uma estrutura de aldeamento e certa autonomia, a fim de estabelecer sua influência política na região, e em troca, oferecia o seu trabalho de apoio ao correio, à logística e à guarnição de rotas entre as capitanias do Maranhão e do Pará. Assim, o cotidiano do trabalho transbordava a norma, e demonstrava a existência de outros ofícios nas entrelinhas da documentação, como no âmbito da logística militar, com a especialidade indígena em torno do manejo de armas de fogo e da abertura de caminhos terrestres, e sobrevivência neles, com o manuseio de foices, machados, tesouras e boticas para cirurgias. O objetivo deste trabalho, portanto, é identificar os diversos tipos de ofícios de trabalho indígena e seus usos, no cotidiano entre as práticas de escravidão e liberdades. Neste sentido, aponta-se que os indígenas muitas vezes convertiam sua especialização técnica em uma moeda de troca política essencial, ora para o sustento da colônia, ora para o governo de suas próprias liberdades possíveis.

Vassalagem e trabalho indígena na segunda metade do século XVIII

Francisco Alves de Sousa Neto
UFMA

Caracterizada pela eleição de uma rainha entre as trabalhadoras dos lavadouros de Paris, a festa da mi-carême teria como um dos seus ritos principais a recepção desta soberana do povo pelo Presidente da República. Evento de grande sucesso na virada para o século XX, replicado em diversas cidades europeias, o festejo logo seria importado no Brasil, tendo como seu destino inicial o Rio de Janeiro, então capital federal. Símbolo do cosmopolitismo, servindo como uma ode à virtude, a folgança encontrava na República recém-instituída e nas classes trabalhadoras do pós-abolição um terreno fértil – e ao mesmo tempo árido – para o seu estabelecimento no país. Substituindo a figura da lavadeira pela de uma operária, a festa, após algumas iniciativas frustradas, teria no governo de Hermes da Fonseca os meios para a sua concretização. Período marcado pela carestia e mobilização de protestos pela classe trabalhadora, a mi-carême carioca, naquele contexto, se constituía como um interessante paradoxo entre a valorização do operariado e o uso de suas representantes como garotas-propagandas da chamada política do "pão e circo". Nesse bojo, as entrevistas das candidatas à rainha, os textos publicados nas colunas operárias dos jornais e a cobertura sobre a festa produzem um interessante mosaico discursivo que, sob a ótica da História Social, contribui para a compreensão das dinâmicas de atuação da massa trabalhadora do período e os desafios para a importação da mi-carême no Brasil.

Entre a herança e a reinvenção: o trabalho forçado dos indígenas na Amazônia brasileira no contexto das Américas (décadas de 1820 e 1830)

André Roberto de Arruda Machado
UNIFESP

Esta apresentação pretende discutir o trabalho forçado dos indígenas na província do Grão-Pará entre as décadas de 1820 e 1830. De modo geral, a historiografia entende o uso do trabalho dos indígenas por meio de mecanismos compulsórios ao longo do século XIX como a manifestação de uma decadente herança colonial. De modo contrário, o que se pretende mostrar aqui é que as formas de trabalho compulsório no século XIX,

inclusive aquelas impostas aos indígenas no Pará, são uma reinvenção dos emergentes Estados Nacionais. Assim, pretende-se demonstrar como em outros países da América existiram os mesmos debates sobre a necessidade de obrigar parte dos habitantes a trabalhar – especialmente indígenas e ex-escravos. Para além do debate, isso muitas vezes se concretizou em práticas e leis que materializam os dilemas do século XIX para controlar a mão de obra. É necessário lembrar que a imposição do trabalho compulsório no século XIX também gerou debates sobre a extensão de direitos de cidadão das populações atingidas. Esse debate, posterior às independências e ao constitucionalismo Ibérico, impõe limites a simplificação de atribuir todo esse processo a uma herança colonial. De modo mais amplo, os resultados dessa pesquisa dialogam com os debates internacionais sobre os sentidos do trabalho livre no século XIX, bem como a sua integração ou não aos circuitos do capitalismo mundial.

"Tráfico de índios no interior do Amazonas": práticas de coerção e escravização ilegal nos sertões amazônicos (1880-1920)

Jessyka Samya Ladislau Pereira Costa
UFAM

Para a região amazônica, o período histórico entre 1880 e 1920 tem sido amplamente explorado pela historiografia brasileira e internacional, devido ao boom da borracha e a todas as suas consequências, que atingiram sobremaneira o vale amazônico. Uma das questões mais latentes oriundas desses trabalhos tem se articulado em torno da presença dos povos indígenas nesses contextos. Por isso, interessa-nos, nesta pesquisa, mapear as redes de exploração compulsória e de escravização ilegal que atingiam as populações indígenas no vale amazônico entre 1880 a 1910. Para tanto, iniciaremos essa análise através de um levantamento quantitativo e qualificativo de relatos e denúncias acerca dessa temática nos jornais publicados durante esse recorte cronológico. Por meio desse levantamento buscamos, em primeiro lugar, mapear e descrever as formas de exploração do trabalho nessa região e apreender a maneira como ele se organizava. Em segundo lugar, identificar, na medida do possível, os agentes sociais envolvidos nessas ações. A pesquisa abrange dois períodos históricos: o primeiro, a década de 1880, correspondente ao final do Estado Imperial brasileiro, marcado pela abolição da escravidão e pela Proclamação da República; o segundo, as primeiras décadas do Brasil republicano, momento de consolidação de novas estruturas governamentais e jurídicas. Trata-se, portanto, de um esforço para compreender até que ponto as concepções em torno das noções de trabalho livre e escravizado sofreram alterações no cotidiano antes e depois da abolição da escravidão e, por outro lado como essas mudanças impactaram — ou não — as vidas dos povos indígenas da Amazônia.

ST 25. FAZEDORES DO TRABALHO, DAS LETRAS, DA MEMÓRIA E DA JUSTIÇA: EXPERIMENTOS DE HISTÓRIA PÚBLICA E DISPUTAS EPISTEMOLÓGICAS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

O Pós-Abolição enquanto memória, história e reparação

Álvaro Pereira do Nascimento
UFRRJ

Apresentaremos o primeiro resultado de um projeto maior: propor outros usos da pesquisa historiográfica do pós-abolição. Durante décadas, observamos as diversas injustiças cometidas contra a população negra e indígena no país, desde o início do trabalho escravo. Entre outros crimes, houve e ainda há torturas, raptos, tráfico humano, estupros, epistemicídio, genocídio de pessoas indígenas e negras. A historiografia vem registrando situações como essas em diversos capítulos de dissertações, teses e artigos acadêmicos. Nos últimos cinco anos, observamos o interesse do Ministério Público por esses capítulos e alguns deles estão se transformando em inquéritos contra instituições públicas e privadas. Essa apresentação busca expor como profissionais em História podem contribuir para que essas injustiças históricas sejam questionadas e cobradas. Para isso, algumas questões deverão ser vencidas (seremos pesquisadores ou ativistas) e, possivelmente, uma outra definição de História Pública deverá ser cunhada.

"Reintegração de Posse": desdobramentos teórico-epistemológicos de uma experiência de história pública negra no Distrito Federal

Ana Flávia Magalhães Pinto
UnB

A trajetória da exposição "Reintegração de Posse: Narrativas da Presença Negra na História do Distrito Federal" iniciou-se, em 2018, como um projeto de iniciação científica com estudantes de graduação em História da Universidade de Brasília, que logo foi ampliada como um projeto de extensão, reunindo uma equipe multidisciplinar. Pessoas negras com formação e atuação também nas áreas de Jornalismo, Arquitetura, Letras, Design Gráfico e Produção Cultural desenvolveram uma experiência de história pública inédita, a partir da mobilização de acervos documentais familiares e do Arquivo Público do Distrito Federal, cujo impacto ainda está sendo dimensionado. Além da primeira montagem da exposição, em 2019, no Museu da República, muitos outros produtos foram desenvolvidos, tendo a iniciativa chegado a compor o pavilhão brasileiro na Bienal de Arquitetura de Veneza em 2023 e a ser incorporada em roteiros de afroturismo em Brasília, por exemplo. Nesse processo, fundamentos das matrizes de memória sobre a capital federal e a população brasileira foram ainda trabalhados criticamente em monografias de graduação, teses de doutorado e obras literárias premiadas. Nesta comunicação apresento uma análise dos desdobramentos teórico-epistemológicos dessa experiência coletiva de produção de conhecimento protagonizada por intelectuais negras/os com compromisso antirracista, bem como busco evidenciar os significados dos vínculos existentes com casos semelhantes e dos tensionamentos com perspectivas hegemônicas na academia e em outros espaços institucionais associados às agendas de memória, patrimônio cultural, história social do trabalho e dos estudos do pós-abolição.

Artífices da Festa, Sujeitos da História: A Marujada como patrimônio negro e as lutas populares por reconhecimento em meio a disputas pela tradição no Pará

Maria Roseane Corrêa Pinto Lima
UFPA

A Marujada é uma importante manifestação cultural no Pará, uma forma de celebração a São Benedito, realizada anualmente em calendário próprio, que envolve ritos religiosos e sociais do catolicismo popular, divertimentos e sociabilidades. O projeto de extensão intitulado "Marujadas na região bragantina: cultura e identidade através da educação patrimonial" é uma continuação de atividades que vêm sendo realizadas desde 2018, quando iniciamos as pesquisas que resultaram no Inventário Nacional de Referências Culturais das Marujadas de São Benedito no Pará. Dos desdobramentos desta pesquisa e partindo de demandas das detentoras e dos detentores da Marujada de São Benedito de Bragança, desenvolvemos várias atividades voltadas à salvaguarda e a divulgação da manifestação, sobretudo entre o público mais jovem. Marujas e marujos e os demais membros da Irmandade da Marujada de São Benedito de Bragança são reconhecidos como os próprios

sujeitos históricos e detentores do patrimônio, produtores e guardiões do seu passado. Promovendo o diálogo entre o conhecimento histórico acadêmico e a sociedade, valorizando memórias vivas, o protagonismo das comunidades tradicionais e a democratização do saber, o conjunto de atividades acadêmicas se apresenta como um interessante e importante exercício de História Pública, articulando ensino, pesquisa e extensão. Foram realizadas rodas de conversa, reuniões com a comunidade escolar, oficinas de dança e apresentação dos resultados em eventos da Consciência Negra. Neste trabalho, pretendemos discutir e difundir conhecimentos sobre a Marujada como patrimônio negro, sem desconectá-las dos contextos das lutas populares por reconhecimento em meio a disputas pela tradição no Pará.

Caminhos do Pós-Abolição em Porto Alegre: repercussões do trabalho com a imprensa negra na formação docente e nas lutas por reparação histórica

Melina Kleinert Perussatto

UFRGS

O projeto Caminhos do Pós-Abolição em Porto Alegre é guiado pela perspectiva do campo de estudos das emancipações e do pós-abolição e pelo trabalho historiográfico e pedagógico com a imprensa negra na formação docente em História. Vincula-se ao programa de extensão Atlânticas - Laboratório de Estudos sobre o Pós-Abolição da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e é desenvolvido pelo Pine - Projeto Imprensa Negra Educadora, desde 2023, em parceria com a disciplina de Estágio de Docência em História - Educação Patrimonial. Articula, portanto, atividades de ensino, pesquisa e extensão protagonizadas por estudantes de graduação e pós-graduação majoritariamente negros e negras. Ao investir nas múltiplas aprendizagens decorrentes do trabalho com fontes e memórias negras em uma aula de História deslocada para as ruas do centro da cidade, o projeto amplia o mapeamento dos territórios negros e interpela a cidade como uma fonte histórica reveladora de contradições e disputas, de experiências e memórias, em diferentes tempos, espaços e contextos. Ao percorrer locais de trabalho, educação, organização, moradia e lazer de sujeitos e coletividades negras, o roteiro não apenas denuncia os processos racistas, de apagamento e exclusão promovidos pelo projeto republicano em curso desde a implementação deste sistema, mas, sobretudo, afirma a agência histórica de sujeitos negros nas disputas por história e memória, bem como na proposição de projetos republicanos. Na presente comunicação, em específico, reflito sobre como o processo de curadoria dos pontos do percurso, a construção de um fio condutor narrativo e investigativo e a realização de mediações participativas no centro da cidade incidem na formação docente e na construção de um ensino de história do pós-abolição, em interface com a história social do trabalho, a história pública e a educação patrimonial. Discuto ainda os efeitos do reconhecimento da intelectualidade da imprensa negra como trabalhadora, em diferentes espaços e ofícios, na construção de um pensamento histórico antirracista e antissexista e nas lutas por reparação histórica.

ST 26. TRABALHO, MIGRAÇÕES E MOBILIDADE SOCIAL

Carroceiros, sapateiros, charuteiros e domésticas: imigrantes portugueses no mundo do trabalho do Rio de Janeiro em meados do XIX

Marina Simões Galvanese
UNESP

Em artigo de 1988, Luís Felipe de Alencastro identificou a presença de portugueses engajados no Rio de Janeiro em meados do oitocentos. Segundo o autor, o afluxo desses imigrantes, além de alterar a demografia da cidade, transformou o mundo do trabalho urbano da corte. Trabalhadoras e trabalhadores provenientes de Portugal ampliaram a oferta de mão de obra barata e rebaixaram os salários pagos a pessoas escravizadas, com as quais passaram a competir pelos postos de trabalho na cidade. Com isso, muitos senhores venderam seus cativos para as fazendas, invertendo o sentido do descolamento de cativos e enfraquecendo a escravidão na corte. Desde a publicação do texto de Alencastro, portuguesas e portugueses povoam estudos sobre o mundo do trabalho urbano do Rio de Janeiro. Porém, poucas pesquisas examinaram em detalhes a inserção laboral desses indivíduos, a diversidade de funções para as quais eram engajados, a pluralidade de arranjos contratuais, os salários que auferiam e suas estratégias de resistência às condições de trabalho a que eram sujeitos. No mais, a atração desses imigrantes e as transformações provocadas por esses indivíduos – e identificadas por Alencastro – não foram entendidas como parte de um projeto imperial que não tinha a finalidade de substituir o sistema escravista, mas perpetuá-lo. Ao chegar à corte, parte desses trabalhadores e trabalhadoras celebrou contratos de locação de serviços perante o cônsul de Portugal no Rio de Janeiro, que relacionou locatários e seus respectivos locadores, indicou o valor das dívidas, o tempo de serviço necessário para quitá-las, a qualidade do trabalho a ser prestado e demais disposições contratuais. Somados a outras fontes, como contratos de fretes realizados com capitães de navios, ações de soldada e anúncios em jornais, os documentos elaborados pelo cônsul permitem melhor conhecer a inserção laboral desses imigrantes. Analisado à luz da bibliografia sobre a escravidão urbana na corte oitocentista e dos pressupostos teóricos da História Global do Trabalho, este corpus documental permite atualizar e desenvolver a tese de Alencastro e aprofundar o conhecimento sobre o impacto da imigração portuguesa para a dinâmica escravista do XIX. São esses os objetivos desta comunicação, que parte da hipótese de que a imigração engajada de portugueses despossuídos no Rio de Janeiro foi ao encontro da política da escravidão e contribuiu para a perenidade do sistema escravista no Império do Brasil.

De toneleiro a senador: classe e raça em Martín Morúa Delgado (Cuba, 1857-1910)

Iacy Maia Mata
UFBA

Martín Morúa Delgado nasceu em Matanzas em 11 de novembro de 1857; filho de um espanhol e de uma ex-escravizada, não frequentou a escola. Iniciou a vida laboral trabalhando na padaria de seu pai e seguiu para o ofício de toneleiro, onde começou a sua atuação política organizando o grêmio dos toneleiros. Autodidata, lia muito e aos 20 anos "sabia ler e escrever perfeitamente". Além de publicar artigos em vários jornais, em 1879, fundou o periódico El Pueblo. O lema do jornal era "sem liberdade não há vida, mas, sem ilustração, não há liberdade" e o seu objetivo era "defender os direitos da população de cor, excluída da dignidade cidadã e das liberdades do país". Morúa fundou periódicos e investiu na escrita do seu primeiro romance, intitulado Sofia, publicado em 1891; seu segundo romance, La Familia Unzúazu, foi publicado em 1901. Em 1898, quando a guerra de independência chegou ao fim e a Espanha foi derrotada, a ilha foi ocupada pelos Estados Unidos (1898-1902). Naquela nova conjuntura e nos primeiros anos da República, Morúa se destacou como parlamentar, atuou na Assembleia Nacional Constituinte e foi o primeiro senador negro eleito na ilha. O objetivo desta comunicação é analisar, através de correspondências pessoais, escritos nos jornais e obras literárias, a atuação de Morúa na esfera pública em Cuba e suas concepções acerca de raça e nação.

Famílias negras migrantes no pós-abolição de Rio de Janeiro e Chicago: motivações, trajetórias coletivas, e estratégias familiares (1880-1940)

Carlos Eduardo Coutinho da Costa
UFRRJ

Esta comunicação tem por objetivo demonstrar as estratégias criadas pelas famílias negras, durante a Primeira República, geracionalmente. Se, nos primeiros anos da Abolição, elas agiram para a construção de

mecanismos de permanência no Vale do Paraíba e nos Estados do Sul, a partir da década de 1910, elas foram fundamentais para o início da migração sazonal. Ou seja, a família teve um papel dual: se, no primeiro momento, possibilitou a permanência nos campos, na geração seguinte, teve um papel fundamental na ajuda às primeiras migrações daqueles que decidiram partir. A partir de diversas fontes de pesquisa, entre elas os arquivos orais, registros civis de pessoas naturais, notícias de jornais, policiais e da justiça, pretendemos reconstruir essas trajetórias coletivas de famílias negras, no pós-abolição, que tiveram a experiência da migração.

"Eu tinha um sonho": trabalho, identidade e memória nas migrações de Conceição-PB para a Grande São Paulo (1980-2010)

Saniel Simplicio Pereira
UNEB

Este trabalho investiga as migrações de trabalhadores rurais oriundos do município de Conceição, sertão da Paraíba, para a Grande São Paulo entre as décadas de 1980 e 2010, a partir das narrativas orais de nove migrantes. A pesquisa analisa como esses sujeitos se inseriram no mercado de trabalho urbano, frequentemente marcado pela informalidade, precariedade e discriminação, e de que forma essa experiência moldou suas identidades, memórias e vínculos com a terra natal. A abordagem metodológica fundamenta-se na História Oral, privilegiando a escuta das vozes dos migrantes como fonte para a compreensão das dimensões subjetivas do fenômeno migratório. As entrevistas foram analisadas em diálogo com as contribuições teóricas de E. P. Thompson (experiência e formação de classe), Carlo Ginzburg (micro-história e trajetórias individuais) e Eunice Durham (redes migratórias e parentesco), além da triangulação com fontes documentais (atas da Câmara Municipal de Conceição) e dados censitários do IBGE. As narrativas revelam que a decisão de migrar articulava "sonho" e "necessidade" em tensão permanente, alimentada pela precariedade estrutural do meio rural (dependência das chuvas, endividamento na "caderneta", ausência de políticas públicas) e pela força do imaginário construído em torno da figura do migrante que retornava "com dinheirinho". A inserção laboral na Grande São Paulo, mediada por redes de parentesco, deu-se predominantemente na indústria de confecção, construção civil, comércio e serviços domésticos, marcada por jornadas extensas, informalidade inicial e discriminação por origem regional. Os migrantes desenvolveram estratégias de solidariedade, reelaboração identitária e manutenção de vínculos transregionais, expressas em práticas culturais (festas juninas, quermesses), no orgulho de "nunca renegar de onde veio" e no horizonte do retorno à terra natal, projetado para a aposentadoria. A pesquisa contribui para a história social do trabalho ao dar visibilidade às experiências de sujeitos historicamente marginalizados, evidenciando como a migração interna constituiu uma estratégia ativa de enfrentamento das desigualdades regionais no Brasil.

ST 27. RAÇA, CLASSE E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES

Com o título na mão: trabalho, associativismo e política no Engenho de Dentro (Rio de Janeiro – Primeira República)

Elaina Reioli Cirilo Serfaty
PUC-Rio

Em uma crônica do ano de 1904, o jornalista Vagalume, pseudônimo usado por Francisco Guimarães, reproduzia a fala de um morador do Engenho de Dentro, bairro suburbano do Rio de Janeiro: "Nem se discute... nesta terra, o indivíduo pode não ter um pedaço de pão, mas um título eleitoral... é certo". Com esse relato, o cronista testemunhava o intenso envolvimento político dos operários daquela localidade, onde viviam muitos empregados da Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB). Apesar dos baixos índices de participação eleitoral que marcaram a Primeira República, a disputa por votos mobilizava ativamente os trabalhadores organizados, que viam no processo eleitoral uma importante estratégia de luta por direitos. A análise do Engenho de Dentro revela que os ferroviários não apenas compareciam às urnas, como também articulavam candidaturas próprias e/ou apoiavam candidaturas, utilizando o voto como instrumento de pressão sobre o Executivo e o Legislativo. Buscaremos demonstrar, por meio desta comunicação, de que modo essa atuação política evidencia que, mesmo em um regime excludente, os trabalhadores se empenhavam em ampliar sua influência e em fazer com que suas demandas fossem levadas em conta pelas autoridades.

Os trabalhadores do Sindicato dos Operários em Fábricas de Tecidos de Porto Alegre nas solicitações de carteira profissional de trabalho, Rio Grande do Sul/Brasil, 1933-1945

Aristeu Elisandro Machado Lopes
UFPel

No dia 07 de setembro de 1933, Geralda de Oliveira, uma fiandeira da Fábrica de Tecidos Rio Guayba, localizada em Porto Alegre, foi fotografada e seu registro resultou em uma fotografia 3x4. Da mesma forma que ela, outras trabalhadoras e trabalhadores do Brasil também foram fotografados a partir dos primeiros anos do Governo Vargas com o objetivo específico de solicitar carteira profissional de trabalho. O documento foi criado em 1932 e os primeiros pedidos no Rio Grande do Sul iniciaram no ano seguinte administrados pela Delegacia Regional do Trabalho, órgão do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, responsável pelo recebimento das solicitações. Para essa tarefa, o MTIC desenvolveu um formulário, identificado como ficha de qualificação profissional, no qual eram anotados os dados pessoais e profissionais dos solicitantes, as digitais dos dedos das mãos e uma fotografia 3x4. Com o objetivo de alcançar o maior número possível de trabalhadores, o decreto que criou a carteira previa que as solicitações poderiam ser encaminhadas, também, pelos empregadores e sindicatos. A proposta desta comunicação é averiguar um grupo de trabalhadores que tiveram seus pedidos encaminhados pela ação de um desses sindicatos, especificamente, o Sindicato dos Operários em Fábricas de Tecidos de Porto Alegre. Nesse sentido, além da análise das informações constantes nas fichas dos trabalhadores e das suas fotografias 3x4, a intenção é discutir o papel do sindicato nesse processo e sua atuação como mediador entre o estado e os trabalhadores. As fotografias 3x4, que permitem ver o rosto, possibilitam averiguar as circunstâncias em que os seus registros foram produzidos e como se apresentaram diante do fotógrafo. A partir dos dados e das fotografias é possível averiguar histórias de trabalho dos solicitantes que estavam vinculados ao setor têxtil do Rio Grande do Sul, um dos segmentos mais importantes da economia do estado naquele momento.

Trabalho, cor, classe e política: aspectos das trajetórias de sindicalistas negros no pós-Segunda Guerra na Bahia.

Edinaldo Antonio Oliveira Souza
UNEB

Em provocativo artigo publicado em 2106, o historiador Álvaro Pereira Nascimento questionou a não inclusão da categoria cor na historiografia que investiga trabalhadores pobres e o movimento operário na República. Conforme salientou, esta "ausência torna-se ainda maior nas pesquisas voltadas para os séculos XX e XXI". Na Bahia, estado onde as intersecções entre trabalho, classe e raça historicamente demarcaram (e ainda demarcam) as experiências sociais, um significativo número de operários negros teve participação destacada no movimento sindical no final do Estado Novo e no contexto da democratização. Alguns desses operários traziam em suas trajetórias experiências sindicais e de participação na política eleitoral desde o início da década de 1930.

Numa conjuntura de "política das massas", eles vislumbraram, sobretudo no curto período de legalidade do Partido Comunista do Brasil, uma importante janela de participação e representação política, ainda que não representassem uma maioria entre os candidatos nem empunhassem explicitamente a bandeira da questão racial, com a exceção de Juvenal Luiz Souto Júnior. A partir do cruzamento de um diversificado conjunto de fontes, esta comunicação pretende apresentar aspectos das trajetórias política e sindical de alguns desses operários negros na Bahia no final do Estado Novo e no contexto da democratização.

"Motivo da prisão: Greve": trabalhadores e trabalhadoras detidos durante a onda de greves de 1945-1946 em São Paulo

Fernando Sarti Ferreira
UNESP

A onda de greves que varreu o Estado de São Paulo, mas principalmente a capital e seus subúrbios, entre maio de 1945 e março de 1946, tem sido revisitada – e redimensionada -por meio da análise de uma série de documentos inéditos encontrados nos arquivos da Delegacia de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS-SP). O presente trabalho insere-se em uma nova etapa desta investigação, na qual deslocamos o foco das greves para os grevistas. Nesse sentido, em primeiro lugar, buscamos identificar, entre os mais de 150 mil prontuários produzidos pela polícia política de São Paulo, aqueles relativos aos trabalhadores presos e detidos em decorrência das mobilizações de 1945-1946. A partir desse levantamento, por meio do qual logramos identificar 571 pessoas presas ou detidas, acusadas de participarem das mobilizações, foi possível, com base nas informações contidas nesses documentos – como sexo, raça, idade, instrução, endereço de residência e local de nascimento – elaborar um perfil dos grevistas. Os resultados obtidos, por sua vez, revelaram aspectos ainda pouco explorados sobre o movimento operário do período - como a ativa participação dos negros (pretos e pardos) e dos jovens nessas mobilizações-, assim como nos permitiram aprofundar as críticas às teses referentes ao "atraso" da consciência dos imigrantes internos, além de registrarem como o novo padrão de moradia popular (casa própria/loteamento periférico/autoempreendimento), que ganhou impulso naquele período na cidade de São Paulo e em seus subúrbios, pode ter amplificado a capacidade de mobilização dos trabalhadores industriais da região.

Genival Luiz da Silva: a reconquista dos sindicatos e as articulações dos metalúrgicos na ditadura empresarial-militar (1968)

Igor Soares Rodrigues
FGV-CPDOC

A partir da trajetória do metalúrgico e funcionário da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Genival Luiz da Silva, pretendemos analisar a reconquista do sindicato pelos trabalhadores após a intervenção sindical, resultado imediato do golpe empresarial-militar. Assim como nos casos de Contagem (MG) e Osasco (SP), os operários de Volta Redonda se articulam em uma chapa de oposição eclética, composta pelos antigos trabalhistas, comunistas e com ligações com a oposição extrassitêmica, como na atuação da Ação Popular (AP). Com uma posse conturbada, pela oposição da direção da CSN e das forças repressivas da região, os sindicalistas buscaram rapidamente se rearticular em nível regional e nacional, sendo marcado por tensões o Congresso Nacional dos Metalúrgicos em Santa Catarina em 1968. As oposições buscavam imprimir uma postura mais combativa contra o regime e refazer sua intersindical, o que provocou conflitos com os interventores, principalmente nos cargos das federações e confederações. Analisar o evento permite compreender as disputas no meio sindical, divergindo da visão consolidada do pouco espaço para atuação política sindical no período ditatorial, sendo os casos mineiro e paulista não uma exceção, mas, pelo contrário, tendências da conjuntura. Contexto marcado por uma ofensiva contra a classe trabalhadora, que sofreu com o rebaixamento geral dos salários, o fim da estabilidade laboral e a unificação dos institutos de aposentadoria, que privou os trabalhadores da gestão dos seus fundos previdenciários. Por fim, buscamos contribuir com o debate sobre o movimento operário no contexto ditatorial, uma lacuna a ser preenchida com a colaboração de novas fontes disponíveis, com destaque para os imprescindíveis trabalhos das Comissões da Verdade.

Maria Siani Festa: gênero, trabalho e militância comunista nas cidades de Porto Alegre e Butiá (1930-1940)

Lucas Specht
UFRGS

Maria Siani Festa foi uma enfermeira-parteira ligada ao Partido Comunista do Brasil (PCB). Durante o Estado Novo (1937-1945), transitou entre Porto Alegre e a vila mineira de Butiá, no RS. Nestes espaços, protagonizou uma série de eventos os quais possibilitam que analisemos diferentes perspectivas de sua trajetória, a qual contribui para uma melhor compreensão da militância política feminina brasileira no período entre as décadas de 1930 e 1940. Para tanto, busca-se na análise identificar as suas ações políticas em primeiro plano na cidade de Porto Alegre, em que foi presa e demitida de diversos espaços de saúde por "professar ideias comunistas". Além disso, teve relações próximas com militantes anarquistas. Em seguida, na vila de Butiá, enquanto militante de base, articulou ao lado de outras mulheres várias frentes de ação durante uma greve da categoria dos mineiros de carvão, fortemente baseada na masculinidade, em 1946. Assim, o objetivo é contribuir com a historiografia social do trabalho, sobretudo aos estudos de trajetórias de mulheres militantes e suas resistências às diversas formas de exploração, contextualizando a inserção feminina na militância política comunista, atentando-se às relações de gênero em um mundo de trabalho extremamente masculinizado. Com isso em mente, estabeleço ainda diálogo com a história do trabalho nas minas de carvão, destacando a rígida divisão sexual do trabalho naquelas comunidades, bem como as relações de contestação no período da ditadura do Estado Novo e na redemocratização do governo Dutra, com enfoque na mobilização do PCB. As fontes empíricas são de tipologias diversas, como periódicos comunistas, relatórios empresariais, documentos policiais, abaixo-assinado, registros paroquiais e um processo-crime. Estamos num ponto de encontro entre a história social do trabalho, as biografias históricas e a história das mulheres. Trabalhamos assim, na análise de uma trajetória original, tensionando as relações de gênero no mundo do trabalho e na militância política, refletindo sobre as mais diversas relações de dominação e resistência em que Maria Festa esteve inserida, bem como a de tantas outras mulheres comunistas do período e espaço analisados. Preliminarmente, evidencia-se a presença de Festa nas articulações da esquerda porto-alegrense, levando sua prisão ao lado de

militantes destacados em 1937. Já nas minas de carvão, analiso sua articulação entre as mulheres que resultou na fundação de um comitê local do PCB, na formulação de um abaixo-assinado ao presidente da República e na concessão de uma entrevista-denúncia que demonstra o alcance, mas também os limites de sua militância.

O Congresso Nacional de Unidade Syndical de 1935: Ação operária e interpretações sobre década de 1930

Inghrid da Costa Masullo Mendes
UFRJ

Esta pesquisa tem como objeto o Congresso Nacional de Unidade Sindical, realizado entre 28 de abril e 1º de maio de 1935, enfatizando seu potencial como porta de entrada para repensar o contexto social e político da primeira metade da década de 1930. Nesse momento, a questão da unidade sindical emergiu no interior do movimento operário como um problema central, articulando debates sobre formas de organização, estratégias de luta e inserção política dos trabalhadores em um cenário de crescente efervescência política e polarização ideológica, especialmente entre 1934 e 1935. A análise do congresso se apoia, sobretudo, em sua ampla cobertura na imprensa, com destaque para periódicos como A Pátria (RJ), A Manhã (RJ) e Classe Operária (RJ). Mobilizados como fontes históricas, esses jornais permitem acompanhar não apenas o desenrolar do evento, mas também suas formas de construção pública e os sentidos atribuídos à unidade sindical em diferentes registros políticos. O trabalho dialoga criticamente com interpretações que tendem a abordar a ação operária a partir de sua subordinação ao Estado ou de sua vinculação a organizações como o Partido Comunista Brasileiro. Sem desconsiderar essas dimensões, parte-se da hipótese de que tais enquadramentos tendem a ofuscar outras dinâmicas de organização, articulação e iniciativa política dos trabalhadores. Assim, o congresso será abordado menos como episódio e mais como uma chave analítica, permitindo ampliar a compreensão dos projetos de organização e densidade da articulação operária, colocando os trabalhadores no centro da análise do período.

Quando o lazer e a luta se encontram: sociabilidade operária no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro (1945-1964)

Miguel Gryner de Moraes
UFRJ

"Este trabalho analisa as formas de sociabilidade operária desenvolvidas pelo Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro entre 1945 e 1964, buscando compreender como as atividades culturais, esportivas e educativas contribuíram para a organização política dos trabalhadores e para a construção de uma identidade coletiva de classe. A pesquisa dialoga com a História Social do Trabalho e parte da compreensão de que a cultura não constitui apenas um reflexo das disputas políticas e econômicas, mas um elemento fundamental da experiência histórica dos trabalhadores. A investigação utiliza como principais fontes o jornal A Voz do Metalúrgico, documentos sindicais, entrevistas de dirigentes e fotografias da coleção de Ulisses Lopes, preservada no Arquivo do Movimento Operário do Rio de Janeiro. A partir desse conjunto documental, são analisadas iniciativas como bailes, concursos de rainha do Sindicato, colônias de férias, campeonatos esportivos, cursos profissionalizantes e encontros de juventude, entendidas como espaços de formação política, solidariedade e fortalecimento da vida associativa. O trabalho demonstra que, durante o período do chamado ensaio democrático brasileiro, as práticas de lazer promovidas pelo sindicato desempenharam papel importante na ampliação da participação dos trabalhadores e na consolidação da legitimidade da entidade. Além disso, evidencia a influência de militantes comunistas na articulação entre cultura e política, bem como as disputas travadas com outras correntes presentes no movimento operário. A pesquisa também destaca a participação de mulheres, jovens e trabalhadores negros nessas atividades, discutindo tanto os avanços na ampliação de sua presença na vida sindical quanto as permanências de hierarquias e desigualdades. Ao analisar o sindicato como espaço de sociabilidade e experimentação, o trabalho contribui para ampliar a compreensão sobre o sindicalismo brasileiro do pós-guerra, ressaltando a importância das experiências cotidianas e das práticas culturais na formação da consciência de classe e na construção da cultura operária.

ST 29. GÊNERO, RAÇA E AÇÃO POLÍTICA NOS MUNDOS DO TRABALHO

Movimento Custo de Vida e os Congressos da Mulher Paulista: quando o público e o privado se encontram.

Layana Sales de Oliveira
PUC-Rio

Visando compreender as relações entre os espaços do lar e da rua, este trabalho analisa as contradições presentes nesses binômios a partir do estudo dos movimentos sociais e dos mundos do trabalho, atravessados pelas questões de gênero. A princípio, as donas de casa e as mulheres, de modo geral, na era do capital, foram historicamente associadas apenas às responsabilidades domésticas e ao cuidado familiar. Contudo, o trabalho de cuidado pouco foi reconhecido como elemento de transformação social ou como força motriz de movimentos sociais. Entretanto, ao examinarmos as relações entre o movimento feminista e os movimentos sociais protagonizados por donas de casa — como o Movimento do Custo de Vida (MCV) —, torna-se possível perceber que o cuidado pode, sim, constituir um instrumento de mobilização política e transformação social. O MCV destacou-se como um dos maiores movimentos sociais da capital paulista durante as décadas de 1970 e 1980, sendo conduzido, ao longo de sua trajetória, pelas mulheres dos Clubes de Mães da Zona Sul de São Paulo (CMZS). Essas mulheres reivindicavam melhores condições de vida para as famílias trabalhadoras, exigindo aumento salarial, redução do custo de vida e o fim do arrocho salarial imposto pela ditadura militar. Com a promulgação da Lei da Anistia, em 1979, mulheres brasileiras exiladas, sobretudo na França e nos Estados Unidos, retornaram ao país trazendo experiências vinculadas aos debates feministas internacionais. Majoritariamente pertencentes às camadas médias, essas mulheres passaram a organizar grupos e congressos feministas no Brasil. Contudo, as pautas elaboradas a partir dessas vivências no exterior nem sempre dialogavam com as demandas das mulheres que permaneceram no país durante o período ditatorial. Dessa forma, os congressos feministas paulistas transformaram-se em espaços de disputa, não apenas entre feminismo e sociedade, mas também entre diferentes perspectivas de atuação política e concepções de luta feminina. Nesse sentido, é fundamental compreender a participação das mulheres periféricas na constituição do feminismo brasileiro, uma vez que elas também estavam profundamente inseridas nos debates acerca das questões femininas. Assim, este trabalho busca retirar a dona de casa pobre de uma posição passiva na historiografia, reconhecendo-a como sujeito político ativo, capaz de formular reivindicações, organizar mobilizações e pautar demandas fundamentais para as mulheres trabalhadoras, como a construção de creches, a igualdade salarial e a luta contra o aumento do custo de vida.

Trabalhadoras e militantes sob o olhar das artistas Hilda Campofiorito e Edíria Carneiro em O Momento Feminino (1947-1956)

Andréia Carolina Duarte Duprat
UFCSPA

Nesta apresentação, tratarei das ilustrações de Edíria Carneiro e Hilda Campofiorito para O Momento Feminino: um jornal para o seu lar, produzido no Rio de Janeiro entre 1947 e 1956. A publicação está fortemente ligada a militantes do Partido Comunista do Brasil. O primeiro número da publicação foi lançado em 24 de julho de 1947, e teve como diretora Arcelina Mochel Goto, vereadora pelo PCB no Distrito Federal, até sua última edição. O tema central das imagens produzidas por Edíria e Hilda Campofirioto para a publicação é a mulher, representada em sua luta cotidiana, tanto no exercício do seu trabalho e na militância política, quanto nas dificuldades que enfrenta nas favelas e nas periferias da cidade. A figura da mãe acompanhada por seus filhos se vê em matérias que relatam os percalços do exercício da maternidade em um mundo do trabalho que não atende necessidades como creche e tempo para os cuidados básicos como a amamentação. No jornal, os traços de Hilda e Edíria expressam com criatividade e competência os anseios contidos nos textos da publicação, como também marcam a posição de uma arte próxima à ação política. Para este trabalho, as ilustrações foram divididas conforme as seguintes temáticas: (1) denúncia da pobreza e desassistência do Estado; (2) movimento feminino; (3) mundo do trabalho para as mulheres; (4) literatura.

O capitalismo racial brasileiro: uma análise a partir do trabalho doméstico de mulheres negras

Gesiele Nadine de Moura Barbosa
UNICAMP

O presente trabalho apresenta os delineamentos preliminares de uma pesquisa de mestrado que surge da necessidade de tensionar o silêncio da teoria econômica tradicional frente ao histórico apagamento epistemológico dos trabalhos responsáveis pela manutenção da vida e cujo objetivo geral é investigar de que maneira o trabalho doméstico exercido por mulheres negras e racializadas - bem como as condições de precariedade desse trabalho - evidencia a operacionalidade do capitalismo racial no Brasil. Com isso, diante da invisibilidade do elo fundamental entre produção e reprodução social, este estudo alinha-se aos pressupostos da Economia Feminista e ao ativismo acadêmico para investigar a anatomia da classe trabalhadora brasileira, a qual é essencialmente feminina e negra. Desse modo, parto da premissa de que são as mulheres negras e racializadas que diariamente limpam e organizam os espaços dos quais o patriarcado e o capitalismo neoliberal precisam para funcionar e, portanto, a hipótese central que orienta o meu olhar é a de que o trabalho doméstico racializado está intrinsecamente subordinado à lógica do capitalismo racial, atuando como um mecanismo de controle social através da manutenção de um sistema estrutural de opressões. Nesse sentido, essa dinâmica, embora sofra mutações culturais e institucionais ao longo da história, reproduz as desigualdades inerentes ao modo de produção capitalista e mantém estáveis as hierarquias sócio-político-raciais, comprovando a centralidade do racismo na acumulação e reprodução do capital no Brasil. Assim, para fins de investigação, faz-se necessário situar o debate teórico sobre o capitalismo racial, a fim de usá-lo como lente para analisar como a situação laboral e socioeconômica dessas trabalhadoras é utilizada como ferramenta de subalternização; e, em segundo lugar, caracterizar o trabalho doméstico (tanto remunerado quanto não remunerado) em suas mudanças históricas, confrontando a tríade racismo-patriarcado-exploração com os resquícios escravistas e as vicissitudes coloniais brasileiras. Em termos metodológicos, será realizada uma pesquisa bibliográfica sobre a categoria “capitalismo racial” a fim de qualificar o olhar para a análise das condições socioeconômicas das mulheres negras trabalhadoras domésticas. Ademais, como consideração preliminar, essa pesquisa ressalta ser imperativa a redefinição da categoria "trabalho" na ciência econômica a fim de desnaturalizar a exploração do labor feminino negro e priorizar a sustentabilidade da vida. Como filha de trabalhadora doméstica que ingressou no ensino superior através de políticas afirmativas, assumo esta pesquisa como fala, ato e incidência política, buscando dialogar com as reais necessidades daquelas que, de fato, sustentam a vida.

Dificuldades e obstáculos no combate ao racismo institucional na Universidade Federal do Pará

Apolinário Alves Filho
UFPA

A aplicação das ações afirmativas na Universidade Federal do Pará aconteceu de forma significativa, mas com muita dificuldade. O processo inicial se deu a partir da ação do Grupo de Estudos Afro-amazônico (GEAM), que elaborou uma proposta e colocou à disposição da comunidade universitária, para que, a partir dela, pudesse sugerir, adendar e melhorar a proposta, no sentido de que a universidade adotasse ações afirmativas capazes de possibilitar às populações negras urbanas, quilombolas, populações indígenas, ribeirinhos e de necessidades especiais. Ao longo de dois anos e meio, nada foi acrescentado e nem sugerido. A proposta parecia morrer no seu nascedouro, então, sugeriu-se que fosse enviada ao Conselho de Ensino e Pesquisa (CONSEPE) para apreciação, debate e enriquecimento, o que gerou uma discussão importante, mas, ao mesmo tempo revelou o quanto a academia se mostrava arredia e indiferente à pauta do combate ao racismo institucional. As lutas dos movimentos sociais negros foram decisivas e significativas para que a universidade percebesse a urgência de dar resposta a uma demanda que não poderia calar o grito advindo dos sujeitos cuja proposta deveria contemplar. Ao mesmo tempo, não poderiam aceitar essa indiferença institucional. Outras contribuições foram também fundamentais para robustecer as lutas daqueles que, incessantemente, as faziam e dos que a ela se juntavam, como por exemplo as religiões de matriz africana, que deram uma importante colaboração para que se pudesse chegar ao objetivo de implementar, na Universidade Federal do Pará, uma política pública de ações afirmativas para garantir o acesso e permanência ao conjunto da maioria da sociedade paraense.

ST 30. TRABALHADORES E A QUESTÃO RACIAL: TEORIA E HISTÓRIA

Raça e Classe na vigilância da CIA sobre os movimentos sociais no Nordeste brasileiro durante a ditadura militar

Marcelo Ramos
UFRRJ / UFF

Esse capítulo analisa como os movimentos de trabalhadores no nordeste brasileiro (Ceará e Pernambuco) no final da década de 1960 foram monitorados pela inteligência estadunidense, identificando particularmente marcadores e perfilamentos racistas por parte dos agentes sobre sujeitos e organizações dos movimentos sociais brasileiros durante a ditadura militar. Investigamos qual o papel e como esta agência de informação desenvolveu a análise de movimentos sociais nordestinos naquele contexto. Traremos à tona documentação do NARA – National Archives and Records Administration, ainda pouco explorada pela historiografia brasileira, orientações do Departamento de Estado, relatórios de inteligência produzidos por agentes da CIA para o governo estadunidense, com detalhes sobre o cotidiano dos movimentos de trabalhadores, estudantes, partidos, explorando disputas entre lideranças políticas e governantes locais, o impacto da atuação de empresas e órgãos americanos, seus projetos de desenvolvimento, destacando os vieses raciais das narrativas presentes nos relatórios, destacando o enfoque que agentes davam para essa questão. Nos propomos a analisar esse material, junto a bibliografia especializada, jornais da época, relatórios do Serviço Nacional de Informações do Brasil, arquivos trabalhistas, de modo que possamos entender como a comunidade de inteligência dos EUA serviu aos propósitos imperialistas estadunidenses, acompanhando a situação dos movimentos sociais no nordeste brasileiro, colaborando para a desorganização dos movimentos de resistência à ditadura. Este projeto vem construir, com rico rol de fontes históricas, a interpretação que estas mobilizações de trabalhadores no Nordeste colocaram em alerta a comunidade de inteligência dos EUA, colocando em destaque a preocupação destes serviços com os projetos de desenvolvimento e os investimentos deste país para a região.

Trabalho, arquivo, memória e relações raciais: o caso dos arrumadores portuários do Rio de Janeiro

Camila Pizzolotto
UFF

Fundada em 1905, o sindicato dos arrumadores portuários do Rio de Janeiro ou Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, foi uma organização de trabalhadores herdeira da organização de escravizados de ganho anterior a 1888. Mantida até hoje majoritariamente por homens negros, a Resistência é exemplo conhecido na história social do trabalho pelas conquistas laborais em poucos anos de organização. Carregando e arrumando o café na beira da praia e no interior dos armazéns e trapiches, o nível de organização política chama atenção. O closed shop, a conquista da exclusividade de contratação da mão de obra e administração pelos próprios trabalhadores, a fixação a jornada de 10h de trabalho, os auxílios e benefícios coletivos, além do envolvimento com a organização da cultura popular, em especial as escolas de samba, na zona portuária e no subúrbio do Rio de Janeiro, fez da Resistência um caso que sintetizou as relações raciais e a passagem para o trabalho livre no Rio de Janeiro. Por muito tempo a historiografia argumentou que a falta de fontes era o motivo pelo qual os historiadores pouco pesquisavam a história da população negra no pós-abolição. Este trabalho tem como objetivo analisar, a partir deste caso, debates teóricos e historiográficos sobre arquivo e de que forma as relações raciais e de classe constroem as aproximações ou afastamentos dos trabalhadores de sua memória coletiva. Pensando a partir do conceito de arquivos de movimentos populares e percebendo a pouca visibilidade de pessoas negras em arquivos públicos, temos como objetivo pensar a produção e gestão de documentos para a manutenção da memória das classes subalternas pelos próprios trabalhadores e Comunidade envolvida.

Raça e classe nos “mundos do trabalho”: debates marxistas

Marcelo Badaró Mattos
UFF

Os dados estatísticos sobre o mercado de trabalho costumam captar um conjunto de marcadores de desigualdades no interior da força de trabalho, entre os quais se destacam os relacionados aos componentes etário, de gênero e racial. A tendência de parte significativa das análises é isolar cada um desses componentes e

buscar compreender as cadeias causais que explicam tais clivagens. Esta comunicação se concentrará sobre as divisões raciais no interior da classe trabalhadora, percorrendo, porém, um caminho distinto. O foco principal do argumento será esboçar determinadas chaves explicativas para as clivagens raciais no interior da classe trabalhadora, tendo em vista o debate sobre as relações entre opressões e exploração nas formações sociais capitalistas, desenvolvido a partir de referenciais do materialismo histórico. Nesse campo, encontramos boas pistas nos estudos sobre a questão racial que localizaram na obra de Marx pontos de partida para reflexões sobre a origem e a perpetuação do racismo, inextrincavelmente vinculadas à escravidão moderna e ao colonialismo como elementos fundantes do capitalismo e aos seus desdobramentos na contemporaneidade. Intenta-se, porém, evitar a abordagem que toma raça e classe (assim como gênero) como dimensões autônomas que eventualmente se encontram e combinam no mercado de trabalho, para buscar encará-las como elementos indissociavelmente constitutivos da contraditória totalidade que configura as relações sociais em que estamos imersos.

ST 31. (I)MIGRAÇÕES, HISTÓRIA SOCIAL, RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E CONDIÇÕES DE TRABALHO

Migrações para Teresina e recrutamento de mulheres como operárias na Companhia de Fiação e Tecidos Piauiense: estudo de caso e conexões historiográficas na região Meio Norte do Brasil (1870-1900)

Felipe Augusto dos Santos Ribeiro
UESPI

Ao final do século XIX, na região Meio Norte do Brasil, os estados do Piauí e Maranhão abrigavam um total de onze fábricas de fiação e tecelagem de algodão, caracterizando um polo industrial têxtil com fortes conexões. Em território maranhense, cinco dessas fábricas estavam instaladas na capital São Luís, outras quatro em Caxias e uma em Codó. No Piauí, havia somente uma fábrica na capital Teresina, a Companhia de Fiação e Tecidos Piauiense. Sobre o operariado empregado nesses estabelecimentos, dois aspectos precisam ser destacados: são majoritariamente mulheres que compõem a força de trabalho e tal característica forjou uma alcunha atribuída a essas operárias, considerada pela maioria delas como algo pejorativo: pipira. Depoimentos concedidos por algumas dessas operárias no Piauí indicam que, no final do século XIX, as empregadas domésticas eram chamadas de curicas e as operárias têxteis de pipiras. As duas alcunhas eram uma referência a aves homônimas, bastante comuns na Amazônia e na região Meio Norte. No caso da expressão pipira, é possível encontrar menções acerca deste apelido em dicionários, que qualificam o termo como um regionalismo – atribuído exatamente aos estados do Maranhão e Piauí – significando "moça empregada em fábrica de tecidos". A Companhia de Fiação e Tecidos Piauiense, que será o foco da presente comunicação, foi constituída enquanto empresa no ano de 1889, mas a fábrica só foi inaugurada oficialmente em 1893, muito embora já vinha funcionando de forma experimental há meses com oficinas de aprendizagem específicas para mulheres operárias. Anúncios publicados na imprensa do Piauí até a primeira metade do século XX, por exemplo, constantemente reforçam a oferta de vagas para mulheres operárias nesta fábrica, ao passo que dados oficiais do governo federal na década de 1940 indicam que esta unidade fabril possuía 310 trabalhadores, sendo 216 mulheres, ou seja, 70% do total, aspectos que reforçam o protagonismo das mulheres operárias. Dessa forma, a proposta da presente comunicação é estabelecer diálogos com outras abordagens de pesquisa mais consolidadas na historiografia sobre Piauí, que aparentemente pouco dialogam com a história do trabalho. No entanto, por meio de uma leitura mais atenta, é possível vislumbrar nessas abordagens algumas potenciais conexões para um estudo mais aprofundado sobre o recrutamento de mulheres como operárias nesta fábrica, particularmente em decorrência dos fluxos migratórios de populações das cidades do interior para a capital Teresina, ocorridos de forma mais intensa entre as décadas de 1870 e 1890, sejam por conta das secas na região, da atuação da Comissão de Socorros Públicos criada pelo governo provincial do Piauí, das fugas de escravizados(as) do cativeiro ou até mesmo pela busca de novas perspectivas de vida e trabalho no contexto pós-abolição.

Trabalho não livre e racismo nas frentes de trabalho das demarcações da fronteira na Amazônia (Brasil-Colômbia-Venezuela anos 1930)

Lara de Castro
UFC

Na Amazônia, desde o período colonial, sucessivas legislações se esforçaram para constituir mecanismos de compulsoridade voltados para as populações indígenas, negra liberta e pobre livre. Critérios de classe, incluindo tipos de ocupações e modos de sobrevivência, somados a marcadores ético-raciais eram as justificativas adotadas pelas administrações da coroa portuguesa e do império brasileiro para a exploração forçada de pessoas não legalmente escravizadas em obras públicas, mas também em serviços de particulares. No XIX, com a escravidão e as legislações de compulsão ao trabalho, como "os corpos de trabalhadores", desejava-se retenção e controle do máximo de força de trabalho disponível na Amazônia no século XIX. Se a suposta transição do sistema da escravidão para o trabalho livre não é suficiente para operar as chaves da história do trabalho na região sudeste, tampouco daria conta de corresponder as particularidades da história do trabalho na Amazônia e sua longa cultura de investidas legais de privação de liberdade de pessoas pobres espacialmente indígenas e negras libertas. As políticas racistas de trabalho e suas violências, arbitrariedades e cerceamentos continuaram amplamente presentes nas experiências laborais pela Amazônia. Durante os serviços da Primeira Comissão Demarcadora de Fronteiras entre o final dos anos 1920 e início dos anos 1950, frentes de serviços compostas especialmente por homens pobres continuaram a seguir critérios de classificação conforme raça e etnia. Entre as fronteiras do

Brasil com a Venezuela, Bolívia, Suriname e Guiana Inglesa trabalhadores de diferentes nacionalidades eram categorizados pela raça, etnia e classe, sendo esses marcadores objeto de discussão científica e orientação para o desígnio das atividades que cada um desempenharia. No interior da Floresta, as pessoas vivenciavam de forma desigual a escassez de comida, a ausência das famílias, as doenças, os acidentes, isolamento, morte e diferentes conflitos, inclusive com populações indígenas ameaçadas pelo processo demarcatório de limites. Neste estudo, o processo de demarcação de fronteiras, naturalizada como lugar de tratados e imbróglios políticos, dará espaço para reflexão sobre o cotidiano de lida, de degradação, ausência de direitos, privação de liberdade e violências admitidas pelo Estado que alcançavam os trabalhadores das frentes da PCDF. As fontes pesquisadas são relatórios de campo, fotografias e correspondências do Itamaraty.

A Ordem do Sagrado Coração de Jesus e o catolicismo social na experiência operária: o padre holandês Edmund Kleipool e os operários da fábrica belga de Moreno-PE

Márcio Romerito da Silva Arcoverde

UFRPE / CODAI

A História Social do Trabalho é um campo de atuação já bastante consolidado no Brasil e tem, inclusive, reconhecimento internacional. Desde os anos 1980 os historiadores do trabalho vêm complexificando o olhar sobre as experiências operárias abordando temas clássicos da área como militância sindical, mas também estudos sobre lazer, raça, gênero, os espaços como parte do fazer-se de classe. Uma das dimensões da experiência de classe que surge como componente integrador nesse campo é a religiosidade. Entendendo que a religião é uma das dimensões das experiências dos trabalhadores, estudos têm se dedicado a compreender a lógica, funcionamento e organização da religiosidade entre os trabalhadores. É nesse sentido que esta comunicação se insere. Através da atuação do padre holandês Edmund Kleipool, da Ordem do Sagrado Coração de Jesus, será discutido como a Igreja se reorganizou em Pernambuco na Primeira República sob a influência da Encíclica Rerum Novarum e da Corporação Cristã da fábrica Camaragibe. Vindos ao Brasil para atuar na fábrica Camaragibe, os padres europeus do sagrado Coração de Jesus atuaram em vários espaços de vivências de trabalhadores. Nas fábricas têxteis e nos mocambos de Recife, em cidades interioranas e Zona da Mata de Pernambuco, Alagoas e Paraíba os padres seguiam nas missões de disseminar o catolicismo. Dessa forma, busco nas atuações do padre Edmund Kleipool a formação de um laicato religioso entre os operários da Société Cotonnière Belge-Brésilienne. Entendendo que a dimensão religiosa é um ponto importante nos estudos sobre aqueles trabalhadores, buscarei percorrer as ruas da vila operária da cidade de Moreno e perceber o engajamento dos operários e operárias no Apostolado da Oração, Pias de Maria, nas procissões e entronização do Sagrado coração nas casas operárias. Ferrenho defensor da Rerum Novarum, Kleipool assumiu em 1920 a recém criada freguesia de Morenos a pedido da gerência da fábrica ao Arcebispo Dom Sebastião Leme logo após uma longa greve construída pelo sindicato anarquista União Operária de Morenos. construiu junto aos operários, grupos católicos, escola Parochial e pôs em prática um projeto internacional de rearticulação da Igreja Católica na aproximação com os trabalhadores.

"É por isso que dizem que Rio Tinto é um pedaço da Alemanha": relações e conflitos entre trabalhadores brasileiros e imigrantes alemães na Companhia de Tecidos Paulista-Fábrica Rio Tinto durante a Segunda Guerra Mundial

Eltern Campina Vale

UFAL

Esta comunicação investiga no espaço de uma cidade-fábrica no nordeste brasileiro, as relações, tensões e conflitos entre operários têxteis brasileiros e imigrantes alemães no contexto da Segunda Guerra Mundial. Importante ressaltar que desde a inauguração da Fábrica de Tecidos Rio Tinto, em 1924 na Paraíba, seus proprietários - a família Lundgren - contratavam imigrantes alemães para cargos de direção e chefes de seção. Eram nestas seções, pelo qual os trabalhadores têxteis eram distribuídos, que se processava estas relações. Desde os anos 1920, muitas tensões foram verificadas, desde arbitrariedades dos chefes alemães no espaço fabril (umas destas denunciada pelo sindicato têxtil em 1932), escaramuças no cotidiano operário, até questões acerca de nacionalidade. Alguns marcos-eixos são demarcados nesta conjuntura, tais como: 1939 - os Lundgren e os imigrantes alemães em Rio Tinto: da indiferença a suspeição; 1942 - vigilância, espionagem alemã e desdobramentos da guerra na Paraíba e em Rio Tinto - e 1945 - o quebra-quebra de agosto de 1945 e as tensões entre técnicos alemães e operários brasileiros.

ST 32. TRABALHO, ASSOCIATIVISMOS E CONFLITOS URBANOS

Reestruturação portuária e mundos do trabalho: experiências compartilhadas no Porto do Capim (1920-1924)

Letícia Helen Silva Teles
UFPB

A presente investigação se debruça sobre os mundos do trabalho na região do Porto do Capim, na cidade da Parahyba (PB), mais especificamente no contexto das tentativas de reestruturação portuária entre os anos de 1920 e 1924. A partir da análise de fotografias das obras, de telegramas e de periódicos locais, a pesquisa investiga as experiências da classe trabalhadora em meio às transformações urbanas que marcaram o período. Ancorado na História Social do Trabalho, em diálogo com as contribuições de E. P. Thompson, o estudo privilegia a noção de experiência como chave analítica para compreender a constituição da classe trabalhadora. Nesse sentido, destaca-se que os trabalhadores vivenciaram condições marcadas pela precarização e pela ausência de direitos, ao passo em que compartilharam experiências de organização, solidariedade, conflitos e resistência. Tal cenário reafirma a centralidade da agência dos trabalhadores diante das contradições e das tensões do período. Ao tomar o porto como espaço privilegiado de observação, o estudo problematiza a ideia de progresso associada à modernização urbana, evidenciando seus limites e seus efeitos desiguais. Dessa forma, esta pesquisa que deu origem à dissertação de Mestrado contribui para a debate historiográfico sobre os mundos do trabalho ao demonstrar como as experiências compartilhadas e a agência da referida classe trabalhadora foram elementos estruturantes na produção do espaço urbano e das relações sociais na Parahyba da década de 1920.

Cor, trabalho e condição jurídica: a atuação da Companhia dos Homens Pretos de São Benedito na Lisboa oitocentista

Kátia Lorena Novais Almeida
UNEB

O presente trabalho investiga as relações entre cor, condição jurídica e organização do trabalho na Lisboa do início do século XIX, a partir de um conflito ocorrido em 1818 entre os capatazes das Companhias das Caixas de Açúcar da Alfândega Grande e a Companhia dos Homens Pretos de São Benedito. Na ocasião, os primeiros moveram uma ação judicial reivindicando o monopólio da descarga de mercadorias no porto, em oposição à atuação da referida companhia, que já exercia tal função, especialmente no trato de produtos oriundos do Brasil. A decisão régia favorável à Companhia dos Homens Pretos constitui um elemento relevante para a análise das formas de regulação do trabalho e das dinâmicas corporativas no contexto urbano lisboeta, sem que seu significado possa ser tomado de maneira unívoca como expressão de reconhecimento social ou jurídico pleno. O estudo busca compreender em que medida a atuação da Companhia dos Homens Pretos de São Benedito, bem como os termos de seu reconhecimento institucional, tensionam as associações entre cor e condição jurídica, evidenciando formas situadas de inserção de indivíduos classificados como pretos no mundo do trabalho lisboeta. Parte-se do pressuposto de que as categorias de cor operavam de maneira relacional e contextual, sendo mobilizadas de forma variável em diferentes registros sociais, jurídicos e corporativos, não constituindo, portanto, indicadores fixos de estatuto jurídico. Embora a documentação não permita determinar de forma inequívoca a condição jurídica dos membros da companhia, o caso analisado é compatível com a presença de indivíduos livres e/ou libertos entre seus integrantes, sem que isso autorize generalizações. Evita-se, assim, tanto a associação automática entre cor e cativeiro quanto a inferência de uma correspondência direta entre formas de organização laboral e liberdade jurídica. Como hipótese, propõe-se que a atuação da Companhia dos Homens Pretos no espaço portuário de Lisboa aponta para a coexistência de múltiplas formas de inserção no mundo do trabalho, nas quais cor, condição jurídica e pertencimento corporativo se articulavam de maneira complexa. O conflito de 1818 evidencia disputas por prerrogativas profissionais e espaços econômicos, ao mesmo tempo em que revela os limites e as possibilidades de atuação de grupos racialmente classificados em um contexto de hierarquias sociais multifacetadas, não redutíveis à dicotomia entre livres e escravizados. Do ponto de vista metodológico, privilegia-se a análise de fontes judiciais, em especial o processo de 1818, em diálogo com a historiografia sobre escravidão, trabalho e classificações sociais no mundo luso-brasileiro.

Novos tempos, outros viveres: trabalho, trabalhadores e ordenação urbana em Ponta Grossa-PR (1880-1915).

Rosangela Maria Silva Petuba
UEPG

Em 1894, a cidade de Ponta Grossa, no centro sul do Paraná, tornou-se terminal da Estrada de Ferro do Paraná, ligando-se diretamente à capital do estado e ao litoral paranaense. Em 1898, iniciaram-se as atividades da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande. Essa convergência de estradas de ferro que se estendiam do sul ao sudeste, ligando o Rio Grande do Sul a São Paulo e conectando o interior do Estado do Paraná ao litoral, precisamente no Porto de Paranaguá. A maioria dos escritos sobre Ponta Grossa localiza nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras do século XX, a transformação urbana significativa pela qual passaria a cidade, apontando a multiplicidade de novos cenários e atores que emergiram neste ambiente "modernizado" pelas inovações trazidas, em grande parte, pela ferrovia. Essas décadas são apontadas como matrizes de boa parte da configuração social, econômica e política, que permitem compreender os rumos tomados pela cidade ao longo do século XX. Partindo dessa perspectiva, a pesquisa se propôs recuar às Atas da Câmara Municipal no período de 1888 a 1913, às páginas do jornal O Progresso nos anos de 1910, 1912, 1913 e 1915, e também às Posturas Municipais de 1862 e de 1915 para problematizar a dinâmica da cidade de Ponta Grossa antes e imediatamente após a chegada das duas ferrovias acompanhando uma parcela do impacto desse evento no cotidiano e na representação da localidade. Todavia, o foco central aqui é aprofundar a análise do impacto desse processo de reordenação urbana nos modos de vida e trabalho de outros sujeitos que não apenas os ferroviários, avaliando como eles foram tratados dentro do processo em curso naquele momento. Isso porque, no conjunto da documentação analisada e das leituras realizadas, as referências à ferrovia aparecem articulando-a a certa dinâmica urbana já existente. Pelos indícios da documentação, não seria possível afirmar que a estrada de ferro funda essa urbanização; ela não a cria, a potencializa. Por outro lado, a documentação explicita uma diversidade de sujeitos urbanos e consequentemente modos de viver e trabalhar na cidade no período.

Trabalhadores da bola e os pés de obra: a greve futebolística no Prata em 1948-1949

Yuri Carneiro Lorscheider
UFSC / Colégio Criativo

A História Social do Futebol tem ganhado espaço nos debates acadêmicos há algum tempo, o que é muito interessante, afinal, como o escritor uruguaio Eduardo Galeano alertou: "O Futebol é o espelho do mundo". As contradições que encontramos na sociedade também marcam presença dentro da cancha de futebol. O Futebol abre um leque muito grande de temas para se discutir e compreender a sociedade. Durante a década de 1940, ocorreu um movimento inesperado no futebol platino, a paralisação do campeonato nacional de futebol por conta de um movimento grevista. Quem liderou o movimento na Argentina e Uruguai foram os atletas que ocupavam a primeira prateleira, players renomados que molharam as camisetas de grandes clubes nacionais. Mas por que uma greve? A experiência grevista já era uma tradição entre os atletas uruguaios e argentinos, em ambos os países o processo de profissionalização do esporte ocorreu exatamente através de movimentos grevistas na década de 1930. Entretanto, passada uma década da profissionalização, quais eram as exigências dos atletas? Salário mínimo, direito de transferência de clubes, férias remuneradas, entre outras. Em suma, exigiam os mesmos direitos que os trabalhadores urbanos estavam conquistando no governo de Perón, na Argentina, e de Luís Batlle Berres, no Uruguai.

ST 33. TRÁFICO, ESCRAVIZAÇÃO E MOBILIDADES COMPULSÓRIAS

A bordo da escuna Relâmpago: tráfico clandestino e proletariado atlântico - c. 1850.

Flaviane Ribeiro Nascimento
IFBA/UFBA

Em 1851 a escuna Relâmpago foi perseguida e apreendida no Recôncavo sul da Bahia, suspeita de tráfico clandestino, o que se confirmou após a conclusão de um longo processo-crime de repercussão nacional e internacional. Quando a Relâmpago atravessou o Atlântico pela última vez, saindo de Lagos em direção ao Brasil – ou a Cuba, como alguns tripulantes alegaram -, ela estava carregada de trabalhadoras e trabalhadores escravizados e livres, de cores e idiomas variados, um proletariado heterogêneo, multinacional e multiétnico. A bordo dela, além da equipagem e dos trabalhadores escravizados, também viajaram 10 cartas e bilhetes, 1 passaporte, 15 livros e 6 mapas, os quais também apontam para o trânsito transnacional e transcontinental de trabalhadores e de suas histórias de vida. É com base no processo-crime e nessa documentação que foi encontrada na embarcação que pretendo especular sobre o papel do tráfico de escravizados, das migrações nesse contexto, e dos navios negreiros na formação de um "proletariado atlântico", que tem origem nos sequestros, aliciamentos por constrangimentos ou "por opção". Proponho, portanto, nessa comunicação, uma viagem atlântica pelos mundos do trabalho a bordo da Relâmpago, onde se combinavam diferentes formas e condições de trabalho compulsório e assalariado, e também onde essas trabalhadoras e trabalhadores compartilhavam experiências e aprendizagens para as lutas por melhores condições de vida.

Um instrumento linguístico para o tráfico atlântico: a lista de palavras da embarcação São Tiago

Ivana Stolze Lima
FCRB / UFBA

"Tendo como objetivo discutir a construção de instrumentos linguísticos para atender a diferentes dimensões do tráfico atlântico de escravizados e da diáspora africana, a apresentação trata de uma lista de palavras encontrada entre os papéis do navio negreiro de bandeira brasileira São Tiago, apreendido e condenado pela Comissão Mista de Serra Leoa, em 1829 (o documento foi localizado pelo historiador Marcus Carvalho, no fundo Foreign Office, acervo do National Archives, Londres). Trata-se de um maço manuscrito, anônimo, com entradas em língua portuguesa, a ser preenchido com traduções para a língua alvo. Sem explicitação da língua africana ali traduzida, foi identificada por Marcos Leitão de Almeida como a língua banta Mpongwe, do litoral da atual República do Gabão. A lista de palavras apresenta campos semânticos significativos de relações entre os agentes falantes de português do navio negreiro, e os possíveis falantes de Mpongwe: agentes africanos envolvidos no tráfico na área em questão, possíveis capturados embarcados, e a própria tripulação. Esses campos semânticos percorrem saudações, comandos, alimentação, doenças, partes do corpo, ofícios, cultura material, termos específicos da vida do mar, e inclui ainda expressões de conteúdo sexual. Pela sua complexidade polifônica e semântica, o documento expressa, assim, a dinâmica das comunicações na montagem do tráfico e da escravização. A hipótese de um aparente formulário com as entradas em português sugere a possibilidade de documentos similares terem sido usuais nos navios negreiros. Dicionários, catecismos, gramáticas, e listas de palavras mono ou multilíngues, reunidos no conceito de instrumentos linguísticos, resultam de relações sociais e políticas e de perspectivas intelectuais que são em si mesmas significativas da tessitura histórica e social de determinados contextos. A apresentação pretende compartilhar a experiência de tratamento dessa tipologia documental, estimulando novas pesquisas a respeito da história social de línguas africanas no mundo Atlântico e relação com a formação dos mundos do trabalho.

Sobre a venda de "peças doentes ou defeituosas": o tráfico de enfermos e deficientes nas décadas finais da escravidão (Província de Minas Gerais, 1861-1888)

Ulisses Henrique Tizoco
USP

Este estudo visa explorar uma temática ainda parcamente abordada pela historiografia da escravidão: o tráfico de trabalhadores enfermos e deficientes. Por se tratar de um comércio, não deixa de ser intrigante o fato de indivíduos declarados como doentes ou deficientes (leves em alguns casos, porém aparentemente graves noutros) também exercerem algum tipo de atratividade e valor econômico no mercado. Assim, as reflexões aqui

propostas partem das informações constantes num banco de dados constituído por uma pesquisa de doutorado em curso, no âmbito do Programa de História Econômica da FFLCH/USP, composto por, aproximadamente, 3500 transações que, registradas em cartório por meio de escrituras, oficializaram a negociação de 5200 cativos em 15 localidades pertencentes a nove diferentes regiões mineiras entre 1861 e 1888. Ao menos 59 daqueles trabalhadores foram claramente mencionados com determinado tipo de condição física ou de saúde que, de alguma forma, impactaria em seu desempenho laboral, sendo 33 homens e 26 mulheres, das mais variadas idades (sete crianças, 33 adultos e 19 idosos). Busca-se analisar as principais enfermidades que acometeram aqueles trabalhadores, avaliar suas possíveis causas e também discutir em que medida os fatores relacionados à saúde dos cativos poderiam influenciar em suas atratividades no tráfico, impactando as negociações nas décadas finais da escravidão, momento de grande demanda nacional por mão de obra, porém no qual tal instituição, na principal província escravista do Império, sofria vários reveses, como os desdobramentos do fim do tráfico transatlântico (1850), da Lei do Ventre Livre (1871) e do fim do tráfico interprovincial (1880).

Trabalho infantil e tráfico de crianças: os xerimbabos da navegação a vapor na Amazônia

Caio Giulliano Paião
UEFS

Os vapores foram os navios que carregaram as riquezas da floresta amazônica, desde a segunda metade do século XIX até a primeira metade do século XX. Esse transporte era operado por uma verdadeira comunidade flutuante de trabalhadores, em sua grande maioria, indígenas e negros de diferentes procedências e realidades jurídicas. Nesse sentido, as hierarquias de bordo preservavam as desigualdades do mundo senhorial e, posteriormente, de uma sociedade que racializaria as relações de mando e obediência pelo estigma da escravidão. Os postos mais inferiores, de criados, eram ocupados por crianças e sobre elas recaíam as mais duras condições de trabalho, que incluíam jornadas extenuantes e uso do castigo físico. A proposta aqui é examinar essas experiências pela lente da precariedade da liberdade entre os mundos da escravidão e do trabalho livre, observando permanências e continuidades na imensidão de rios e florestas, no interior do Brasil, algo ainda pouco conhecido no campo de estudos sobre a escravidão e o pós-Abolição no país.

ST 34. ACIDENTES E DOENÇAS DO TRABALHO: IMPACTOS, DIVERSIDADE E SIGNIFICADOS AO LONGO DA REPÚBLICA

Labirintos da (in) Justiça: saúde, doença e lei nas minas de carvão do Rio Grande do Sul nos anos 1940

Clarice Gontarski Speranza
UFRGS

A comunicação discute os labirintos legais aos quais eram submetidos os trabalhadores acidentados nas minas de carvão do Rio Grande do Sul, durante a década de 1940. A investigação baseia-se na análise de processos judiciais trabalhistas e cíveis que abordam questões relacionadas à saúde dos trabalhadores, provenientes de dois acervos: o Memorial do Tribunal do Trabalho do Rio Grande do Sul e Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado. Ações judiciais específicas e dramas individuais são considerados uma janela para refletir acerca da extrema dificuldade de os trabalhadores e seus familiares acessarem os limitados direitos previdenciários e trabalhistas supostamente garantidos pela legislação em vigor à época. Os tribunais emergem como um fórum para disputas sobre as definições de doença e a atribuição de responsabilidade dentro da comunidade mineira. Situados entre as narrativas governamentais da ditadura do Estado Novo sobre os "novos" direitos e um quadro jurídico complexo e frequentemente ineficaz, homens e mulheres das minas ficavam presos a uma intrincada teia burocrática em meio a tragédias envolvendo acidentes e doenças.

Condições de vida, de trabalho e sinistralidade laboral durante a ditadura empresarial-militar brasileira: reflexões de pesquisa a partir da imprensa alternativa

Ana Beatriz Ribeiro Barros Silva
UFPB

A sinistralidade laboral representa a face mais violenta do processo de exploração capitalista e da conflituosa relação entre capital e trabalho, sendo, portanto, reveladora de aspectos os mais diversos dessa relação, a exemplo das condições de vida e de trabalho; dos ritmos, organização e processos produtivos; bem como das (im)possibilidades de efetivação de mecanismos organizativos, de consciência e de resistência da classe trabalhadora frente ao processo de exploração e incapacitação para/pelo trabalho. Nesta proposta, enfocaremos na questão dos acidentes e doenças do trabalho durante a ditadura empresarial-militar brasileira, período no qual o Brasil foi considerado o recordista mundial de sinistros. O problema do agudo aumento dos índices de acidentes e adoecimentos registrados pela então recém-criada Previdência Social teve certa divulgação pela imprensa e impacto sobre a opinião pública, apesar da censura aos meios de comunicação. Simultaneamente, demandou iniciativas dos sucessivos governos militares, especialmente a partir do início da década de 1970, tais como o fomento de políticas prevencionistas, formação de profissionais e instalação de serviços de saúde e segurança do trabalho, programas de reabilitação profissional, dentre outras. E especialmente, a ditadura buscou controlar a narrativa sobre o que causava os sinistros, em larga medida desresponsabilizando a si e ao patronato pelos sinistros laborais, enquanto culpava os próprios trabalhadores pelos acidentes e doenças. O objetivo desta comunicação é analisar como a questão da sinistralidade laboral foi tratada pela imprensa alternativa, em especial os jornais “Opinião”, “Movimento” e “O Pasquim”. Como estes jornais apresentavam os índices de sinistros, incapacidade e mortes decorrentes do trabalho? Quais acidentes foram abordados por esta imprensa, de que forma e com qual frequência? Quais setores vitimavam mais trabalhadores ou eram mais tratados pela imprensa alternativa? Havia espaço para denúncias acerca das condições de vida e trabalho que grassavam pelo país, apesar da censura? Quais vozes puderam ser ouvidas pela imprensa alternativa? Portanto, centrada nas condições de vida e de trabalho e na sinistralidade laboral, esta comunicação visa colaborar para a compreensão de mais esta faceta do modelo de desenvolvimento capitalista brasileiro imposto pela ditadura: tardio, dependente, autoritário e marcado pela superexploração da força de trabalho, pela descartabilidade das vidas e descaso com a saúde e integridade de quem vivia de seu trabalho."

A saúde de quem produz os canaviais: um estudo sobre acidentes de trabalho

Lúcio Vasconcellos de Verçoza
UNEAL/UFAL

A agroindústria canavieira alagoana, localizada no Nordeste do Brasil, apresenta processos de trabalho rural com formas marcadamente distintas dos canaviais de São Paulo – estado com a maior produção de cana do país. Enquanto em São Paulo ocorre a consolidação da mecanização e da chamada agricultura 4.0, em Alagoas prevalece o labor manual com métodos tradicionais de gestão da força de trabalho. É como se o corte da cana em Alagoas fosse um retrato do passado dos eitos paulistas. Essas discrepâncias nos processos produtivos resultam também em diferenças relacionadas ao padrão dos acidentes de trabalho. Qual é o perfil dos acidentes de trabalhos nos canaviais alagoanos? Essa indagação constitui o cerne do presente estudo. A pesquisa foi realizada mediante revisão bibliográfica, análise de dados secundários – na Plataforma Smartlab e nas bases oficiais ligadas a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) – e de entrevistas semiestruradas com trabalhadores dos eitos. Os resultados indicam alterações no padrão dos acidentes de trabalho com o advento do processo de mecanização da colheita. Os operadores de máquinas agrícolas e colheitadeiras sofrem menos acidentes, no entanto convivem com maiores taxas de letalidade.

Inquérito policial: uma porta de acesso ao direito acidentário via Justiça (Manaus, 1919-1946)

Wanderlene de F. Souza Barros
UFAM

Nas primeiras décadas do século XX ficava a seguinte pergunta no ar: A quem recorrer em caso de acidente no trabalho? O fato de o país continuar com traços de uma sociedade patriarcal, deixava os trabalhadores em uma posição de desigualdade e total subordinação, pois quem ousava desafiar o patrão entrava para a lista dos sem emprego. A ordem jurídica e o Estado, através da pressão dos movimentos recorrentes, vieram proporcionar uma ruptura nessa relação díspar com a criação da lei acidentária. O intuito maior era o controle e a ordem, visto que os conflitos entre patrões e empregados começaram a ter proporções ampliadas; no entanto, abriu-se espaço para essa e outras leis trabalhistas. Através do decreto lei nº 3.724 de 1919 havia a possibilidade de o trabalhador requerer indenização ou reclamar sobre o recebido em casos de insatisfação, visto que tratava-se de uma suposta "compensação" material. Dentro da ritualistica legal a delegacia era o primeiro lugar a ser procurado no caso de declaração do infortúnio do trabalhador; e iniciava justamente na delegacia por macular a integridade fisica do trabalhador. O delegado recebia a denúncia, iniciava a condução do inquérito, ainda sobre os moldes de um oficio administrativo, inquirindo vitima, réu, testemunhas, pedindo exames, juntando provas para conclusão de um relatório final. O relatório ao ser encaminhado a promotoria, se entendido como inconsistente seria arquivado, caso contrario tornava-se uma Ação. Caso o trabalhador entrasse via petição com uma Ação direta o juiz retornava ao inquérito em busca de dados ou mesmo, solicitava o inquérito caso não tivesse. Assim, a comunicação busca trazer um fragmento da tese em que a autoridade policial obedecendo ao item Declaração do acidente, no papel de inquisidor, tenta reconstituir o infortúnio através de testemunhos, documentos, ambiente, entre outras coisas. Demonstrando desta forma através dos inquéritos da cidade de Manaus a frequência acidentária, uma incidencia a um alto grau de atividades de risco, assim como a burla de certas empresas aos ditames da lei.

Leucopenia: doença "chá de revelação da raça" para uma cidade da classe trabalhadora (Volta Redonda RJ, 1964-2005)

Leonardo Ângelo da Silva
UFPB

Esta pesquisa examina uma doença siderúrgica, reconhecida pelo Ministério do Trabalho em 1987, mas que acometia trabalhadores desde o início da operação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em 1946. O recorte cronológico vai da Ditadura Empresarial Militar até 2005: a Ditadura foi ferrenha defensora do ideal de democracia racial; 2005, por sua vez, foi o ano de um grande volume de processos movidos por trabalhadores contra a CSN. A empresa concentrou trabalhadores negros em setores altamente insalubres — sobretudo na coqueria (bateria de fornos para a produção de coque a partir do carvão mineral) — expondo os ao benzeno e à consequente redução de glóbulos brancos. O estudo demonstra que essa doença ocupacional funcionou como marcador da divisão racial do trabalho e como instrumento de negação de direitos. Os relatos orais iniciais sobre a leucopenia foram posteriormente corroborados por processos do Tribunal Regional do Trabalho (TRT): a análise de autos e acórdãos confirmou a ocorrência de contaminação, a morosidade processual e a sobre representação de trabalhadores negros entre os atingidos. No enfrentamento judicial, a CSN adotou uma estratégia recorrente de racializar a doença, alegando em contestações que a leucopenia poderia ser confundida

com anemia falciforme e, assim, tratá la como suposta condição étnica do trabalhador — uma manobra destinada a afastar a responsabilidade empresarial e negar indenizações. Diante da ausência sistemática de dados raciais nos registros oficiais e processuais, a pesquisa articulou um combo metodológico: entrevistas (pautadas na psicologia social do racismo) com trabalhadores e familiares, cruzadas com a análise de imagens presentes nos processos (heteroidentificação fenotípica), para identificar a cor/raça dos atingidos e mapear padrões de exposição ocupacional. Essa combinação permitiu demonstrar empiricamente a racialização do adoecimento e como o mito da democracia racial, sustentado pela ditadura, serviu para ocultar desigualdades e legitimar práticas institucionais discriminatórias. O trabalho conclui que a leucopenia, além de ser uma doença ocupacional, foi utilizada como tecnologia jurídica e ideológica para manter a exclusão racial no mundo do trabalho.

ST 35. MIGRAÇÕES, MUNDOS DO TRABALHO E AMAZÔNIA (SÉCULOS XIX E XX)

Entre rios e travessias: migração, trabalho e sociabilidades entre marítimos portugueses na Amazônia paraense (1882-1918)

Anndrea Caroliny da Costa Tavares
UFPA

Neste trabalho, buscamos analisar o universo do trabalho marítimo exercido por portugueses oriundos do distrito de Aveiro ao longo dos rios amazônicos, utilizando, sobretudo, os registros de passaportes que indicavam o Pará como destino, no período compreendido entre 1882 e 1918. Esse recorte temporal contempla tanto a expansão e o declínio da economia gomífera na Amazônia quanto o contexto da imigração em massa de estrangeiros para o Brasil. Investigamos, ainda, uma complexa rede de relações que envolvia desde arranjos familiares até vínculos de moradia e práticas de auxílio mútuo entre indivíduos que compartilhavam o mesmo ofício, frequentemente ultrapassando os próprios marcadores de origem.

Migrantes Nordestinos na Hospedaria Getúlio Vargas: experiências dos retirantes em passeatas da fome, saques, motins e lutas por trabalho (Ceará, década de 1950)

Renata Felipe Monteiro
Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza

A Hospedaria Getúlio Vargas foi inaugurada em 1943 com o propósito de viabilizar o deslocamento de trabalhadores nordestinos para a região amazônica, no contexto da intensificação da extração da borracha durante a Segunda Guerra Mundial. Concebida como um espaço de acolhimento e amplamente elogiada como modelo organizacional — influenciando, por exemplo, a hospedaria de Tapanã, em Belém —, a instituição converteu-se, a partir da década de 1950, em um importante cenário de mobilização e conflito social dos migrantes nordestinos. Nesse sentido, o presente estudo tem como objetivo analisar, a partir de um conjunto diversificado de fontes — incluindo documentos oficiais, periódicos, relatos orais e registros fotográficos —, as experiências vivenciadas pelos retirantes abrigados na Hospedaria Getúlio Vargas, no período compreendido entre 1951 e 1959. Em 1951, em meio a uma severa estiagem que assolou o Ceará e outras áreas do Nordeste, os retirantes ali instalados protagonizaram as chamadas "passeatas da fome", com o intuito de denunciar aos governantes e à sociedade abastada de Fortaleza a escassez de gêneros alimentícios e as precárias condições de subsistência no interior da instituição. Durante a seca de 1958, as manifestações adquiriram maior amplitude, contando com a adesão de operários e estudantes, que se mobilizaram conjuntamente contra a elevação dos preços de itens essenciais, como o pão, e das tarifas de transporte coletivo. Esse contexto deu origem a ações coletivas mais incisivas, como a paralisação de ônibus e a ocupação da Assembleia Legislativa do Ceará. Ademais, destacam-se as recorrentes reivindicações dos retirantes por trabalho e dignidade. Embora muitos fossem direcionados para atividades em obras de infraestrutura, como a construção de rodovias e açudes, parte significativa desses trabalhadores optava por abandonar tais ocupações, na expectativa de que a migração representasse uma alternativa mais promissora para a melhoria de suas condições de condições de vida. Discussões fundamentadas em uma ampla base bibliográfica, que inclui autores como Ferreira (2016), Jucá (2003), Martinello (2018), Neves (2000), Santos (2004), Secreto (2007) e Scott (2002).

Entre o progresso e o "Governo do Terror": conflitos, autoritarismo e trabalho no Amazonas da década de 1890

Geisimara Soares Matos
SEJIN – Angra dos Reis

Esta comunicação analisa criticamente a relação entre a gestão de Eduardo Ribeiro no Amazonas (1891-1896), e a classe trabalhadora manauara. Para tanto, será utilizada a imprensa oposicionista, especialmente jornais operários. Desde o início de seu governo, Ribeiro é acusado de autoritarismo e de ter utilizado meios ilegais para se tornar governador. Jornais como Gutenberg e Diário de Manáos questionavam sua eleição e denunciavam o uso de força para conter opositores, acarretando, inclusive, no empastelamento de alguns desses jornais e censura à imprensa. Essas atitudes evidenciam um ambiente de restrição à liberdade de expressão, inserido em um contexto mais amplo da Primeira República no qual, governadores pelo Brasil, frequentemente

utilizavam violência para controlar a opinião pública. Será abordado ainda os problemas sociais enfrentados pela população (amplamente denunciados na imprensa), como carestia de alimentos e má qualidade de produtos vendidos pelo governo. Evidenciando a forte oposição enfrentada por Eduardo Ribeiro junto aos trabalhadores. Por outro lado, também se discutirá as políticas de imigração promovidas por ele para suprir a suposta falta de mão de obra. Por meio de uma diversidade de fontes, observamos que houve incentivo à vinda de trabalhadores nacionais, especialmente maranhenses, e estrangeiros, com destaque para projetos envolvendo europeus, japoneses e, teoricamente, chineses. Essas iniciativas estavam ligadas às políticas de desenvolvimento urbano e econômico do Amazonas implementados durante o ciclo da borracha. A análise de tais políticas revela preconceitos raciais e dificuldades práticas na integração dos imigrantes na cidade de Manaus naquele período. Em resumo, esta comunicação se propõe a fazer uma revisão crítica da imagem tradicional de Eduardo Ribeiro como benfeitor, evidenciando conflitos sociais, autoritarismo e desigualdades presentes durante sua administração.

Tempo e trabalho no cotidiano dos trabalhadores da ferrovia Madeira-Mamoré nas primeiras décadas do século XX

Ana Carolina Monteiro Paiva
Unicamp

Em empreendimentos colossais, como a ferrovia Madeira-Mamoré (1907-1912), na região amazônica brasileira, o tempo era fundamental para o cumprimento do cronograma no planejamento, execução e finalização da obra. Com base no argumento de que era necessário alcançar a efetividade da obra, a Companhia construtora estrangeira instituiu uma organização do tempo que funcionou como mecanismo de exploração da força de trabalho composta por mais de 30 mil trabalhadores de cerca de 40 nacionalidades diferentes. O objetivo deste artigo consiste em discutir como a relação entre tempo e trabalho estava articulada para a Companhia - através da implementação de jornadas de trabalho, técnicas de vigilância e controle do tempo utilizado pelo trabalhador visando uma maior produtividade e menor desperdício -, mas também para os trabalhadores, compondo assim um panorama sobre o que era o cotidiano durante o período de construção da ferrovia. Para isso, foram analisados poemas, processos judiciais, recortes de jornal e livros de memória, ao longo do artigo que está dividido na introdução sobre a estruturação dos mundos do trabalho da ferrovia, instituição da noção de tempo pela Companhia na ferrovia Madeira-Mamoré ligado à noção de produtividade e quais eram as percepções desse tempo pelo trabalhador na sua relação com o trabalho. De modo que, a organização do trabalho estruturada em chefias e na exigência de realização do serviço evidenciam um cenário que se configura na desigualdade na gestão do tempo marcada, sobretudo, pelos diferentes lugares que os trabalhadores (empregados e operários) ocupam na cadeia produtiva e que os conduzem a agir de forma distinta na luta sobre o tempo e contra o tempo disciplinar. Com essa abordagem, a presente pesquisa se insere no movimento de estudos vinculados à História Social do Trabalho na Amazônia que reivindicam a expansão regional, temática e cronológica dos estudos sobre mundos do trabalho no Brasil, visando contribuir para um quadro mais complexo sobre os trabalhadores e suas experiências em grandes empreendimentos implementados no Brasil no século XX.

ST 36. DITADURA, CIDADANIA E MOVIMENTOS SOCIAIS

Entre repressão e assistência: o novo trabalhismo na ditadura militar

Heliene Nagasava
LEHMT-UFRJ

No âmbito da ditadura militar, o novo trabalhismo constituiu-se como uma política pública estatal voltada à reorganização do campo trabalhista, articulando diferentes instâncias institucionais e interesses políticos. Tratava-se de um conjunto de iniciativas que não apenas redefiniu as relações entre Estado, sindicatos e trabalhadores, mas também estabeleceu novos parâmetros para a atuação desses atores, em consonância com o objetivo de controle do regime. Neste sentido, o objetivo desta comunicação é apresentar e delimitar o conceito de novo trabalhismo, evidenciando seus fundamentos e implicações no contexto autoritário, especialmente entre 1964 e 1974. Essa formulação assentou-se sobre dois eixos fundamentais, cuja articulação revela a complexidade do período: a repressão e o assistencialismo. De um lado, o aparato repressivo atuou diretamente sobre as organizações sindicais, promovendo intervenções, afastando lideranças e restringindo práticas de mobilização coletiva. Tal movimento visava não apenas conter a ação política dos trabalhadores, mas também redefinir os limites de sua atuação no espaço público. De outro lado, o assistencialismo se constituiu como dimensão indissociável desse processo. A oferta de serviços nas áreas de saúde e educação, especificamente, muitas vezes mediada pelos próprios sindicatos, não deve ser interpretada apenas como concessão, mas como parte de uma estratégia mais ampla de incorporação e regulação. Ao operar nesses termos, o Estado não apenas restringia, mas também reorganizava as formas de vínculo entre trabalhadores e instituições. É precisamente na tensão entre essas duas dimensões que se configura o novo trabalhismo. A repressão não anulava o assistencialismo; ao contrário, ambos se reforçavam mutuamente na conformação de um modelo de trabalhador ajustado às exigências do regime. Esse modelo pressupunha a limitação da autonomia política e a valorização de práticas mediadas e institucionalizadas. Dessa forma, o novo trabalhismo emerge como categoria analítica capaz de apreender a especificidade de uma política que, ao articular coerção e integração, contribuiu para a conformação de novas formas de organização e experiência da classe trabalhadora no contexto autoritário.

Virgílios: indigência, desaparecimento forçado e burocracia durante a ditadura militar brasileira

Isadora Silva Gomes
PUC-Rio

Este trabalho tem como proposta analisar a relação entre a indigência e os desaparecimentos forçados ocorridos durante a ditadura militar. No Brasil, a lógica do desaparecimento forçado tem uma ligação direta com a produção de valas comuns clandestinas, geralmente construídas em cemitérios localizados afastados dos centros das cidades. Entendendo o corpo indigente enquanto uma das modalidades de corpos não-identificados, temos que estes não são sem identidades. Forjados por dentro das instituições oficiais, a sua não-identificação é resultado justamente de uma ação, e não de uma inércia, que produz e cria critérios de identificação para designar esses corpos, corroborando determinadas hierarquias presentes na estrutura da sociedade. Voltados para as desaparições forçadas ocorridas no estado de São Paulo, em especial, no Cemitério Municipal Dom Bosco, buscamos compreender como a ditadura militar mobiliza a figura do indigente, anterior ao período autoritário, como um instrumento na engrenagem dos desaparecimentos forçados e quais são os marcadores sociais presentes na sociedade que permitiram essa utilização. Nessa esteira, nos debruçamos sobre os papéis assumidos pelos órgãos integrantes da burocracia estatal durante a ditadura militar, substancialmente o IML de São Paulo, e como seu apoio contribuiu de forma decisiva para o funcionamento do sistema repressivo militar, legitimando suas práticas.

Redimensionando opressões: Reflexões sobre as transformações nas relações de trabalho durante a ditadura chilena (1973-1990).

Aline Fernanda Maciel
USP/Prefeitura Municipal de São Paulo

"A busca desenfreada pela valorização do capital, na sua forma neoliberal, tem produzido desdobramentos diversos que inclui desde o agravamento sem precedentes da crise climática - ao ponto de ameaçar, crescentemente, a existência humana na terra – até à precarização e desarticulação de direitos e serviços sociais

básicos para a manutenção e reprodução da vida. Diante disso, assistimos à intensificação de processos contínuos de expropriações de diversos tipos, como as que ocorrem contra os povos indígenas diante dos esforços violentos de tomada de suas terras ancestrais. Ademais da dimensão opressiva constitutiva das relações de trabalho no capitalismo, cujos impactos atingem especialmente, trabalhadores racializados de países periféricos. Tais políticas tem se baseado no discurso neoliberal meritocrático e individualista que, em diversos casos se articula, não sem tensões, a pressupostos políticos da extrema direita, de defesa de valores ultraconservadores que se manifestam de diversas formas, entre elas, nos ataques massivos às minorias, que ao contrário do nome, representam a maioria social composta por mulheres, população negra, povos indígenas, migrantes, pessoas transexuais. Nesse contexto, as relações de trabalho têm sido marcadas por processos intensivos e massivos de precarização, imbuídos por um discurso meritocrático que compreende o trabalhador como empreendedor de si, que na prática se traduz na perda de direitos trabalhistas e poder de negociação, compressão e aprofundamento da mercantilização dos meios de vida. Na presente proposta de comunicação propõe-se apresentar algumas reflexões sobre como se deu a convergência entre neoliberalismo e autoritarismo na ditadura chilena (1973-1990), com foco central nas relações de trabalho. A imposição do projeto neoliberal significou cortes drásticos nas políticas públicas, privatizações de serviços sociais fundamentais como a saúde e educação, desarticulação de direitos trabalhistas, aprofundamento vertiginoso das desigualdades, atravessados por processos de contínuos de expropriações e fortalecimento das opressões, que impactaram, diversamente, trabalhadoras e trabalhadores. Assim, busca-se pensar aspectos desses desdobramentos nas suas interrelações entre Estado, capital, mundos do trabalho e relações opressivas desde uma perspectiva da unidade dialética das relações de raça, etnia, classe e gênero no capitalismo. Segundo Ângela Vergara Marshall (2017), grande parte dos estudos sobre as relações de trabalho, não obstante as renovações, carecem de análises sobre dimensões opressivas como a de gênero, constitutivas do mundo do trabalho. Com base nos resultados da minha tese de doutorado o objetivo é refletir sobre como as transformações na dinâmica capitalista, desde a experiência chilena, incidem nas relações de trabalho e nos processos de exploração da força de trabalho, de forma articulada às relações de reprodução dos meios de vida e mediada pelo Estado, sendo permeadas por manutenções e, também, renovações nas relações hierárquicas e opressivas. Vale destacar que as mudanças estruturais ocorridas foram enfrentadas de forma diversa por movimentos sociais e populares expressivos e renovadores de resistência ao projeto autoritário neoliberal, como os movimentos feministas, sindicais e populares de luta por melhores condições de vida, apontando para a necessidade de se pensar essas experiências na sua complexidade e multidimensionalidade. Dessa forma, tais estudos podem contribuir para uma mirada mais complexa sobre a classe trabalhadora e os impactos das transformações na dinâmica capitalista na América Latina, além de contribuir para pensar suas reconfigurações no presente.

ST 37. ESCRAVIDÃO, ABOLICIONISMO E TRANSFORMAÇÕES DOS MUNDOS DO TRABALHO

Afogados no sangue da escravidão: John Brown, um abolicionista radical

Lívia Maria Tiede; K. James Myers
UNESP / San Antonio College

Esta apresentação traça um perfil da vida do abolicionista branco radical John Brown, demonstrando como sua tentativa de erigir uma revolução escrava em 1859, ajudou a catalisar a Guerra Civil dos EUA. Logo após sua execução, John Brown foi considerado, de forma quase universal pelos afro-americanos, como "um modelo de equidade", cuja memória serviu como ferramenta para as lides por igualdade após a emancipação dos escravizados. John Brown não foi apenas um exemplo de bravura, de martírio ou de abolicionista radical; para W.E.B. Du Bois, por exemplo, a sua vida oferecia parte das respostas necessárias às questões que desafiavam os ativistas pelos Direitos Civis durante o século XX. O potencial de cooperação interracial, os limites históricos do pacifismo e a oportunidade representada pelo cristianismo radical definiram a vida, a morte e a relevância histórica de John Brown. Para compreender o curso e as consequências de seu radicalismo, é preciso assimilar tanto sua trajetória pessoal quanto os contextos nacionais com os quais ele teve de lidar. É importante entender a dinâmica mutante da política escravista estadunidense, cuja Constituição buscava acomodar perspectivas diametralmente opostas no interior de um império em plena expansão. Em seguida, traçaremos o perfil de sua formação religiosa – em que figura a importância inquestionável do exercício do trabalho e do respeito a humidade – que o impeliu a compreender a escravidão como uma perversidade que deveria ser esmagada por quaisquer meios necessários. Desse modo, podemos entender como John Brown chegou à "certeza de que os crimes desta terra culpada jamais serão expurgados, senão com (derramamento de) sangue.

Os últimos escravizados de Santa Fe. Emancipação, pós-abolição e debate atlântico diante da abolição da escravidão na Argentina (século XIX)

Ariel Viola
PUC-Rio

Em 1851 a escuna Relâmpago foi perseguida e apreendida no Recôncavo sul da Bahia, suspeita de tráfico clandestino, o que se confirmou após a conclusão de um longo processo-crime de repercussão nacional e internacional. Quando a Relâmpago atravessou o Atlântico pela última vez, saindo de Lagos em direção ao Brasil – ou a Cuba, como alguns tripulantes alegaram -, ela estava carregada de trabalhadoras e trabalhadores escravizados e livres, de cores e idiomas variados, um proletariado heterogêneo, multinacional e multiétnico. A bordo dela, além da equipagem e dos trabalhadores escravizados, também viajaram 10 cartas e bilhetes, 1 passaporte, 15 livros e 6 mapas, os quais também apontam para o trânsito transnacional e transcontinental de trabalhadores e de suas histórias de vida. É com base no processo-crime e nessa documentação que foi encontrada na embarcação que pretendo especular sobre o papel do tráfico de escravizados, das migrações nesse contexto, e dos navios negreiros na formação de um "proletariado atlântico", que tem origem nos sequestros, aliciamentos por constrangimentos ou "por opção". Proponho, portanto, nessa comunicação, uma viagem atlântica pelos mundos do trabalho a bordo da Relâmpago, onde se combinavam diferentes formas e condições de trabalho compulsório e assalariado, e também onde essas trabalhadoras e trabalhadores compartilhavam experiências e aprendizagens para as lutas por melhores condições de vida.

Das transições: trabalho escravo e trabalho livre no universo urbano e rural (Juiz de Fora, 1872 - 1920)

Luiz Fernando Saraiva
UFF

A transição do trabalho escravo para o livre no Brasil é um campo de estudos que desde cedo envolveu pesquisas das diversas ciências sociais. Historiadores, geógrafos, economistas, sociólogos e afins buscaram entender como o fim da escravidão ensejou novas formas de trabalho e, provocou maior ou menor desenvolvimento econômico nas diversas regiões que compõem o país. Da mesma forma, essa transição teria gerado novas formas de controle, hierarquização e exclusão de grupos sociais, quando não projetos de substituição ""física"" de populações inteiras. Essas discussões moldaram inclusive políticas de desenvolvimento

econômico do pais em décadas pretéritas e, mais recentemente, as políticas públicas de superação de diversos tipos de desigualdades entre nós. Abordando parte dessa vasta bibliografia, a presente pesquisa busca aprofundar o debate sobre a transição trazendo as múltiplas formas de trabalho escravo e livre para o município de Juiz de Fora nos anos finais do regime escravista (1872/88) e as formas de trabalho compulsório, livre e assalariado a partir da abolição formal da escravidão e nas décadas seguintes (1889/1920). Utilizando principalmente (mas não somente) os levantamentos censitários (1872, 1890, 1900, 1907, 1913 e 1920) a pesquisa percorre os "universos" rurais e urbanos mostrando clivagens raciais, etárias e de gênero que afetou as condições de vida (e trabalho) do maior município mineiro no início A transição do trabalho escravizado para o livre no Brasil constitui um campo de estudos que, precocemente, mobilizou diversas áreas das ciências sociais. Historiadores, geógrafos, economistas e sociólogos buscaram compreender como o fim da escravidão ensejou novas formas de labor e de que maneira provocou diferentes níveis de desenvolvimento econômico nas regiões do país. Paralelamente, essa transição teria engendrado novos mecanismos de controle, hierarquização e exclusão social, incluindo projetos de substituição "física" de populações inteiras. Essas discussões moldaram inclusive políticas de desenvolvimento econômico do pais em décadas pretéritas e, mais recentemente, as políticas públicas de superação de diversos tipos de desigualdades entre nós. Abordando parte dessa vasta bibliografia, a presente pesquisa busca aprofundar o debate sobre a transição trazendo as múltiplas formas de trabalho escravo e livre para o município de Juiz de Fora nos anos finais do regime escravista (1872/88) e as formas de trabalho compulsório, livre e assalariado a partir da abolição formal da escravidão e nas décadas seguintes (1889/1920). Utilizando principalmente (mas não somente) os levantamentos censitários (1872, 1890, 1900, 1907, 1913 e 1920) a pesquisa percorre os ""universos"" rurais e urbanos mostrando clivagens raciais, etárias e de gênero que afetou as condições de vida (e trabalho) do maior município mineiro no início. A transição do trabalho escravizado para o livre no Brasil constitui um campo de estudos que, precocemente, mobilizou diversas áreas das ciências sociais. Historiadores, geógrafos, economistas e sociólogos buscaram compreender como o fim da escravidão ensejou novas formas de labor e de que maneira provocou diferentes níveis de desenvolvimento econômico nas regiões do país. Paralelamente, essa transição teria engendrado novos mecanismos de controle, hierarquização e exclusão social, incluindo projetos de substituição ""física"" de populações inteiras. Tais discussões moldaram, inclusive, políticas de desenvolvimento econômico nacional em décadas pretéritas e, mais recentemente, políticas públicas voltadas à superação das desigualdades históricas. Ao abordar parte dessa vasta bibliografia, a presente pesquisa busca aprofundar o debate sobre o tema, analisando as múltiplas formas de trabalho — escravo e livre — no município de Juiz de Fora durante os anos finais do regime escravista (1872–1888). Além disso, investiga as modalidades de trabalho compulsório, livre e assalariado a partir da abolição formal e nas décadas subsequentes (1889–1920). Utilizando principalmente (mas não somente) os levantamentos censitários (1872, 1890, 1900, 1907, 1913 e 1920), a pesquisa percorre os universos rurais e urbanos, evidenciando as clivagens raciais, etárias e de gênero que afetaram as condições de vida e de trabalho no maior município mineiro do início do século XX.

As transformações agrárias, agrícolas e laborais nas zonas rurais do estado do Rio de Janeiro: os trabalhadores do campo no Vale do Paraíba após o fim da escravidão (1888-1940)

Felipe de Melo Alvarenga
UFRRJ

O objetivo desta comunicação é compreender como o trabalho rural entre o final da escravidão até a década de 1940 se relacionava diretamente com a questão agrária e agrícola, em especial com a discussão sobre a renda da terra, diversificação agrícola do solo e mudança das relações de trabalho no campo. Focalizando a análise nos acordos laborais efetivados entre os proprietários e os pequenos camponeses nos municípios de Valença e Cantagalo na virada do século XIX para o século XX, buscaremos apresentar como a dinâmica de trabalho nesta região pode ser explicada à luz dos conflitos em torno dos direitos de propriedade. Boa parte da historiografia já atentou para a questão da inserção social dos libertos no rural fluminense após a emancipação, com valiosas discussões sobre as especificidades do mundo do trabalho e suas relações estreitas em torno dos significados de cidadania e do acesso aos direitos civis e políticos. No entanto, acreditamos que é necessária uma análise mais acurada destes acordos e negociações travados entre fazendeiros e trabalhadores no mundo rural a partir dos conflitos em torno dos direitos de propriedade destes últimos e como estas contendas se relacionavam com a situação agrária e agrícola daquela região que passava por uma crise exportadora no momento considerado. Em vista disso, conflitos trabalhistas escondiam em seu bojo conflitos agrários, principalmente quando estamos falando da apropriação do trabalho produtivo destes pequenos lavradores.

ST 38. DA ESCRAVIDÃO AO PÓS-ABOLIÇÃO: TRABALHO, CRIMINALIZAÇÃO E CONTROLE SOCIAL

Roubos e sedução: rebeldia escrava e articulações políticas na província de São Paulo e na Corte (1870-1888)

Alissa Galdino de Souza
UNICAMP

Os roubos de escravizados no século XIX foram amplamente discutidos sob perspectivas políticas e jurídicas, sendo geralmente compreendidos como ameaças ao direito de propriedade, elemento central da ordem escravista no Império do Brasil. Esta pesquisa fundamenta-se nos resultados de uma dissertação de mestrado que analisou processos criminais nas localidades de Campinas, Jundiaí e Belém, entre 1846 e 1868. A partir desse corpus documental, foram identificadas três dinâmicas principais: casos em que os próprios escravizados negociavam o seu furto com o objetivo de mudar de senhor; a atuação de grupos especializados na captura e revenda de cativos; e disputas familiares envolvendo a posse de escravizados como bens. Tais dinâmicas revelam que esses episódios extrapolavam a noção estrita de crime, constituindo também espaços de negociação, conflito e agência por parte dos sujeitos escravizados. A presente pesquisa propõe expandir a análise para as décadas de 1870 e 1880, período marcado pela intensificação do movimento abolicionista e por transformações nas bases legais e sociais da escravidão. O objetivo é investigar de que modo esse novo contexto impactou tanto a ocorrência dos furtos quanto os debates em torno deles, especialmente na província de São Paulo e na Corte. Parte-se da hipótese de que, em um cenário de crescente contestação da escravidão, tais práticas passaram a adquirir novos significados, podendo ser reinterpretadas como formas de resistência ou estratégias de acesso à liberdade. Metodologicamente, o estudo baseia-se no cruzamento de fontes judiciais e imprensa, permitindo identificar padrões, discursos e disputas políticas sobre os casos. Ao articular história social e história do direito, a pesquisa busca compreender as transformações nas estratégias de resistência dos escravizados e nas formas de criminalidade em um período de transição. Espera-se, assim, contribuir para o aprofundamento dos estudos sobre o final da vigência do trabalho escravo e maciçamente negro no Brasil, destacando a complexidade das relações sociais e jurídicas que marcaram esse processo.

Uma “numerosa quadrilha de ladrões de animais”: livres, libertos e escravizados na mira da polícia

Joab Silva Santos
UNICAMP

Entre as décadas de 1870 e 1910, a imprensa baiana noticiou muitos ataques, roubos e assassinatos protagonizados por bandos armados, que incluíam livres, libertos e escravizados. Os episódios não estavam restritos a uma única região da província, ocorrendo na capital, Salvador, no Recôncavo e nos sertões. Ainda com base na imprensa, os bandos eram formados por duas principais categorias. De um lado, aqueles que sobreviviam de atividades delituosas, sem moradia fixa e circulando entre as estradas e municípios. Do outro, indivíduos que se associavam para uma missão específica, contratada e financiada por um patrão ou por interesses próprios, mas sem dependência direta dos espólios dos crimes para a sobrevivência. A bibliografia, ao tratar desses grupos, oscila entre dizer que eram simples “facínoras” ou “vagabundos” sem propósito político específico, categorizados genericamente como “jagunços”, “capangas”, “soldados de um senhor”, “criminosos”, “gatunos”; ou ainda que representavam as origens do cangaço. No entanto, um olhar mais atento para as fontes, especialmente para os processos-crime, tem apontado para um caminho diferente. Dessa forma, o objetivo desta comunicação é analisar uma “numerosa quadrilha de ladrões de animais” que atuava no Recôncavo Baiano, na década de 1870, liderada por Manoel José de Melo, conhecido como Berinéco, Pedro Alves de Vasconcelos e Marçal Pereira Dormund. Objetiva-se discutir a origem dos indivíduos que a compõem, analisar os interesses do grupo, debater as formas de atuação – a exemplo das rotas de ataque, métodos para o escoamento de mercadoria roubada – e quais os critérios para a divisão dos lucros. Para isso, a pesquisa utiliza a imprensa, um processo-crime contra os líderes da quadrilha (1876) e um processo-crime aberto contra Manoel Berinéco por crime de espancamento, também de 1876.

Sujeitos à ordem: conflitos policiais e a moralidade do trabalho no Pós-Abolição (1906-1909).

Maressa Cardoso Moratti Rodrigues
UFF

O presente trabalho investiga as dinâmicas de controle social e as experiências de trabalhadores e não trabalhadores pobres no Distrito Federal entre 1906 e 1909, a partir da aplicação do artigo 399 do Código Penal de 1890. Analisa-se como as "brechas legais" da chamada Lei da Vadiagem possibilitaram à polícia atuar como instância de regulação da moralidade e dos comportamentos no espaço urbano, ampliando suas margens de arbitrariedade na definição de quem deveria ou não ser considerado um vadio. A partir do cruzamento entre processos-crime e teorias da História Social, o estudo privilegia as interações cotidianas entre agentes da ordem e sujeitos que, embora frequentemente inseridos em redes de trabalho formal e informal, eram classificados como "vadios" em função de sua circulação pela cidade, da instabilidade de seus vínculos trabalhistas e de suas formas de sociabilidade. Nesse sentido, a pesquisa busca compreender como a categoria de vadiagem era mobilizada de maneira flexível, revelando tensões entre práticas sociais e normativas. Ao enfatizar a dimensão relacional dessas experiências, evidencia-se que tais enquadramentos não eram apenas impostos de forma unilateral, mas também negociados, contestados e, por vezes, subvertidos pelos próprios indivíduos visados pela repressão. Busca-se demonstrar, portanto, que a repressão à vadiagem extrapolava o discurso oficial de segurança pública e manutenção da ordem, configurando-se como um instrumento de controle do acesso à cidade, de produção de hierarquias sociais e de imposição de uma ética do trabalho alinhada aos valores burgueses, articulada com os projetos de modernização urbana da Primeira República.

Imigração italiana, raça e criminalidade no Brasil na década de 1890

Ricardo Figueiredo Pirola
UNICAMP

A chegada em massa de trabalhadores italianos ao Brasil na década de 1890 despertou na imprensa do Rio de Janeiro acalorados debates a respeito das tensões raciais que esse fenômeno poderia provocar opondo nacionais e imigrantes, e ainda receios da proliferação de crimes promovidos por membros de quadrilhas italianas que eventualmente desembarcassem por aqui. Essas questões emergiram com força nas páginas dos jornais, especialmente no começo de abril de 1891, quando da publicação da notícia de que 13 italianos haviam sido linchados em New Orleans (EUA), acusados de serem membros da "Máffia". Os 13 homens linchados tinham sido inocentados recentemente pelo júri popular da acusação de assassinato do superintendente da polícia de New Orleans, Hennessy. Segundo os relatos do Jornal do Commercio, a "Máffia" estava por trás da morte do superintendente e trabalhou ainda pela absolvição de seus membros. De acordo com o JC, convinha notar que "era avultadíssima em Nova Orleans a colônia italiana" e que essa se compunha de "napolitanos e sicilianos, principalmente, e que uns e outros persistiam nos tradicionais e selvagens hábitos de vingança feroz e implacável a que se [entregavam] os associados da 'Máffia' na Sicília e da 'Camorra' em Nápoles". Diante dos "inúmeros assassinatos", relatava o jornal, "a indignação foi crescendo" e "chegou-se mesmo a considerar como uma calamidade para a paz pública aquelas hordas de bandidos que os transatlânticos descarregavam periodicamente". Os debates travados na imprensa do Rio de Janeiro chamavam atenção para o fato de o Brasil também receber naquele mesmo momento número expressivo de imigrantes italianos, que poderiam formar por aqui grupos criminosos e tensionar as relações com os trabalhadores nacionais. Nabuco de Araújo, por exemplo, escreveu sobre esse caso e afirmou que o Brasil enfrentaria uma situação ainda mais delicada do que os EUA, pois o fato de o trabalhador nacional ser de raça inferior aos italianos, favorecia que os últimos se mostrassem "refratários à nossa gente", cultivando seus "costumes pátrios" (incluindo a formação de quadrilhas de criminosos). Assim, esta apresentação buscará analisar os debates travados na imprensa do Rio de Janeiro a respeito da relação entre imigração italiana, raça e criminalidade, no contexto de transformação das relações de trabalho no país no final do século XIX.

ST 39. EXTRATIVISMO, MINERAÇÃO E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS

Corpo, espaço e poder: a arquitetura sanitária como marcador social em Serra do Navio (1960-1976)

Lasley Manuele Silva Melo
UFPA

O presente trabalho analisa Serra do Navio entre 1960 e 1976, da finalização das construções das moradias ao reenvio das Normas de Procedimentos pela Icomi, cidade industrial planejada no Território Federal do Amapá caracterizada por um modelo de company town fundamentado no paternalismo, na vigilância constante, na hierarquização das moradias e no controle da vida privada dos trabalhadores. O objetivo central é compreender como as distâncias espaciais calculadas para impedir o contato entre classes produziram, entre os moradores, a naturalização dessa desigualdade, processo aqui analisado a partir do conceito de fragmentação socioespacial. As fontes principais são as plantas das casas publicadas pelo Iphan em 2025, que permitem identificar o banheiro como marcador social central: sua configuração varia conforme a classe do morador: operária, especializada ou administrativa, reproduzindo dentro de cada residência a hierarquia que estruturava a cidade como um todo e condicionando os corpos dos moradores a reafirmarem diariamente sua posição social, e as Normas de Procedimentos publicadas em 1976 com regras para os ambientes privados e públicos, com a finalidade de regular a vida e a forma de viver dos moradores. Por se tratar de pesquisa em andamento, os resultados são parciais, mas apontam que a arquitetura de Serra do Navio nunca foi neutra, cada escolha projetual funcionou como instrumento de controle industrial, apagando culturas locais, fixando hierarquias de classe e disciplinando hábitos, sempre sob o discurso de modernidade, civilização e preocupação com a saúde dos trabalhadores.

Trabalho e trabalhadores na mineração em carajás (Parauapebas-PA e Canaã dos Carajás-PA): historiografia e possibilidades de pesquisa

Guilherme Dotti Grando
IFPA-Parauapebas

Esta comunicação propõe um balanço crítico da produção bibliográfica sobre as relações de trabalho articuladas ao complexo da mineração em Carajás, com ênfase nos municípios de Parauapebas e Canaã dos Carajás, no sudeste do Pará. Vinculada ao projeto de pesquisa “Trabalho e trabalhadores na mineração: estado da arte e bases para uma história comparada (Brasil, América Latina e América Anglo-Saxã)”, a reflexão parte do entendimento de que, embora Carajás ocupe lugar central nos debates sobre grandes projetos, fronteira amazônica, desenvolvimento regional e espoliação territorial, ainda permanece relativamente fragmentária a produção que toma como problema histórico central o trabalho e a experiência social dos trabalhadores da mineração. Tomando a bibliografia como fonte e problema, o objetivo é identificar tendências interpretativas, recorrências temáticas e lacunas analíticas na literatura dedicada à região. Interessa, em particular, perceber como essa produção tem abordado as transformações nos regimes de trabalho, as formas de contratação e terceirização, o controle e a intensificação do processo produtivo, os riscos e adoecimentos laborais, as migrações de trabalhadores, as condições de moradia e reprodução social, bem como os conflitos e repertórios de resistência produzidos no interior e no entorno da grande mineração. Trata-se, portanto, de interrogar não apenas o que se escreveu sobre o trabalho na mineração em Carajás, mas também os enquadramentos analíticos que tornaram certas dimensões mais visíveis do que outras. O argumento central da comunicação é que a produção acadêmica sobre Carajás, apesar de vasta, frequentemente inscreve o trabalho de forma subordinada a outras chaves explicativas, como a integração territorial, a ação do Estado, a expansão da infraestrutura, os impactos socioambientais ou os conflitos fundiários. Nesses enquadramentos, os trabalhadores muitas vezes aparecem de maneira lateral, diluídos em categorias amplas de população, migração ou urbanização. Em contrapartida, uma leitura orientada pela História Social do Trabalho permite recolocar no centro da análise as experiências históricas da classe trabalhadora, evidenciando processos de precarização, segmentação ocupacional, intensificação da exploração, produção do risco e formas desiguais de viver, trabalhar e lutar em territórios profundamente marcados pela mineração. Ao sistematizar criticamente essa bibliografia, a comunicação pretende contribuir para a consolidação de uma agenda de pesquisa mais atenta aos mundos do trabalho em Carajás, indicando problemas, silêncios e possibilidades analíticas para investigações futuras. Mais do que um inventário da literatura, trata-se de delinear bases historiográficas para compreender a mineração a partir dos trabalhadores e de suas experiências históricas concretas.

Trabalho escravo contemporâneo e exploração ambiental na Amazônia: uma análise a partir da documentação da Comissão Pastoral da Terra (CPT)

Eduardo de Melo Salgueiro
UNIFESSPA

Este trabalho apresenta reflexões iniciais de uma pesquisa em andamento que investiga o trabalho escravo contemporâneo na Amazônia (especialmente a região sul paraense), com ênfase em suas conexões com a degradação ambiental e as dinâmicas históricas de exploração no campo. A proposta de apresentação articula três níveis analíticos complementares: a constituição de um acervo documental a partir da digitalização de fontes da Comissão Pastoral da Terra (CPT), de Xinguara, Pará; a elaboração de um programa de pesquisa historiográfica e, por fim; a análise de um caso empírico, centrado na exploração do jaborandi no sul do Pará. O primeiro momento aborda o processo de digitalização do acervo da CPT, resultado de um projeto de extensão universitária que envolveu a organização, classificação e digitalização de aproximadamente 400 pastas documentais, totalizando mais de 50 mil páginas. Partindo da crítica à suposta neutralidade dos arquivos, conforme proposto por Schwartz e Cook, compreende-se esse acervo não como repositório passivo, mas como espaço de produção de memória e de espaço no interior da luta política relacionada à história do campo brasileiro. Nesse sentido, a documentação da CPT, produzida à margem dos arquivos estatais, é analisada como um "lugar de memória", no sentido de Pierre Nora, permitindo acessar experiências e vozes historicamente excluídas das narrativas oficiais. Em um segundo momento, o trabalho apresenta as escolhas teórico-metodológicas do projeto, que se insere no campo da história social em diálogo com a história ambiental. Parte-se da compreensão de que o trabalho escravo contemporâneo constitui um fenômeno histórico estruturado, articulado a processos de expansão econômica, políticas de ocupação territorial e formas de expropriação que atingem simultaneamente trabalhadores e natureza. A análise privilegia o uso crítico das fontes documentais, evidenciando questões relacionadas à violência, coerção e resistência. Ao mesmo tempo, dialoga-se com abordagens que enfatizam a relação entre capitalismo, exploração do trabalho e apropriação ambiental, evidenciando a inserção da Amazônia em circuitos globais de produção. Por fim, apresenta-se o caso da exploração do jaborandi como exemplo concreto dessas dinâmicas. Integrada a cadeias globais da indústria farmacêutica, a planta foi historicamente apropriada e explorada de forma intensiva, sobretudo no século XX, quando empresas internacionais passaram a monopolizar sua extração. A análise demonstra como a demanda internacional pela pilocarpina esteve diretamente associada ao uso mão de obra escrava e à degradação ambiental, evidenciando a articulação entre economia global, expropriação da natureza e trabalho escravo contemporâneo na Amazônia.

Altamira-PA: memória, trabalho e o "progresso" em disputa na Amazônia

Flavia Veras
IFPA

O trabalho analisa como grandes projetos de infraestrutura – a Rodovia Transamazônica (1970) e a Usina Hidrelétrica de Belo Monte (a partir de 2011) – reconfiguraram o espaço urbano, a memória social e as relações de trabalho em Altamira (PA), tensionando os discursos de progresso e modernidade capitalista na Amazônia. A partir de uma perspectiva de história local articulada à história pública e à história do tempo presente. Desenvolveu-se uma pesquisa-ação em três frentes: discussão teórica (modernidade como catástrofe em Benjamin, antropoceno em Chakrabarty, racismo ambiental em Bullard e Herculano, "espaço-estoque" em Monteiro), trabalho de campo com fontes primárias e experimentação didática com estudantes do ensino médio integrado do IFPA. O artigo explora, de um lado, a trajetória de Altamira como fronteira amazônica marcada por conflitos fundiários, avanço de projetos desenvolvimentistas e intensificação de fluxos migratórios, especialmente de trabalhadores nordestinos, seringueiros e "barrageiros"; de outro, evidencia as formas de invisibilização de povos indígenas, ribeirinhos, mulheres e moradores dos "baixões", particularmente após os reassentamentos urbanos coletivos. Nesse contexto, os monumentos urbanos de autoria de Francisco Melo são analisados como patrimônios sensíveis: ao celebrar imigrantes, seringueiros e construtores, constroem a narrativa da "cidade do trabalho", ao mesmo tempo em que silenciam sujeitos e trabalhos desqualificados, precarizados ou marcados pela violência. Por fim, a leitura do filme Bye Bye Brasil como fonte histórica permite confrontar a imagem de Altamira como "terra das oportunidades" com experiências de frustração, exploração e desamparo vividas por trabalhadores itinerantes, em clara continuidade com o ciclo de Belo Monte. Argumenta-se que o ensino de história, quando incorpora criticamente a história local e as lutas em torno do trabalho, do

território e do meio ambiente, torna-se um espaço privilegiado para disputer sentidos de desenvolvimento e formar jovens capazes de intervir nas decisões sobre o futuro da cidade e da região.

ST 40. EMPRESAS, VIGILÂNCIA E VIOLAÇÕES DE DIREITOS

"Tenho esse apelido de liderança". Vida e militância do líder ferroviário Batistinha (1925-1993)

Glauber de Oliveira Montes
UFRRJ

Esta comunicação visa apresentar uma pesquisa, em fase inicial, da biografia de Demisthóclides Baptista, o Batistinha, importante líder sindical ferroviário dos anos 1960. Por meio da análise de sua trajetória de vida e atuação política, pretende-se contribuir para um melhor entendimento de algumas questões importantes da história política do Brasil, a começar pelo problema da formação e manutenção de lideranças operárias e sindicais no Brasil na conjuntura anterior ao golpe de 1964, especialmente durante o governo de João Goulart. Por meio do estudo de sua origem familiar, também ela ligada à Estrada de Ferro Leopoldina, tentaremos compreender seu pertencimento a certa tradição e cultura operárias, que contemplavam também o terreno das lutas trabalhistas e das greves, para identificarmos, tanto quanto possível, os elementos que o fizeram se constituir como liderança sindical e política ante os trabalhadores de sua categoria. Fatores como sua formação intelectual e seu pertencimento racial também serão aqui abordados como possíveis chaves de entendimento para essa condição, uma vez que Batistinha era um homem negro e também advogado. Outro fator considerado será sua relação com o Partido Comunista Brasileiro, do qual era membro, muito embora aparente ter apresentado, em diversos momentos, uma atuação relativamente autônoma em relação às orientações do partido, interessando aqui analisar as razões e efeitos dessa conduta. Sua vida durante a ditadura militar será outro ponto de estudo, envolvendo sua condição de exilado, militante clandestino, preso político e, por fim, advogado, quando se afasta, por muitos anos, do ativismo político mais direto. Em todo esse período, a relação com a família merece novamente um destaque. Buscaremos também examinar eu retorno à atuação sindical e política durante o período da redemocratização, buscando interpretar suas escolhas políticas nesse período e a conjuntura em que elas foram feitas, bem como também compreender as razões de seu assassinato, em 1993, até hoje não esclarecido, e que traz indícios de motivação política.

Articulações entre a vigilância empresarial da Petrobras e o sistema repressivo no Norte do Brasil (1964-1985)

Luana Camila da Silva Rosario
UNICAMP

Este trabalho insere-se no conjunto de pesquisas dedicadas à Petrobras, com foco no período da ditadura militar brasileira (1964-1985). Em consonância com uma agenda investigativa que compreende as relações entre a empresa e seus trabalhadores em diferentes espaços de atuação no país, o presente estudo propõe discutir aspectos do aparato repressivo da Petrobras na região Norte, direcionado a trabalhadores vinculados à atividade sindical ou a outras formas de engajamento político, como partidos e movimentos. Conforme apontam pesquisadores como Luci Praun e Alex de Souza Ivo (2024, p. 90), na semana do golpe de 1964, a Petrobras instituiu formalmente uma Comissão Geral de Investigações (CGI), com atuação em todas as suas unidades. Observa-se uma presença mais intensa desse órgão em locais onde a atividade sindical demonstrava maior envolvimento com questões de âmbito nacional. Seu funcionamento baseava-se em uma rede de vigilância responsável por monitorar práticas dos trabalhadores, incluindo deslocamentos, reuniões, correspondências, contatos políticos, publicações em periódicos e envio de telegramas. A presente exposição concentra-se na análise de documentos produzidos pela própria empresa e por órgãos oficiais acerca de Sebastião Hoyos, natural de Santarém, no Pará, que exercia a função de almoxarife auxiliar. A perseguição promovida pela Petrobras fundamentava-se na alegação de irregularidade em seu processo de admissão, uma vez que ele era identificado como integrante do "partido comunista", organização que, segundo os registros, buscava inserir seus membros em empresas estratégicas como a Petrobras. Em decorrência disso, Hoyos foi demitido, passou a ser procurado pelo Exército e buscou refúgio na Guiana Francesa. Cabe destacar que, mesmo durante sua permanência em Caiena, continuou sob vigilância dos órgãos de segurança brasileiros. Posteriormente, ao se deslocar para a França, foi detido pelo serviço secreto francês (DSI). Por fim, evidencia-se a capacidade dos órgãos de vigilância em acompanhar os deslocamentos de Hoyos em âmbito internacional, demonstrando conhecimento detalhado sobre suas relações pessoais e atividades econômicas. Tal monitoramento contou com a atuação articulada de instituições como o Serviço Nacional de Informações (SNI), o Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA), a Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores (DSI/MRE), a

Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, além do próprio setor de informações da Petrobras.

A Petrobras e as graves violações de direitos humanos cometidos pela empresa em MG após o golpe de 1964.

Janaina de Almeida Teles
UEMG/IEVE

Esta comunicação visa apresentar os resultados parciais obtidos pela investigação coordenada por mim, que aborda as violações aos direitos humanos cometidas pela Petrobras durante a ditadura militar. A pesquisa conta com o apoio do CNPq, da Fapemig e do IEVE, assinalando a sua relevância na medida em que a Comissão Nacional da Verdade (2014) não considerou a responsabilidade empresarial pelos crimes de lesa-humanidade ocorridos durante o período ditatorial. Tal fato significou deixar de lado a atividade da Divisão de Segurança e Informações (DIVIN) da Petrobras; o apoio logístico dispensado às operações dos órgãos de segurança interna; a invasão de terras indígenas para pesquisar e explorar recursos minerais e, a perseguição aos sindicatos e trabalhadores realizada por motivos políticos ou pela sua orientação sexual. Esta comunicação pretende apresentar os avanços obtidos na investigação sobre a atuação repressiva da Petrobras em Minas Gerais, durante o período estudado. A sua caracterização joga luz, sobretudo, na atuação da empresa durante a "Operação Limpeza" e da atividade da Comissão Geral de Investigação (CGI/Petrobras), organizada em 1964, a fim de contribuir para a superação da lacuna observada tanto na produção historiográfica quanto no relatório da CNV (2014). A comunicação versará sobre o histórico da estatal, tendo como base documentos inéditos encontrados no Arquivo Nacional, bem como o estudo realizado pelo CAAF/Unifesp, os quais revelam indícios de abusos e violações cometidas contra os trabalhadores da Petrobras e o Sindipetro/MG, bem como seu envolvimento em operações de Segurança Interna, dentro e fora da empresa durante 1964. Buscar-se-á ainda apresentar os indícios que sugerem o uso de mecanismos de favorecimento utilizados pela Petrobras durante o período.

Depurar y disciplinar para mejorar la rentabilidad. Notas a partir del caso ferroviario en el Uruguay de la dictadura (1973-1985)

Sabrina Alvarez
Universidad de la República-Udelar / Uruguai

El Directorio interventor militar de la Administración de ferrocarriles del Estado (AFE) -empresa monopólica del sector en Uruguay- implementó, inspirado en las propuestas de política económica sintetizadas en 1972 en el Plan Nacional de Desarrollo (1973-1977), medidas tendientes a racionalizar la producción ferroviaria y ponerla, fundamentalmente, al servicio de la demanda de transporte de cargas. Esta orientación había sido resistida por los trabajadores organizados en la Federación Ferroviaria, por lo menos, desde mediados de los sesenta. Muchos de los militantes sindicales, aun siendo trabajadores de la empresa, fueron perseguidos y expulsados a partir de la batería de normas disponible luego del golpe de Estado del 27 de junio de 1973. Más allá de las prácticas orientadas a quebrar y disciplinar a la militancia sindical del sector, la empresa desplegó un conjunto de políticas tendientes al disciplinamiento del conjunto de la mano de obra, mucha de ella recientemente integrada producto de la renovación de personal. En esta ponencia caracterizaré las diversas medidas de disciplinamiento llevadas adelante por AFE que fueron desde la persecución y la depuración de parte del personal, pasando por la firma de convenios con trabajadores de algunos oficios especializados, el control de los cuerpos que realizaba la Repartición Servicio médico e higiene, hasta el desarrollo de actividades culturales y deportivas que buscaron moldear cierto tipo de trabajador (y familia) ferroviario ideal. Entiendo que, además del fin político (y hasta moralizante) de esta serie de medidas, uno de sus objetivos centrales fue aumentar la rentabilidad de la empresa mejorando el rendimiento de la fuerza de trabajo. Esto se pudo dar en un contexto crecientemente autoritario.

Regímenes laborales y reproducción social en dos escuelas de frontera: The British School y Die Deutsche Schule de Punta Arenas (Chile), 1896-1950 c.

Nicolás Gómez Baeza
Universidad Austral de Chile

Esta ponencia presenta hallazgos sobre las dinámicas laborales y de reproducción social de dos instituciones educativas de colonias europeas en el territorio fronterizo chileno de Magallanes: The British School y la Deutsche Schule, ambas en la ciudad de Punta Arenas. El marco temporal abarca la primera mitad del siglo XX, cuando ambas escuelas estaban destinadas mayoritariamente (y, hasta ciertos momentos, exclusivamente) a miembros de las colonias británicas y alemanas. A partir del análisis de fuentes inéditas —como actas de directorios, leccionarios y anuarios escolares—, así como de información pública en la prensa local magallánica, se propone un análisis comparativo de dichas escuelas como dispositivos de formación de clases y de regímenes laborales específicos. En primer lugar, se analizan las escuelas indicadas como espacios de trabajo. Se evidenciarán los regímenes laborales específicos en los que se desempeñaba el profesorado y, en general, los empleados de las escuelas, quienes pusieron en práctica tareas cuyo objetivo era la transmisión institucional de distinciones étnico-nacionales. Esto sirvió para la conformación y preservación de comunidades de colonos, mediante la transferencia de un capital cultural específico y exclusivo. En segundo lugar, la ponencia explica cómo estas escuelas contribuyeron, de manera más amplia, a la reproducción social de la división del trabajo en el territorio magallánico. Tanto el colegio británico como el alemán fueron, en el período estudiado, engranajes fundamentales para la transmisión intergeneracional de privilegios propios de sus comunidades nacionales en Magallanes, al formar a hijos e hijas de los cuadros técnicos y administrativos, y de los dueños del capital y de la tierra, quienes lideraron los sectores productivos de este territorio fronterizo. Así, en un marco en el que las diferenciaciones sociales en Magallanes se construyeron mediante el entrelazamiento de lo étnico-nacional y la acumulación de capital, los hallazgos de esta investigación sugieren que The British School y la Deutsche Schule fueron instituciones que funcionaron como herramientas para la formación y reproducción de clase, así como para la división del trabajo. Las administraciones o direcciones de estas escuelas desarrollaron regímenes laborales particulares, los cuales, a su vez, formaron parte de los mecanismos de exclusión social que diferenciaron especialmente a las familias colonas propietarias y administradoras del capital respecto de las mayorías trabajadoras. En suma, se sostiene que estas instituciones educativas contribuyeron a la hegemonía del capital europeo en los márgenes australes del Chile de la primera mitad del siglo XX.

La domesticación del obrero: un análisis de las políticas de higiene en la creación de barrios y comedores obreros municipales en la década de 1930

Karina Rivera López
Flacso – Equador

Equador La acelerada expansión urbana y el crecimiento demográfico de Quito en la década de 1930 provocaron una serie de desafíos para la clase obrera, especialmente en términos de vivienda y alimentación. La mayoría de los trabajadores vivían en condiciones de extrema precariedad, habitando en viviendas insalubres y hacinadas, sin acceso a servicios básicos como agua potable y saneamiento, lo que contribuía a un ambiente propenso a enfermedades. Además, la falta de ingresos suficientes limitaba severamente el acceso a una alimentación adecuada, lo que afectaba no solo la salud de los obreros, sino también la de sus familias. Frente a esta problemática, el Municipio de Quito implementó políticas de higiene orientadas a mejorar las condiciones de vida de los obreros mediante la construcción de barrios y comedores obreros. Sin embargo, el estudio sostiene que estas iniciativas no fueron únicamente respuestas asistenciales, sino parte de un proyecto más amplio de modernización urbana que incorporaba mecanismos de control social. El trabajo se apoya en enfoques teóricos como la biopolítica y la gubernamentalidad para visibilizar que dichas políticas funcionaron como tecnologías de gobierno. A través de ellas, el Estado local buscó intervenir tanto en los espacios físicos como en las prácticas cotidianas de la clase trabajadora. En este sentido, la noción de “domesticación del obrero permite interpretar cómo las políticas municipales contribuyeron a formar sujetos funcionales al proyecto de ciudad moderna.

A cidade em disputa: a construção social de Bangu para além dos portões da fábrica (1903-1920)

Mariana Marques de Oliveira
PUC-Rio

Este trabalho, fruto de pesquisa desenvolvida em nível de mestrado, investiga o processo de consolidação urbana do bairro de Bangu, um bairro localizado no subúrbio da zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, durante as primeiras décadas do século XX. Em perspectiva diversa à memória hegemônica que compreende o desenvolvimento da região como fruto exclusivo do projeto industrial da Companhia Progresso Industrial do Brasil (CPIB), esta comunicação foca nas experiências dos moradores em suas interações com o poder público municipal. A análise concentra-se na ideia de Bangu como uma ""cidade em disputa"", explorando como os habitantes locais, ao enfrentarem carências infraestruturais típicas da categoria de subúrbio, afirmaram suas demandas e o seu direito à cidade. Por meio do cruzamento de fontes documentais, registros de infrações de posturas e a análise da imprensa, observa-se como a população negociou melhorias essenciais em saneamento, iluminação e abastecimento de água, evidenciando que a urbanização do território ocorreu de forma complexa e muitas vezes à margem do planejamento fabril. Um aspecto central da investigação é o papel da mobilidade urbana, especificamente a luta por melhores condições no Ramal de Santa Cruz da Estrada de Ferro Central do Brasil, como elemento de integração do bairro à dinâmica da capital. Além disso, destaca-se a atuação do Bangú-Jornal (1918-1920) e de associações como o Grêmio Literário Ruy Barbosa como fóruns de articulação política e educacional, que permitiram aos moradores construir caminhos próprios para garantir seus direitos. Assim, o trabalho demonstra que a identidade banguense foi forjada por meio de conflitos e negociações que transcendiam os portões da fábrica, consolidando o bairro como um espaço suburbano autônomo e em constante transformação social.

"Em nome da Câmara e do benefício público": A Câmara Municipal de Belém e a construção do Estado imperial brasileiro (1824-1834)

Nayara Cristina Rodrigues de Souza
UFPA

O tema desta pesquisa tem como foco a organização dos grupos sociais e sua mobilização em torno do poder local no norte do Brasil no início do século XIX. O estudo tem como referência a Câmara Municipal de Belém entre 1824-1834. Nesse período, os debates políticos giravam em torno da liberdade civil e da cidadania, o que consequentemente necessitava da reorganização das instituições administrativas. Sustenta-se que diante desse quadro, a mobilização das autoridades locais foi fundamental para a defesa da sua autonomia e dos seus interesses que nem sempre estavam em consonância com o que esperavam as autoridades imperiais. Para tanto, será necessário analisar as estratégias de negociação e poder que se criavam dentro e fora da Câmara através das Posturas Municipais pós 1828. Até o presente momento, os resultados parciais indicam que além das decisões sobre o ordenamento da cidade, da qual era de incumbência dos vereadores, o capital simbólico adquirido por esses sujeitos foi fundamental para a manutenção do seu poder e contribuíram para a construção do Império brasileiro. A documentação usada é do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP), do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP) e de obras bibliográficas de Ernesto Cruz, Antônio Baena e Domingos Antônio Raiol.

ST 42. RAÇA, GÊNERO E INTERSECCIONALIDADES

Mulheres negras nos mundos do trabalho: experiências de amas de leite na Fortaleza do início do século XX

Juliana Magalhães Linhares
Faculdade 05 de Julho

Esta pesquisa teve como objetivo analisar as experiências de mulheres negras nos mundos do trabalho em Fortaleza nas primeiras décadas do século XX, a partir da análise de casos específico das amas de leite, das amas secas e das babás. A problemática central consistiu em compreender de que modo as relações entre gênero, raça e trabalho foram estruturadas no contexto do pós-abolição, evidenciando permanências de práticas e hierarquias herdadas do regime escravista no interior do trabalho doméstico da capital cearense. O recorte temático concentrou-se no trabalho do cuidado e da amamentação remunerada entre 1920 e 1940, com ênfase na cidade de Fortaleza. O estudo fundamentou-se teoricamente na História Social do Trabalho, nos estudos do pós-abolição e de gênero, a partir de uma perspectiva interseccional, em diálogo com autoras como Angela Davis, Lélia Gonzalez, Silvia Federici e Maria Odila. Esse diálogo permitiu observar a relação entre a subalternização destas trabalhadoras através das precárias condições de trabalho, ausência de pagamentos pecuniários e de garantias de proteção durante sua maternagem. Ou seja, muitas destas mulheres não tinham o direito de exercer sua maternidade, pois trabalhavam cuidando e amamentando outras crianças, para desta forma sobreviver. Metodologicamente, adotou-se a análise documental de periódicos, anúncios de jornais, legislação sanitária, manuais médicos, além de dados censitários do período. Os resultados apontaram para a permanência da racialização do trabalho do cuidado, para uma forte medicalização e o controle dos corpos femininos, sobretudo de mulheres pobres e negras, e para a invisibilização histórica das mulheres negras nas pesquisas sobre os mundos do trabalho.

As trabalhadoras negras nas publicações da Companhia Siderúrgica Nacional durante a Ditadura Militar: intersecções entre paternalismo industrial, mito da democracia racial e estereótipos de gênero

Luis Felipe Nunes Silva
UFRRJ

Esta pesquisa problematiza a visão racializada difundida pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) acerca da sua própria mão de obra, enfocando as trabalhadoras negras. Na nossa pesquisa arquivística, encontramos fortes evidências de discursos e imagens baseados no mito da democracia racial propagada pelos militares no interior da estatal CSN, como forma de moldar o pensamento do seu trabalhador e sua família. A apresentação dará ênfase aos modos de produzir conhecimento e memória a partir das imagens e dos textos incluídos no periódico da CSN, o Lingote, publicado de 1953 a 1977. As narrativas e símbolos utilizados nessa publicação expressam a reprodução e reafirmação de normas de gêneros hegemônicas com a finalidade de sustentar e moldar a construção dos espaços privados e da divisão sexual no espaço fabril. Identifica-se a associação das mulheres negras a trabalhos domésticos e de cuidados maternos, enquanto a figura da mulher branca é destacada em matérias e narrativas sobre beleza física e carreira profissional. A imprensa corporativa, utilizada aqui como fonte de pesquisa, é abordada como instrumento de poder que visa retratar os valores e interesses dominantes. A proposta de apresentação também inclui reflexões sobre o uso da imagem fotográfica como fonte histórica, impulsionado pela crescente digitalização de arquivos. Destacamos a fotografia, sendo usada como ferramenta de investigação, nos fornece registros pertinentes e singulares dos mais distintos fenômenos, sejam culturais, políticos ou econômicos.

De auxiliares a trabalhadores rurais: mulheres e crianças na Justiça do Trabalho (1957-1965)

Julia Chequer
UNICAMP

A partir da análise de processos trabalhistas de colonos na região de Ribeirão Preto (SP), a pesquisa observa as transformações na forma de pleitear as demandas trabalhistas e seus efeitos, com a inclusão gradativa de mulheres e crianças, executoras do contrato, nas reclamações, nos primeiros anos da Junta de Conciliação e Julgamento.

ST 43. TRABALHO DOMÉSTICO, GÊNERO E LUTA POR DIREITOS

Reinvenção da subordinação: serviços domésticos e tutela de menores na Amazônia belenense (1886-1900)

Karoline Veloso de Oliveira
UNIFAP

Na cidade de Belém, com o processo de abolição da escravatura e a crise da criadagem, as autoridades públicas passaram a exercer a função de ordenar os serviços domésticos. Com esse objetivo, o Estado brasileiro promoveu a ideologia do trabalho, inaugurando as regulamentações voltadas ao trabalho livre. Em Belém, essa normalização teve como finalidade controlar o tempo e os comportamentos das menores domésticas, por meio da reinvenção da subordinação que sustentava a sociedade escravagista. Os comerciantes formaram uma nova classe a partir do boom da borracha e da efervescência comercial que movimentou a área litorânea da cidade, especialmente regiões como o Porto do Sal e o Ver-o-Peso. Nesse contexto, esta pesquisa tem como objetivo analisar a reinvenção da subordinação das domésticas tuteladas em Belém. Nesta pesquisa, o trabalho doméstico é analisado como reprodutor da sociedade, uma vez que, sem ele, não seria possível viabilizar os demais mundos do trabalho. Dada a importância essencial dos trabalhos domésticos, houve grande demanda por meio dos processos de tutela no Juizado de Órfãos da capital de Belém, que conferiam caráter legal ao trabalho de menores. As tutelas eram deferidas a homens considerados "idôneos" e a mães tidas como "honestas", concepções do Juizado de Órfãos ligadas a uma questão de gênero. Os mecanismos de tutela eram utilizados para encaminhar menores pobres, fossem ingênuas, livres ou cearenses, a famílias ricas ligadas ao ramo do comércio. Outras fontes utilizadas incluem processos crimes de defloramento, pertencentes ao fundo de segurança pública da capital, o periódico Folha do Norte (1896-1897), a obra Primeiras linhas sobre o processo orfanológico (Carvalho, 2008) e o romance Belém do Grão-Pará (Jurandir, 1960). A ligação entre essas fontes possibilitou a observação dos resultados dos processos tutelares, marcados por exploração e controle do trabalho. Os serviços desempenhados foram essenciais na manutenção do cotidiano social, que incluíam fazer compras em tabernas, cozinhar alimentos, buscar água em fontes públicas, engomar e lavar roupas, além de cuidar de crianças — atividades exercidas por menores domésticas tuteladas sob forte vigilância das autoridades policiais. Os trabalhos distribuíam-se entre os espaços público e privado, o que acarretava maior controle das autoridades no cotidiano de trabalho e sobre a sexualidade das menores. Houve também o ensino das "prendas domésticas" para menores pobres que visava a educação e a socialização à domesticidade.

Depois das 'folias do látex' (década de 1920): cotidiano e cultura de mulheres trabalhadoras subalternizadas em Manaus

Betsy Bell Praia Morais
UFAM

Este estudo investiga os impactos socioculturais e econômicos sobre as trabalhadoras urbanas subalternizadas em Manaus durante a década de 1920, período posterior ao auge da economia da borracha. Focaliza-se especialmente em mulheres, crianças e indígenas, cujas histórias frequentemente são negligenciadas ou deturpadas. A pesquisa busca compreender como essas mulheres trabalhadoras se adaptaram, resistiram e persistiram frente às readequações culturais e cotidianas, que por ocasião da crise econômica tiveram que se submeter e fazer, analisando espaços de trabalho, sociabilidade e questões culturais. Os objetivos específicos incluem examinar as condições de vida, evidenciar estratégias de resiliência e adaptação cultural, avaliar a influência da queda da indústria da borracha nos costumes e comportamentos dessa população trabalhadora e identificar aspectos culturais e práticas cotidianas desses grupos. Este trabalho contribui para preencher lacunas na historiografia sobre Manaus e suas camadas populares no período de 1920 a 1930, oferecendo uma visão crítica das desigualdades sociais e das reconfigurações identitárias, bem como ressaltando o protagonismo e a resiliência dessas mulheres marginalizadas.

Entre o quarto de empregada e a casa própria: trabalhadoras domésticas e a luta por moradia (Rio de Janeiro, 1960-1980)

Yasmin Getirana
London School of Economics – Reino Unido

A proposta dessa comunicação é refletir sobre a questão da moradia entre trabalhadoras domésticas nas décadas de 1960 a 1980. Em uma realidade que ainda perdura, muitas dessas profissionais tinham como particularidade a realização do trabalho em ambiente privado, algumas trabalhavam e moravam em seus locais de serviço, ou viviam muito longe do trabalho, estando expostas a adversidades e falta de infraestrutura. A falta de uma moradia (própria ou alugada, mas separada do local de trabalho) dificultava a negociação entre patrões e trabalhadoras, visto que o receio de ser penalizada e/ou dispensada implicava na busca não só de um novo emprego, mas também de um novo abrigo. Os famosos "quartos de empregada", espaços muitas vezes insalubres e inóspitos, eram recorrentemente mencionados nas páginas de jornais e nas falas das trabalhadoras domésticas, organizadas ou não. De fato, a criação da Associação Profissional de Empregadas Domésticas do Rio de Janeiro (APED-RJ), em 1961, esteve diretamente ligada à pauta habitacional. A memória institucional da APED, passada de geração em geração, lembra que um dos motivos para que Odete Conceição, uma das sócias fundadoras, decidisse criar a associação foi um episódio em que, tarde da noite, testemunhou uma doméstica idosa nas escadarias da Igreja Nossa Senhora de Copacabana, sem ter para onde ir após ter sido demitida da casa da família para a qual trabalhou a vida toda. A luta pela compra da sede institucional configurou, em si, uma tentativa de contornar os frequentes casos de domésticas desamparadas quando desempregadas. A sede servia como um local de sociabilidade, planejamento e acolhimento. O problema da moradia não se restringia à discussão interna. Ainda na década de 1960 a Loteria Federal da Guanabara lançava a "Loteria da Doméstica", que sorteava casas para trabalhadoras domésticas na cidade. Para participar dessa loteria era necessária a inscrição da Carteira da Empregada Doméstica. Não uma carteira profissional, mas sim onde constaria o histórico criminal, de emprego e saúde. Essas casas eram em áreas ermas da cidade, afastadas do centro e por vezes sem oferta de transporte e serviços públicos. Essa comunicação irá explorar, além da "Loteria da Doméstica" e da forma como a APED respondia ao projeto, a importância da sede própria para a associação e as estratégias por ela lançadas para a conscientização sobre o direito à moradia, bem como o porquê dessa campanha ter sido entendida como bem-sucedida internamente ao movimento organizado.

IX SEMINÁRIO INTERNACIONAL

MUNDOS DO TRABALHO

✦